

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS**

Lovania Roehrig Teixeira

**OS DEMONSTRATIVOS:  
UMA ANÁLISE SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA BASEADA  
EM SITUAÇÕES**

Porto Alegre

2017

Teixeira, Lovania Roehrig

Os demonstrativos: uma análise semântico-pragmática baseada em situações. / Lovania Roehrig Teixeira. -- 2017.

153 f.

Orientador: Sergio de Moura Menuzzi.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Semântica Formal. 2. Pragmática. 3. Demonstrativos. 4. Semântica de situações. 5. Descrições definidas. I. Menuzzi, Sergio de Moura, orient. II. Título.

## AGRADECIMENTOS

*Quero dizer MUITO OBRIGADA a Deus; ao Marcelo por me dar suporte emocional e financeiro durante todo o período do meu doutoramento; à minha filha, Ivi, por ser uma doçura estando perto ou longe de mim; ao meu orientador, Sergio Menuzzi, pela colaboração e pela compreensão; à CAPES por financiar esta pesquisa durante dois anos.*



*We are like dwarfs sitting on the shoulders of giants. We see more, and things that are more distant, than they did, not because our sight is superior or because we are taller than they, but because they raise us up, and by their great stature add to ours.*

John of Salisbury, *Metalogicon*, 1159.



## RESUMO

Esta tese tem por objetivo discutir algumas das questões semântico-pragmáticas relacionadas com as descrições demonstrativas, especificamente aquelas ligadas aos usos dêiticos dessas expressões, os quais englobam, ao nosso ver, os usos dêiticos canônicos, os usos descritivos e os usos com referência deferida (NUNBERG, 1993, 2004; ELBOURNE, 2005, 2008). Para realizar nossas análises, utilizamos a semântica de situações (KRATZER, 1989) e as noções de situação *default* e situação *não-default* (WOLTER, 2006).

Para iniciar a investigação, no Capítulo 1, retomamos conceitos da abordagem de Kaplan (1989), uma das pioneiras em relação ao estudo dos demonstrativos. Além disso, também expomos os principais aspectos da teoria de Wolter (2006) – uma abordagem semântico-pragmática elegante que tenta explicar diferentes usos das descrições demonstrativas através da semântica de situações. Utilizamos a teoria de Wolter (2006) como parâmetro de comparação pela sua importância e simplicidade em relação às outras abordagens. Por isso, a partir da abordagem da autora levantamos algumas questões no primeiro capítulo, as quais nortearam nossa investigação ao longo da tese.

No Capítulo 2, detemo-nos no papel da demonstração nos usos dêiticos das descrições demonstrativas. Nossa investigação procurava entender se apontamentos (gestos físicos que acompanham e são importantes para a determinação do valor semântico das expressões dêiticas) são elemento “essenciais”, no sentido de serem convencionalmente ligados às descrições demonstrativas. Concluímos que demonstrações e saliência são fatores “não-essenciais” da semântica das descrições demonstrativas, porque eles podem ser substituídos por outros elementos dado um contexto adequado, ponto de vista que se aproxima da abordagem de Wolter (2006).

No Capítulo 3, buscamos elucidar a influência e/ou a função semântica do conteúdo descritivo adicional na interpretação das descrições demonstrativas dêiticas. Tendo como pano de fundo a abordagem de Wolter (2006), suas noções de situação *default* e de situação *não-default* e suas análises dos “usos descritivos W” ou NDNS (KING, 2001), verificamos que a ideia da autora de que o material adicional introduz uma variável de situação extra na forma lógica é uma assunção desnecessária. Afirmamos isso, com base na constatação de que o conteúdo descritivo adicional é o último e o mais poderoso meio de

restrição do domínio de referentes das descrições demonstrativas, *i.e.*, ele é o elemento que assegura a unicidade quando outros elementos – apontamento, saliência, informação espacial do determinante – não são suficientes.

No Capítulo 4, analisamos os usos descritivos e os usos com referência deferida das descrições demonstrativas. Buscamos verificar a natureza e a importância do componente relacional, proposto por Nunberg (1993) e formalizado por Elbourne (2005), na semântica/pragmática dessas expressões. Concluímos, após análises empíricas, que o componente relacional é resultado de muitos processos pragmáticos, o que torna sua representação demasiadamente complexa e, muitas vezes, não completamente fiel aos processos envolvidos. Os usos descritivos e com referência deferida também serviram para elucidarmos o nível de semelhança/diferença semântico-pragmática das descrições demonstrativas e das descrições definidas. Chegamos à conclusão que devido às diferenças nos processos de interpretação desses dois grupos de expressões, aspecto evidenciado pelos usos descritivos e com referência deferida, elas não devem ser consideradas expressões similares do ponto de vista semântico-pragmático, apesar de alguns autores afirmarem o contrário (WOLTER, 2006; ELBOURNE, 2005, 2008, entre outros).

**Palavras-chave:** Semântica de Situações. Pragmática. Demonstrativos. Descrições definidas. Usos dêiticos. Usos descritivos.

## ABSTRACT

This dissertation aims to discuss some of the main points about semantics and pragmatics of demonstrative descriptions, specifically those related to deictic uses of these expressions, which in our point of view include canonical deictic uses, descriptive uses and, uses with deferred reference (NUNBERG, 1993, 2004; ELBOURNE, 2005, 2008). We use the situations semantics (KRATZER, 1989) and conceptions of default situation and non-default situation (WOLTER, 2006) to work in our analyzes.

To begin the investigation, in Chapter 1, we recall concepts from Kaplan's approach (1989), one of the pioneers in relation to the study of demonstratives. In addition, we also discuss the main aspects of Wolter's theory (2006); an elegant semantic-pragmatic approach that tries to explain different uses of demonstrative descriptions through situation semantics. Wolter (2006) is our parameter of comparison for its importance and simplicity. Because of this, in this chapter we also raise some questions related to Wolter's theory which guide our investigation throughout the thesis.

The purpose of Chapter 2 is analyzing the role of demonstration in deictic uses of demonstrative descriptions. Our investigation tries to explain whether pointings (physical gestures associated to deictic expressions and important to semantic value determination) are "essential elements" in the sense of being conventionally related to demonstrative descriptions. We conclude that demonstrations and salience are "non-essential" elements to the semantics of the demonstrative descriptions, mainly because they can be replaced by other elements given a suitable context.

In Chapter 3, our focus is to elucidate the semantic influence and/or the semantic function of additional descriptive content in the interpretation of deictic demonstrative descriptions. Our investigation is based on Wolter's approach (2006), her concepts of default and non-default situations and her analysis of "W descriptive uses" or NDNS's uses (KING, 2001) – these uses are distinct from deictic uses, but they also have additional descriptive content associated with demonstrative descriptions. We conclude that Wolter's conception, in which the additional material introduces an extra situation variable in logical form, is an unnecessary assumption. We affirm this, based on examples where the additional descriptive content is the last resource and the

most powerful means of restricting the domain of reference of demonstrative descriptions, *i.e.*, it is the element that ensures the uniqueness when other elements, such as pointing, contextual salience and, spatial information of the determiner, are not enough to do this.

In Chapter 4, we analyze descriptive uses and uses with deferred reference of demonstrative descriptions. We verify the nature and the importance of the relational component, proposed by Nunberg (1993) and formalized by Elbourne (2005), in the semantics / pragmatics of these expressions. We conclude, after empirical analysis, that the relational component is the result of many pragmatic processes. This complexity makes its formal representation too complicated and often not completely faithful to all the processes involved in interpretation. The descriptive uses and uses with deferred reference also contributed to elucidate the semantics / pragmatics level of similarity / difference between demonstrative descriptions and definite descriptions. We conclude that the distinct processes of interpretation of these two groups of expressions are relevant, so they should not be considered similar expressions from the semantic-pragmatic point of view, although some authors affirm the opposite (WOLTER, 2006; ELBOURNE, 2005, 2008, among others).

**Keywords:** Situation Semantics. Pragmatics. Demonstratives. Definite descriptions. Deictic uses. Descriptive uses.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Esquema adaptado de Schlenker (2011, p. 7).....	21
Figura 2	Demonstrações: dois pontos de vista.....	47
Figura 3	Hierarquia de Acessibilidade.....	59
Figura 4	Componentes dêíticos dos demonstrativos.....	68
Figura 5	Licenciamento das DEMs com usos descritivos W.....	79
Figura 6	Concepção de Bach e Cooper (1978) para as sentenças relativas.....	84
Figura 7	Como Wolter (2006) incorpora a teoria de Bach e Cooper (1978).....	85
Figura 8	Diferenças de atuação dos adjetivos classificadores e avaliativos.....	92
Figura 9	Exemplos (144) - (146).....	105
Figura 10	Exemplos (147) - (149).....	106
Figura 11	Classificação dos usos das DEMs analisados nesta tese..	110
Figura 12	Processo de interpretação dos indexicais e das DEMs...	119
Figura 13	Processo de interpretação das DEFs.....	119
Figura 14	Assimetria entre DEFs e demonstrativos segundo Nun- berg.....	125



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PB	Português Brasileiro .....	15
DEMs	Descrições demonstrativas.....	15
DEFs	Descrições definidas .....	16
SD	Situação <i>default</i> .....	16
SND	Situação não- <i>default</i> .....	16
NP	Noun Phrase.....	26
VP	Verbal Phrase.....	30
FL	Forma Lógica .....	44
DP	Determiner Phrase.....	51
CG	Common Ground .....	53



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1 PROBLEMATIZANDO ALGUMAS DAS TEORIAS EXISTENTES SOBRE DEMONSTRATIVOS DÊITICOS</b> .....	19
1.1 KAPLAN E A ABORDAGEM DA REFERÊNCIA DIRETA	20
1.2 WOLTER E A ABORDAGEM BASEADA EM “SITUAÇÕES” .....	25
1.2.1 Similaridades entre DEFs e DEMs .....	25
1.2.2 A noção de situação .....	26
1.2.3 Situações e o uso dêitico de DEFs e de DEMs .....	29
1.3 ESCRUTINANDO AS ANÁLISES DE KAPLAN E WOLTER PARA OS CASOS DÊITICOS DAS DEMS .....	35
1.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....	40
<b>2 ELEMENTOS ESSENCIAIS E NÃO-ESSENCIAIS PARA A INTERPRETAÇÃO DAS DEMS DÊITICAS: DEMONSTRAÇÕES E OUTROS ASPECTOS.</b> .....	43
2.1 O QUE É E O QUE NÃO É ESSENCIAL NA INTERPRETAÇÃO DAS DEMS? .....	43
2.2 DEMONSTRAÇÕES COMO ELEMENTOS ESSENCIAIS ..	47
2.2.1 Kaplan (1989a) .....	47
2.2.2 King (2001) .....	50
2.2.3 Roberts (2002) .....	53
2.2.4 Um problema para a concepção de que demonstrações são elementos essenciais .....	54
2.3 DEMONSTRAÇÕES COMO ELEMENTOS NÃO-ESSENCIAIS	56
2.4 IDENTIFICANDO SNDS .....	62
2.5 É NECESSÁRIO TER DOIS COMPONENTES DÊITICOS? SOBRE INDEXAÇÃO. ....	67
2.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....	73
<b>3 CONTEÚDO DESCRITIVO ADICIONAL: COMO ELE ENTRA NA SEMÂNTICA DAS DEMS?</b> .....	75
3.1 A PROPOSTA DE ANÁLISE DE WOLTER PARA AS DEMS COM MATERIAL DESCRITIVO ADICIONAL .....	76
3.1.1 Os usos descritivos W .....	76
3.1.2 Veneeta Dayal e o papel das situações na semântica do <i>free choice any</i> .....	80

3.1.3 Os modificadores pós-nominais introduzem situações na semântica das DEMs .....	83
3.2 TEORIAS SOBRE O PAPEL DO CONTEÚDO DESCRITIVO NAS DEMS .....	88
3.2.1 Conteúdo descritivo das DEMs: Teoria Mínima ....	89
3.2.2 Conteúdo descritivo das DEMs: Teoria Intermediária	95
3.2.3 Conteúdo descritivo das DEMs: Teoria Máxima....	98
3.2.4 Considerações sobre as teorias sobre o papel do conteúdo descritivo nas DEMs .....	100
3.3 ANÁLISE DOS USOS DÊITICOS DAS DEMS COM CONTEÚDO DESCRITIVO ADICIONAL .....	101
3.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....	107
<b>4 OS USOS DESCRITIVOS DAS DEMS .....</b>	<b>109</b>
4.1 NUNBERG (1993, 2004): OS USOS DESCRITIVOS REVELAM A ASSIMETRIA ENTRE DEFS E DEMS .....	111
4.1.1 Distinção entre os indexicais puros e as DEMs segundo Nunberg (1993, 2004) .....	122
4.2 ELBOURNE (2005, 2008) E A FORMALIZAÇÃO DA ABORDAGEM DE NUNBERG (1993, 2004). .....	125
4.2.1 Características gerais da abordagem com componentes de Elbourne .....	126
4.2.2 DEFS segundo Elbourne .....	128
4.2.3 A análise das DEMs e dos pronomes com usos descritivos. ....	129
4.2.4 Algumas razões para suspeitar da abordagem semântico-pragmática de Nunberg (e de Elbourne) .....	133
4.2.5 Algumas tentativas utilizando a abordagem de Wolter (2006) .....	140
4.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....	142
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>145</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>149</b>

## INTRODUÇÃO

Análises semânticas e pragmáticas dos demonstrativos (simples e complexos) do inglês são encontradas facilmente na literatura (NUNBERG, 1993, 2004; ELBOURNE, 2005, 2008; WOLTER, 2006; BACH, 2004; KING, 2001; RECANATI, 2004; ROBERTS, 2002). No entanto, o mesmo não se pode dizer sobre análises semântico-pragmáticas dos demonstrativos do Português Brasileiro (PB), que são em um número bastante limitado (VOGT, 2013; BASSO; VOGT, 2013; AMARAL, 2011, 2014). A fim de colaborar com os estudos já existentes sobre os demonstrativos (do PB e de outras línguas naturais) e servir de estímulo para estudos futuros, esta tese tem o objetivo de analisar, de um ponto de vista semântico-pragmático, os usos dêiticos canônicos, os usos descritivos e os usos com referência deferida das descrições demonstrativas (DEMs). A abordagem de Wolter (2006), por ser uma abordagem elegante e ampla, foi escolhida como uma das teoria de base para o desenvolvimento de nossas análises; principalmente, as ferramentas formais da semântica de situações (KRATZER, 1989) ampliadas pelos conceitos de situação não-*default* e de situação *default* de Wolter (2006). Os usos dos demonstrativos a que fazemos referência são exemplificados a seguir:

- (1) *Aquela casa* [apontando na direção de uma casa azul] se parece com a nossa.
- (2) *Esse cara* costumava ser italiano [apontando para o Papa Francisco].
- (3) *Esse homem* morreu de tristeza [apontando para uma casa em que morava um viúvo].

*Grosso modo*, nos **usos dêiticos canônicos**, o valor semântico da expressão demonstrativa (uma entidade) é determinado com a colaboração de algum elemento extralinguístico do contexto de proferimento, como o apontamento para a casa azul em (1); nos **usos descritivos**, como em (2) (abordados por Nunberg 1993, 2004; e Elbourne 2005, 2008), a determinação do valor semântico do demonstrativo (uma propriedade ou um conjunto de indivíduos) depende de que se identifique o índice apontado (Francisco); e nos **usos com referência deferida** (também abordados por Nunberg 1993, 2004; e Elbourne

2005, 2008), por exemplo, para se determinar o valor semântico da expressão demonstrativa (uma entidade) é necessário se considerar uma propriedade ('o morador da casa azul') do índice (a casa apontada).

Entender como os interlocutores atribuem significado aos demonstrativos, nesses diversos contextos, é o nosso intuito. Por isso, esta tese é constituída de quatro capítulos em que se apresentam duas das principais teorias semântico-formais sobre demonstrativos; se discutem os aspectos semânticos essenciais (convencionais) das DEMs com uso dêitico; se analisa o papel do conteúdo descritivo adicional na interpretação das DEMs; e, finalmente, se apresenta uma discussão sobre os usos descritivos e os usos com referência deferida, a fim de examinar a necessidade de se assumir um componente relacional na semântica dessas expressões; através dessa discussão, também abordamos um assunto recorrente na linguística, especialmente na semântica, a questão da diferença ou semelhança semântico-pragmática entre DEMs e descrições definidas (DEFs). O detalhamento do conteúdo dos capítulos é feito a seguir.

No Capítulo 1, apresentam-se e problematizam-se as teorias de Kaplan (1989a) e de Wolter (2006) sobre os demonstrativos. Elas foram escolhidas porque a primeira é uma das abordagens semântico-formais pioneiras sobre os demonstrativos e a segunda é uma das teorias que dá conta de diferentes usos das DEMs de forma elegante, utilizando a semântica de situações e duas concepções de situações – situação *default* (SD) e situação *não-default* (SND) – as quais explicam adequadamente a dependência contextual das DEMs. Nesse capítulo, são apontados alguns dos problemas, já largamente discutidos na literatura, da teoria kaplaniana. Mas também são apontadas inadequações e questões pendentes que estão presentes na abordagem de Wolter (2006). Essas questões e pendências são o fio condutor da nossa investigação ao longo da tese.

No Capítulo 2, são analisados e discutidos os aspectos essenciais (convencionais/ não-destacáveis) da interpretação das DEMs dêiticas, principalmente, o papel das demonstrações (gestos físicos do falante) que acompanham o proferimento das DEMs. Para isso, são apresentados os argumentos das abordagens em que a demonstração é vista como um aspecto essencial (KAPLAN, 1989a; KING, 2001; ROBERTS, 2002) e aspectos da abordagem de Wolter (2006) que, segundo nossa interpretação, elabora as demonstrações como elementos não-essenciais, ou melhor, elementos não-convencionais que determinam aspectos essenciais da interpretação das DEMs, por exemplo, o tipo de situação em que as DEMs são avaliadas. O último ponto de vista é defendido

por nós com base em análises empíricas.

No Capítulo 3, aborda-se o papel do conteúdo descritivo adicional (constituintes extras adicionados às DEMs: como a expressão ‘azul da esquina’ em ‘aquela casa azul da esquina’). São apresentados três tipos de abordagens: para a primeira, o conteúdo descritivo não influencia na indicação do referente (LEONETTI, 2000); para a segunda, ele serve para determinar o referente, mas não participa do conteúdo (proposição) (BORG, 2002, 2009); e, para a terceira, ele tem papel na determinação do referente e seu conteúdo constitui a proposição (AMARAL, 2011, 2014). Defendemos um ponto de vista como o de Amaral (2011, 2014). Para examinar como o conteúdo extra entra na semântica das DEMs, analisamos a abordagem de Wolter (2006) para os usos descritivos W (usos similares aos analisados por King, 2001). Nessa abordagem, a autora sugere que o conteúdo descritivo adicional introduz uma variável adicional de situação na semântica das DEMs. Após análises empíricas concluímos que: (i) o conteúdo descritivo adicional é um dos elementos responsáveis pela restrição no domínio de referentes, quando elementos pragmáticos de restrição, como o apontamento e a saliência, são insuficientes; e (ii) a assunção de que o conteúdo descritivo adicional introduz uma nova variável de situação é desnecessária.

No Capítulo 4, é apresentada uma discussão envolvendo os usos descritivos e usos com referência deferida (exemplos (2) e (3)). Através dela, avaliamos a necessidade de postular um componente relacional na semântica das DEMs – conforme afirma Elbourne 2005, 2008 – o que acaba complicando excessivamente a formalização das expressões. Além disso, também analisamos o nível de semelhança entre DEFs e DEMs, através da exposição das ideias de teorias que defendem que DEFs e DEMs são semanticamente/pragmaticamente similares (ELBOURNE, 2005, 2008; WOLTER, 2006) e uma das teorias que defende que elas são diferentes (NUNBERG, 1993, 2004). De ambos os pontos, concluímos que: (i) a representação formal do componente relacional é desnecessária e ineficiente em razão dos inúmeros processos pragmáticos utilizados na determinação do valor semântico das DEMs com uso descritivo e com referência deferida; e (ii) as diferenças entre DEFs e DEMs são mais profundas do que as aparentes semelhanças entre elas devido aos distintos processos de interpretação envolvidos nos seus usos.

Nas considerações finais, retomamos os pontos principais desta tese e as conclusões às quais chegamos. Além disso, sugerimos, aos que se interessam pelos tópicos aqui analisados, aspectos que merecem ser

mais bem esclarecidos.

## 1 PROBLEMATIZANDO ALGUMAS DAS TEORIAS EXISTENTES SOBRE DEMONSTRATIVOS DÊITICOS

Muitas abordagens foram propostas, ao longo dos anos, para dar conta da semântica e da pragmática das expressões demonstrativas. Neste capítulo<sup>1</sup>, apresentaremos os principais aspectos de duas delas (KAPLAN, 1989a; WOLTER, 2006). De modo geral, teorias como a de Kaplan (1989a), uma abordagem notável na Semântica e na Filosofia da Linguagem, dizem que os demonstrativos, na verdade, se assemelham aos nomes próprios<sup>2</sup>. No entanto, há abordagens como a de Wolter (2006) que afirmam que expressões demonstrativas e as DEFs formam uma classe semântica natural. Um dos aspectos que favorece o segundo ponto de vista é o fato de que, em geral, os autores que o defendem se baseiam em análises que vão além de um único uso das expressões. Especificamente, autores como Wolter (2006) verificam como se dão os vários usos desses itens – entre eles, o uso anafórico<sup>3</sup> e o uso descritivo W<sup>4</sup> – enquanto que Kaplan e os demais referencialistas tendem a abordar somente o uso dêitico canônico dos indexicais puros e dos demonstrativos.

Neste capítulo, nos restringimos a discutir e a analisar o comportamento semântico das DEMs<sup>5</sup> e das DEFs no seu uso dêitico e levantar alguns problemas – que serão mais bem discutidos e terão suas soluções propostas ao longo desta tese – em relação às abordagens de Kaplan (1989a) e de Wolter (2006).

---

<sup>1</sup>Baseado em Teixeira e Menezes (2015b).

<sup>2</sup>Em capítulos posteriores, assumimos um ponto de vista similar ao de Kaplan (1989a) de que existem diferenças entre as DEFs e as DEMs. No entanto, não defendemos que os demonstrativos são similares aos nomes próprios.

<sup>3</sup>Nos usos anafóricos, geralmente, a determinação do valor semântico do demonstrativo depende de um antecedente linguístico como no exemplo seguinte: ‘Tá vendo aquela casa azul ali? *Aquela casa* se parece com a nossa’.

<sup>4</sup>Os usos descritivos a que Wolter (2006) se refere não são os mesmos usos descritivos a que Nunberg (1993) e Elbourne (2005) se referem (e que são discutidos no capítulo 4). *Grosso modo*, nos usos descritivos de Wolter (e King, 2001), o referente é único e pode não ser identificado pelo interlocutor (e.g., ‘*Aquele aluno* que tirou dez na prova é um gênio!’). Em Nunberg (e Elbourne, 2008), por seu turno, o índice (um elemento intermediário que permite a identificação do valor semântico) é único e é identificado pelo interlocutor, mas o referente quase sempre é um conjunto de indivíduos (e.g., ‘*Ele* costumava ser italiano’[apontando para o Papa Francisco]).

<sup>5</sup>Acreditamos que a maioria das conclusões e dos pontos levantados nesta tese valem para os demonstrativos simples ou nus, e.g., ‘aquilo’, em ‘*Aquilo* está me incomodando’. No entanto, ao longo do texto, nos referimos somente às DEMs.

## 1.1 KAPLAN E A ABORDAGEM DA REFERÊNCIA DIRETA

Kaplan (1989a) propõe uma das análises semântico-formais mais conhecidas para os termos dêiticos (ou indexicais) (uma caracterização de uso dêítico, segundo diferentes autores, é dada no Capítulo 2, seção 2.1). Para fins teóricos, ele faz uma distinção entre os dêiticos puros e os demonstrativos. Os dêiticos puros incluem palavras como ‘eu’, ‘agora’, ‘amanhã’, ‘ontem’, ‘aqui’. Esse tipo de expressão obtém seu valor semântico através de alguma característica do contexto (de proferimento), e segundo Kaplan (1989a, p. 491), qualquer demonstração que ocorra durante o seu uso serve somente para lhe dar ênfase.

Os demonstrativos (ou dêiticos impuros), por sua vez, demandam um apontamento – apontamento ou demonstração é qualquer gesto físico (usando as mãos, a cabeça, os olhos, etc.) associado ao proferimento de uma DEM – ou alguma outra demonstração da intenção referencial para a determinação de seu referente. Segundo Kaplan, o apontamento é crucial para determinar o referente de um demonstrativo dêítico<sup>6</sup>.

A teoria de Kaplan tem por objetivo dar conta dos dois tipos de expressões – dos demonstrativos e dos dêiticos puros. Para isso, Kaplan (1989a) lança mão da semântica de mundos possíveis e da teoria da referência direta.

Kaplan propõe que os dêiticos são termos diretamente referenciais, ou seja, termos que se referem a um dado objeto sem nenhum tipo de mediação do conteúdo descritivo – *i.e.*, sem a mediação de um sentido fregeano. E, por isso, são designadores rígidos (como os nomes próprios), isto é, os dêiticos são expressões “[...] whose referent, once determined, is taken as fixed for all possible circumstances – that is, is taken as being the propositional component” (1989a, p. 754)<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup>Em um artigo posterior, “Afterthoughts”, Kaplan revisa sua teoria, afirmando que demonstrações não são inerentes à interpretação de demonstrativos. Assim, ele passa a considerar “[...] directing intention [...] as criterial, and [...] the demonstrations as a mere externalization of this inner intention. The externalization is an aid to communication, like speaking more slowly and loudly, but is of no semantic significance” (1989b, p. 582).

<sup>7</sup>Por exemplo, considere a sentença (i), abaixo:

- (i) Eu poderia estar na aula.

Se o falante do contexto *c* (contexto de proferimento de (i)) é Pedro, Pedro será tomado como o referente de ‘eu’ em todos os mundos possíveis acessíveis a partir (do mundo) de *c*, pois o dêítico funciona como um designador rígido quando relacionado a um certo contexto. A ideia, *grosso modo*, é que dêiticos envolvem um contexto

Uma vez que os dêiticos são expressões que dependem do contexto de proferimento para que seus referentes sejam determinados, é preciso estabelecer como é formado o contexto. Kaplan faz uma caracterização formal de contexto e, com base nela, define duas funções responsáveis pelo significado dos dêiticos – a função caráter e a função conteúdo. A seguir, apresentaremos sinteticamente todos esses elementos.

Um contexto kaplaniano é formado por um conjunto de coordenadas, representadas por meio da ênupla  $\langle c_a, c_h, c_t, c_l, c_w \rangle$ . Nessa notação,  $c_a, c_h, c_t, c_l, c_w$  estão, respectivamente, por agente/falante, ouvinte, tempo, local e mundo do contexto  $c$ , que, segundo Kaplan, é sempre o contexto de proferimento – note que essa ênupla pode ser aumentada para incluir objetos presentes no contexto e, assim, dar conta do uso de demonstrativos. A partir da determinação das coordenadas do contexto, pode-se definir os valores das funções de caráter e conteúdo, as quais, por sua vez, são as responsáveis pelo significado dos dêiticos. O caráter é uma função que toma como *input* um dado contexto e produz como *output* um conteúdo. Por seu turno, o conteúdo toma como *input* um mundo possível e produz um valor semântico: o conteúdo de uma sentença é uma proposição<sup>8</sup>. A Figura 1 ilustra esse processo:

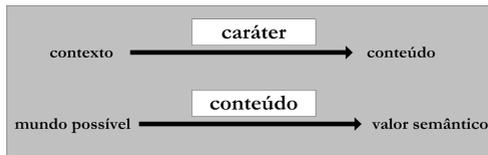


Figura 1: Esquema adaptado de Schlenker (2011, p. 7).

Tomando como exemplo a sentença em (4), abaixo, e tendo como contexto relevante  $c^* = \langle c_a = \text{Pedro}, c_h = \text{Julia}, c_t = 2013, c_l = \text{Alpes}, c_w = w^* \rangle$ , chegaremos aos seguintes caráter e conteúdo:

$$(4) \quad S = \textit{Eu estou aqui}$$

$$\text{Caráter (S)} = \lambda c \lambda w [c_a \text{ está em } c_l]$$

---

para determinar seu valor (seu referente). Após essa determinação, eles designam sempre o mesmo indivíduo em todos os mundos, por isso, são similares aos nomes próprios, *i.e.*, designam rigidamente.

<sup>8</sup>No capítulo 2, retomamos esses conceitos; para mais esclarecimentos, consultar Teixeira (2012) e Vogt (2013).

$$\begin{aligned}
\text{Conteúdo (S)} &= [\text{Caráter (S)}] (c^*) (w^*) \\
&= \lambda c \lambda w [c_a \text{ está em } c_l] (c^*) (w^*) \\
&= \lambda w [\text{Pedro está nos Alpes}] (w^*)
\end{aligned}$$

Em prosa, para (4), o caráter é uma função que toma o contexto e produz o conteúdo. Assim, o caráter de (4) é igual ao agente do contexto estar na localização do contexto. Para que se saiba o significado final da sentença, falta definir o conteúdo (uma função que toma um mundo possível<sup>9</sup> e produz um valor semântico). Assim, o conteúdo da sentença em (4) é o caráter em relação ao mundo possível  $w^*$ , o que vai gerar um valor semântico (nesse caso, um valor de verdade). Portanto, o conteúdo de (4) é formado pelo conjunto de mundos em que Pedro está nos Alpes. E a sentença (4) será verdadeira se ‘Pedro está nos Alpes’ é verdadeira no mundo de avaliação – no caso acima, em nosso mundo<sup>10</sup>.

Levando esses elementos em conta, segundo Kaplan (1989a), tanto os dêiticos puros quanto os demonstrativos interpretados deiticamente não mantêm relações de escopo com outros operadores na sentença: sua contribuição proposicional é sempre um indivíduo – e não alguma propriedade ou conteúdo descritivo que possa interagir logicamente com outros elementos da sentença. Assim, uma sentença com demonstrativos sempre expressa uma proposição singular, *i.e.*, uma proposição que contém um indivíduo como constituinte lógico. Em decorrência disso, esses elementos sempre são interpretados com referente fixo, como podemos observar pela sentença (5), baseada nos exemplos de Kaplan.

**Contexto:** João e Maria estão sentados lado a lado. O falante, que está atrás deles, aponta para o João diz:

---

<sup>9</sup>Assumimos que o mundo a ser considerado (salvo indicações ao contrário, como a presença de modais) é o mundo do contexto ( $c_w$ ), que no exemplo acima é  $w^*$ .

<sup>10</sup>De acordo com Kaplan (1989a), operadores (modais como ‘possivelmente’, verbos de atitude proposicional como ‘saber’, etc.) só podem operar sobre o conteúdo de um indexical, *i.e.*, seu valor proposicional. Assim, segundo ele, em língua natural, só há operadores que atuam sobre o conteúdo (função composta por mundos possíveis) e não operadores que atuam sobre o caráter (função composta por contextos). Muitos autores (SCHLENKER, 1999, 2003, 2011; ANAND; NEVINS, 2004; ANAND, 2006; BASSO; TEIXEIRA, 2011; TEIXEIRA, 2012; TEIXEIRA; BASSO, 2013, 2015) mostram que a afirmação de Kaplan (1989a) não é correta, pois foram encontrados operadores atuando sobre o caráter dos indexicais em várias línguas, inclusive no PB.

- (5) Se João e Maria trocassem de lugar, *a pessoa para quem eu estou apontando* devia ser uma mulher.
- (6) Se João e Maria trocassem de lugar, *aquela pessoa* devia ser uma mulher<sup>11</sup>.

Em (5), a DEF ‘a pessoa para quem eu estou apontando’ está sob o escopo do modal ‘devia’. Nessa situação, o referente da descrição varia com os mundos possíveis, e a proposição pode ser verdadeira ou falsa a depender do mundo possível considerado; é, portanto, contingente. *Grosso modo*, a interpretação de (5) pode ser parafraseada como: ‘Se João e Maria trocassem de lugar, em todo o mundo possível  $w$  em que  $y$  fosse a pessoa para quem estou apontando,  $y$  seria uma mulher’.

Segundo Kaplan (1989a), a DEM em (6), ao contrário, refere rigidamente e tem seu referente determinado no nível pré-proposicional. Assim, o demonstrativo não mantém relações de escopo e, por isso, seu valor semântico não varia com os mundos possíveis. O referente é fixado como sendo João (por apontamento) e, por isso, a sentença é falsa. Nessa situação, a paráfrase adequada da interpretação seria: ‘Se João e Maria trocassem de lugar, em todo o mundo possível  $w$ , João seria uma mulher’<sup>12</sup>.

Segundo Kaplan (1989a), os demonstrativos, apesar de serem termos diretamente referenciais, “[...] may be associated with full-blown Fregean senses used to fix the referent. But in any case, the descriptive meaning of a directly referential term is no part of the propositional content”(p. 756). Em outras palavras, para Kaplan (1989a), o conteúdo descritivo de uma DEM (assim, como as demonstrações associadas a ela) não entra no conteúdo proposicional, ele só serve para determinar o referente. Por exemplo, para o linguista, os termos ‘Aquele homem’ ou ‘Aquele homem com uma faca na mão esquerda e uma orelha na

<sup>11</sup>O fato de o demonstrativo designar rigidamente não é consequência do uso do condicional, conforme poderia ser sugerido, pois, segundo a abordagem de Kaplan (1989a), demonstrativos (e indexicais em geral) referem rigidamente mesmo quando não há condicionais. Por exemplo, se aponto para o Pedro e digo: ‘*Aquele cara* podia ser uma mulher’ a proposição é, *grosso modo*, (Pedro, ser-mulher); por isso, para qualquer  $w$ , a sentença será F. Mas se digo ‘*O homem para quem estou apontando* podia ser uma mulher’, a proposição é (*demonstratum*, ser-mulher); assim, dependendo de  $w$ , o *demonstratum* pode variar e a sentença pode ser V ou F. Além disso, sendo um contexto intensional, o condicional serve exatamente para mostrar se a expressão pode variar em escopo ou não. Se variar, então não pode ser um designador rígido; se não variar, então é um designador rígido.

<sup>12</sup>A concepção kaplaniana de que os dêiticos são designadores rígidos é questionada por autores como Numberg (1993). Através de exemplos de usos descritivos dos indexicais, o autor mostra que um dêitico pode não ser usado para referir a um indivíduo particular. Para maiores detalhes, consultar o capítulo 4

mão direita' dão a mesma contribuição para a formação da proposição, *i.e.*, contribuem com um indivíduo.

A partir disso, Kaplan tenta traçar um paralelo entre o sentido fregeano e o papel da demonstração no uso dêitico dos demonstrativos: ambos participam da determinação da referência (embora só o sentido fregeano faça parte das condições de verdade da proposição). Em outras palavras, a demonstração teria função similar à função do sentido fregeano: se demonstrações “[...] are required to “complete” demonstratives” (KAPLAN, 1989a, p. 768), elas funcionam como uma espécie de sentido, pois também fornecem um caminho para se chegar ao referente – o *demonstratum*. Em suma, podemos pensar que cada apontamento para um determinado indivíduo equivale a uma maneira de se determinar o referente, de modo semelhante ao que ocorre com o sentido fregeano.

Kaplan resume sua teoria para os dêiticos demonstrativos do seguinte modo:

Demonstratives are incomplete expressions which must be completed by a demonstration (type). A complete sentence (type) will include an associated demonstration (type) for each of its demonstratives. Thus each demonstrative, *d*, will be accompanied by a demonstration,  $\delta$ , thus:  $d[\delta]$ . The character of a complete demonstrative is given by the semantical rule:

In any context *c*,  $d[\delta]$  is a directly referential term that designates the demonstratum, if any, of *d* in *c*, and that otherwise designates nothing (KAPLAN, 1989a, p. 771-772).

Portanto, uma das principais teorias semânticas dos demonstrativos (Kaplan, 1989a) busca dar conta, explicitamente, somente dos usos dêiticos canônicos desses termos. Nela, os indexicais são apresentados como designadores rígidos, o que explica o fato de eles não participarem em relações de escopo nas sentenças em que aparecem. E, além disso, as demonstrações associadas a eles são elementos necessários para a semântica dos demonstrativos, pois determinam seu referente (aspecto detalhado no capítulo 2).

## 1.2 WOLTER E A ABORDAGEM BASEADA EM “SITUAÇÕES”

### 1.2.1 Similaridades entre DEFs e DEMs

Tendo apresentado os principais aspectos da abordagem kaplaniana, que afirma que os demonstrativos são similares aos nomes próprios, apresentaremos, nesta seção, alguns dos principais pontos da abordagem de Wolter (2006), que é a teoria que utilizaremos como base para comparações e como ponto de partida para as análises propostas nesta tese.

Em termos gerais, Wolter (2006) (i) usa situações para dar conta da semântica das DEMs; (ii) propõe a existência de dois tipos de situações em que as expressões são avaliadas – situações *default* e *não-default*; (iii) afirma que DEMs são estruturas semelhantes às DEFs do ponto de vista semântico; e (iv) oferece um tratamento semântico unificado dos seus diferentes usos, isto é, seus usos dêiticos canônicos, anafóricos e “descritivos W”.

A afirmação em (iii) resulta, segundo a autora, na concepção de que as DEFs e as DEMs (bem como os pronomes) do inglês formam uma classe semântica natural. As particularidades dessas expressões, por sua vez, estão ligadas ao tipo de situação em que os itens são avaliados. *Grosso modo*, as DEMs são interpretadas em SNDs, enquanto que as DEFs são interpretadas em SDs. Adiante, discutiremos, em detalhes, as diferenças entre os dois tipos de situações.

Neste primeiro contato com a abordagem de Wolter (2006), nos deteremos nos usos dêiticos canônicos (os usos descritivos, os usos com referência deferida e os usos descritivos *W* serão explorados em capítulos específicos) em que as DEMs e as DEFs<sup>13</sup> se referem a uma entidade no entorno físico do contexto do enunciado. Em usos dêiticos de uma expressão, um elemento extralinguístico é necessário para determinar o referente, como em (7), proferida em um local em que há um único gato (cf. Wolter, 2006, p. 26).

(7) *O gato / aquele gato está ronronando.*

Wolter (2006) afirma que as DEMs e as DEFs não mantêm relações de escopo nos seus usos dêiticos – seu escopo é inerte – fato que corrobora a concepção da autora de que DEFs e DEMs podem ser agrupadas numa mesma classe semântica, entre outras coisas, pelas

---

<sup>13</sup>Muitos falantes não aceitam com facilidade sentenças com DEFs em contextos dêiticos.

mesmas possibilidades nas relações de escopo. Considere os seus exemplos traduzidos para o PB:

- (8) Todos os vira-latas da minha vizinhança, até mesmo o pior, têm um dono que acha que *aquela vira-lata* [apontando para Fido] é uma graça.

Em (8), o demonstrativo tem escopo amplo sobre o NP (Noun Phrase) quantificacional ‘Todos os vira-latas’ em decorrência do apontamento para o Fido. Wolter (2006), ao afirmar a inércia de escopo dos demonstrativos dêiticos, concorda com Kaplan (1989a), para quem os indexicais com uso dêitico sempre denotam um indivíduo e, por isso, não interagem composicionalmente.

A DEF, por seu turno, só terá uma interpretação dêitica se houver um único cachorro (saliente) no contexto do enunciado, por exemplo, se o Fido estiver correndo no local e a sentença em (9) for proferida. Sendo dêitica, a DEF também terá escopo amplo sobre o quantificador universal.

- (9) Todos os vira-latas da minha vizinhança, até mesmo o pior, têm um dono que acha que *o vira-lata* é uma graça<sup>14</sup>.

Por conta da semelhança nas relações de escopo, a linguista faz a seguinte generalização: “Deitic uses of definite and demonstrative descriptions are scopally inert, taking widest scope” (WOLTER, 2006, p. 28).

Tendo estabelecido que as DEFs e DEMs mantêm as mesmas relações de escopo, o passo seguinte de Wolter (2006) é apontar as diferenças entre os determinantes demonstrativos e definidos. Para isso, ela analisa em que condições (quais pressuposições devem ser satisfeitas) esses elementos referem com sucesso. Para entendermos isso, precisamos apresentar como a autora encaixa as situações na sua abordagem semântico-pragmática.

### 1.2.2 A noção de situação

O conceito de situação adotado por Wolter (2006) é baseado em Kratzer (1989).

---

<sup>14</sup>Aqui, o contexto parece exigir mais para que a sentença com DEF seja usada com sucesso: ele exige que haja um único cachorro saliente no contexto (e.g., correndo pela sala), mas também que ele seja o “tópico” – por exemplo, os interlocutores estejam falando dele.

Especificamente, Kratzer (1989) propôs a utilização de situações possíveis para dar conta da semântica de certas relações entre sentenças – a relação de *lumping*. Considere a seguinte situação:

**Contexto:** Numa noite de verão de 2014, Paula pintou uma tela de natureza-morta em que constavam algumas bananas e algumas maçãs e comeu alguns biscoitos. No dia seguinte, João pergunta a Paula o que ela fez na noite anterior e ela responde<sup>15</sup>:

(10) Eu pintei *uma natureza-morta*.

(11) Eu pintei *maçãs*.

(12) Eu pintei *bananas*.

Entre as três proposições veiculadas, em (10) até (12), se estabelece uma relação, pois se foi verdade que Paula pintou uma natureza-morta, também foi verdade que Paula pintou maçãs e que ela pintou bananas. Essa relação se dá porque se considerarmos a proposição em (10) como um fato do nosso mundo (no tempo  $t$ ), não podemos mais considerar as proposições em (11) e (12) como fatos separados/independentes. Nas palavras de Kratzer, “[...] if you count the facts of our world and you count Paula’s painting a still life as one of them, you’d better overlook her painting apples.”(1989, p. 609).

Ainda segundo Kratzer,

We like to think about the facts of a world in terms of the set of propositions which are true in it. And we are used to construe propositions as sets of possible worlds. The proposition that Paula painted a still life is the set of possible worlds in which Paula painted a still life. And the proposition that Paula painted apples is the set of possible worlds in which she painted apples (at the time under consideration). Both of these propositions happen to be true in our world. Possible worlds semantics captures this property in that the corresponding sets of possible worlds contain our world as a member. *As far as our world is concerned, the two propositions are even more closely related, though: they are not distinct facts of our world.* There is an aspect of the actual world that makes the proposition that Paula painted a still life true. And that

---

<sup>15</sup>Baseado em Kratzer, 1989, p. 608-609.

very same aspect of our world also makes the proposition that she painted apples true. It will be useful to have a technical term for the relationship we are after. Let us say that the proposition that Paula painted a still life *lumps* the proposition that she painted apples in the actual world (KRATZER, 1989, p. 609, *grifo nosso*).

Conforme vimos, Kratzer esclarece: (i) que fatos do mundo são concebidos em termos de conjuntos de proposições que são verdadeiras naquele mundo e (ii) que proposições são conjuntos de mundos possíveis. Considere a representação abaixo que exemplifica o conjunto de mundos em que as proposições de (10) – (12) são verdadeiras, respectivamente:

(13)  $w_1, w_2, w_4$

(14)  $w_1, w_4, w_5$

(15)  $w_1, w_5, w_6$

A proposição veiculada por (10) é o conjunto de mundos em que Paula pintou uma natureza-morta, representado em (13); a proposição em (11) é o conjunto de mundos em que ela pintou maçãs (no tempo  $t$ ), representado em (14); a proposição em (12) é verdadeira nos mundos em que Paula pintou bananas, representados em (15).

Como podemos observar, as proposições são formadas por mundos distintos, exceto pelo fato de que as três compartilham, pelo menos, um mundo,  $w_1$  – o nosso mundo. Sendo assim, as proposições de (10) – (12) são verdadeiras em nosso mundo. A semântica de mundos possíveis captura essa característica, qual seja, a de que os conjunto de mundos que formam as proposições contém o nosso mundo.

Note que as proposições mantêm uma relação bastante próxima (que não se dá, por exemplo, com a sentença ‘Paula comeu biscoitos’ que também tem  $w_1$  em seu conjunto de mundos), pois todas são verdadeiras em  $w_1$  e não equivalem a fatos distintos de  $w_1$ . Kratzer esclarece que há algum aspecto de  $w_1$  que torna a proposição em (10) verdadeira, e esse mesmo aspecto torna as proposições em (11) e em (12) verdadeiras, *i.e.*, há uma relação de *lumping* entre elas. Desse modo, a proposição em (10) *lumps* a proposição em (11) e a proposição em (12) no mundo atual –  $w_1$ .

Em outras palavras, segundo Kratzer, a proposição veiculada por ‘Paula pintou uma natureza-morta’ e a proposição veiculada por ‘Paula pintou maçãs’ não configuram fatos distintos do nosso mundo,

pois “[...] whatever aspect of our world makes the first proposition true will also make the second proposition true.”(KRATZER, 1989, p. 611). Sendo assim, como explicar que não é possível que (10) seja verdadeira e (11) e (12) sejam falsas em um determinado mundo, apesar das três sentenças veicularem proposições diferentes (já que são formadas por mundos diferentes)? Como explicar o tipo de relação que essas sentenças possuem?

De acordo com Kratzer, a solução é considerar elementos menores do que mundos possíveis para que essa relação seja explicada. Por isso, Kratzer propõe a utilização de partes de mundos possíveis, *i.e.*, situações possíveis. Nas palavras da autora: “If propositions are sets of possible situations rather than simply sets of possible worlds we will be able to actually define the lumping relationship [...]”(KRATZER, 1989, p. 611). Kratzer define situações como segue: “The parts of a world are its situations. Since worlds are parts of themselves, they are also situations. They are maximal situations, situations that are not part of other situations”(1989, p. 611), *i.e.*, uma situação é uma parte de um mundo possível, e um mundo possível é uma situação máxima.

A partir disso, podemos definir a relação de *lumping* como segue (KRATZER, 1989, p. 611):

Uma proposição P1 *lumps* uma proposição P2 em um mundo  $w$ , se e somente se (i) e (ii) são ambos verdade:

- (i) P1 é verdadeira em  $w$ ;
- (ii) sempre que uma situação  $s$  é parte de  $w$  e P1 é verdadeira em  $s$ , então P2 é verdadeira em  $s$  também.

Resumidamente, uma proposição *lumps* outra proposição em um mundo  $w$  se é mantida uma relação de parte-todo entre **as situações**  $s$  de  $w$ .

### 1.2.3 Situações e o uso dêitico de DEFs e de DEMs

Retornamos, agora, para a teoria de Wolter (2006) que, em geral, declara que um enunciado é avaliado em relação à situação em que ele foi proferido; por exemplo, o conteúdo descritivo de ‘o gato’ é interpretado em relação a uma situação saliente no contexto, como mostra (16),

**Contexto:** Há um único gato na sala. O falante comenta:

- (16) *O gato está dormindo.*

(17)  $\llbracket \text{o gato} \rrbracket = \iota x. \text{gato}(x, s)$

O espaço argumental do predicado ‘gato’ é saturado pela situação correspondente ao contexto do enunciado (s) – que, *grosso modo*, corresponde ao contexto físico imediatamente acessível aos interlocutores, qual seja, a sala em que (16) foi enunciada; assim, o predicado denota o conjunto constituído pelo único gato que está nesse contexto.

Wolter trabalha com a semântica de situações, assumindo que todos os predicados (VPs e NPs) têm um argumento de situação, *i.e.*, todos os predicados devem ser avaliados com respeito a uma situação particular<sup>16</sup>. Claramente, em casos gerais, a situação relevante é aquela em que o proferimento é produzido, mas pode ser necessário considerar outras situações – por exemplo, no caso de um operador intensional manter escopo sobre o predicado, como em (18):

(18) João *acredita* que *gnomos* existem.

O VP ‘acredita’ é avaliado em relação à situação em que a sentença (18) é produzida. Contudo, a oração ‘gnomos existem’ e o predicado que ela contém – ‘gnomos’ – não deveriam ser avaliados na mesma situação que a sentença (18). Na verdade, eles devem ser avaliados nas situações compatíveis com as crenças do João (no tempo do proferimento de (18)). Assim sendo, o primeiro ponto importante da teoria de Wolter é esse: *todos os predicados são avaliados em relação a situações, e os predicados da mesma sentença podem ser avaliados em situações diferentes.*

Levando isso em conta, Wolter (2006) introduz o que nós acreditamos ser a sua principal inovação para lidar com os demonstrativos: ela propõe que, em vez de haver uma única situação de fala, essa noção deveria ser fatorada em duas – uma situação de fala geral/básica, e um conjunto de subsituações de fala menores (que compõem a situação básica). Tecnicamente, as noções que ela adota são as seguintes:

- (i) situação *default* ou SD (que nós representamos por ‘ $s_0$ ’, com base em Elbourne 2005, 2008):  $s_0$  é a situação do enunciado, isto é, a situação em que a sentença – em particular, seu predicado principal – é avaliada<sup>17</sup>;

<sup>16</sup>Conceitualmente, a ideia é introduzir um tipo de relativização similar ao uso de mundos possíveis para expressar relações modais entre proposições. No caso de situações, a motivação de Kratzer é outro tipo de relação entre proposições – a relação de *lumping*, vista acima.

<sup>17</sup>Nós denotamos uma SD por  $s_0$ , porque ela é a única constante, *i.e.*, ela sempre se refere ao contexto de fala. As subsituações (ou SNDs) podem mudar, e por isso,

(ii) situação não-*default* ou SND ( $s_i$ , para  $i \in N^*$ ):  $s_i$  é uma subparte própria de  $s_0$ .

Vamos ver como isso funciona, por exemplo, em:

(19) João *veio* com *aquela mulher* [apontando].

*Grosso modo*, o VP ‘veio’ é avaliado na situação de fala (a SD) porque não há elemento indicando que o predicado deveria ser avaliado em uma subsituação particular; mas o NP (‘aquela mulher’) deve ser avaliado na subsituação de  $s_0$ , desde que há um elemento – o demonstrativo ‘aquele’, acompanhado pela demonstração em (19) – que indica ao ouvinte que ele deve identificar o referente em uma subcena particular e restrita da situação de fala. Como fica claro, em (19), essa subcena é aquela indicada pelo apontamento: a mulher com quem João veio deve ser a única mulher naquela subcena (e não alguma mulher em alguma outra subcena de  $s_0$ ).

Mas, como tudo isso trabalha tecnicamente? Comparando as entradas lexicais dadas por Wolter (2006) para o artigo definido e os determinantes demonstrativos, nós observamos que os últimos possuem todos os elementos que compõem a semântica/ pragmática do artigo definido **mais** algumas pressuposições adicionais<sup>18</sup>:

(20)  $[[that_n]]$ :  $\lambda P.P(s_n)$  é um conjunto unitário e  $s_n$  é uma situação não-*default*. Se definido, ele denota  $\iota x.P(x)(s_n)$ .  
(WOLTER, 2006, 102)

(21)  $[[this_n]]$ :  $\lambda P.P(s_n)$  é um conjunto unitário e  $s_n$  é uma situação não-*default* e  $\iota x.P(x)(s_n)$  está próximo ao falante. Se definido, ele denota  $\iota x.P(x)(s_n)$ .  
(WOLTER, 2006, 109)

---

as denotamos por ‘ $s_i$ ’, para  $i = 1, \dots, n$ . Wolter (2006, p. 65) afirma que  $s_0$  pode também ser chamada de “situação descrita” (de acordo com a terminologia de uma semântica de situações clássica) ou “the situation corresponding to the model of the current discourse” (de acordo com a terminologia de uma semântica dinâmica).

<sup>18</sup>Os itens lexicais ‘the’, ‘this’ e ‘that’ estão associados a um parâmetro  $n$  que será satisfeito por variáveis de situação  $s_n$ ; essas variáveis correspondem à situação em que o determinante denota – SND ( $s_1$ ) para DEMs e SDs ( $s_0$ ) para DEFs (cf. Vogt, 2013). Observe também que ‘this’ possui mais pressuposições que ‘that’, porque em inglês “[...] *that* [is] unmarked for distance from the speaker”(p. 102). Com isso, Wolter quer capturar a hierarquia de marcação dos determinantes definidos do inglês: ‘this’ é o mais marcado, pois carrega três pressuposições ou traços semânticos, ‘that’ carrega duas e o artigo definido somente uma.

- (22)  $[[the_n]]$ :  $\lambda P.P(s_n)$  é um conjunto unitário. Se definido, ele denota  $\iota x.P(x)(s_n)$ .  
(WOLTER, 2006, p. 101)

Agora considere, por exemplo, a interpretação de uma sentença como (23), abaixo. A pressuposição de unicidade de ‘o cachorro’ é satisfeita na SD (que é a mesma situação do predicado principal da sentença, isto é, a situação geral de fala). Mas em (24), por sua vez, além da pressuposição de unicidade, ‘esse cachorro’ tem duas pressuposições adicionais: (i) o NP é avaliado em uma SND, *i.e.*, uma subsituação de uma situação geral de fala; e (ii) o valor semântico é proximal ao falante.

$$(23) \quad [[O \text{ cachorro é fofo}]] = \text{ser-fofo} ([\iota x. \text{cachorro}(x, s_0)], s_0)$$

$$(24) \quad [[Esse \text{ cachorro é fofo}]] = \text{ser-fofo} ([\iota x. \text{cachorro}(x, s_1)], s_0)$$

É crucial para nós que se observe que as entradas lexicais propostas por Wolter (2006) não contêm qualquer elemento lógico correspondendo à demonstração. Na verdade, esse papel é desempenhado pelo mesmo elemento geralmente usado para relativizar a aplicação de predicados a contextos, qual seja, os índices de situação. A única maquinaria adicional é a ideia de que DEMs relativizam a interpretação do predicado a uma subcena particular da situação de fala; mas nada na representação lógica das DEMs diz como o falante e o interlocutor devem identificar essa subcena particular, *i.e.*, como eles restringem a situação de fala para uma situação menor. Nós assumimos isso como uma indicação de que esse papel é deixado, em geral, para a pragmática, assim como a determinação de outros índices contextuais é de responsabilidade da pragmática também.

Segundo Wolter (2006), uma SND (o tipo de situação que determinantes demonstrativos exigem para sua interpretação) pode ser pragmaticamente identificada por:

(i) saliência contextual: “[...] situations, like individuals, are salient if they are physically salient or recently evoked”(2006, p. 77);

(ii) apontamentos: “[...] speaker demonstrations establish non-default situations”(2006, p. 177).

Em resumo, as SNDs são definidas por fatores como a saliência contextual ou as demonstrações do falante. Conforme a autora, em

relação ao ponto (i), “[a] more precise characterization of how people organize their perceptions of the world and what factors influence salience is a problem for philosophers and psychologists” (WOLTER, 2006, p. 77), *i.e.*, a explicação de como situações se tornam salientes (em casos de enunciados sem demonstração) não é problema da linguística. Wolter só indica que situações salientes podem ser resultado de fatores de ordem física ou evocação recente. Em relação a (ii), *i.e.*, aos enunciados com demonstração, a posição da autora é mais clara: cada apontamento estabelece uma nova SND. Como demonstrações são estabelecadores de subsituações, elas são um dos elementos pragmáticos que distinguem SDs de SNDs.

A partir do estabelecimento das noções de SD e SND e observando as entradas lexicais de (20) – (22), é importante salientar que Wolter (2006, p. 63) propõe que os determinantes demonstrativos exigem que seu conteúdo descritivo seja interpretado em relação a uma SND (subsituação da SD) e o artigo definido exige que seu NP seja interpretado em relação às SDs (a mesma situação de avaliação do predicado principal da sentença). Assim, a linguista afirma que as DEMs têm um traço pressuposicional adicional, *i.e.*, são avaliadas numa SND (para as demais expressões, presume-se, como regra geral, que elas sejam interpretadas relativamente às SDs).

Em suma, para Wolter (2006), (i) as DEMs têm suas condições de unicidade satisfeitas em SNDs e (ii) as DEFs têm suas condições de unicidade satisfeitas em SDs, isto é, o conteúdo descritivo deve ser satisfeito por um único referente na situação de fala.

Vamos aplicar, agora, a proposta semântica delineada por Wolter (2006) aos usos dêiticos canônicos das DEMs e das DEFs em (25) e (26).

**Contexto:** Apontando para um quadro, entre outros.

- (25) *Esse quadro está torto.*  
 estar-torto ( $[lx. \text{quadro } (x, s_1)], s_0$ )

Informalmente, ‘quadro’ é avaliado em  $s_1$ , pois essa é a SND; e o predicado ‘estar-torto’ é avaliado na SD ( $s_0$ ), *i.e.*, a DEM é avaliada numa situação diferente da situação em que o predicado da sentença é avaliado. Desse modo, (25) é verdadeira sse houver um único quadro na subsituação ( $s_1$ ) da situação do discurso que está torto em  $s_0$ .

**Contexto:** Há um único quadro na sala.

- (26) *O quadro está torto.*

estar-torto ( $[\iota x. \text{quadro}(x, s_0)], s_0$ )

Nesse caso, o NP ‘quadro’ é avaliado na mesma situação ( $s_0$ ) do predicado principal da sentença. Assim, (26) é verdadeira sse houver um único quadro  $x$  em  $s_0$  e  $x$  está torto em  $s_0$  (situação do discurso).

Como o demonstrativo e o artigo devem satisfazer a pressuposição de unicidade, ‘quadro’ denota um conjunto unitário relativo ao valor do parâmetro situacional que ele carrega, a depender do seu determinante – o demonstrativo muda o parâmetro de situação do seu nominal em relação ao parâmetro do predicado principal da sentença, mas o definido não (sempre *default*).

Em (25), o valor do parâmetro de situação é estabelecido pelo apontamento para o quadro. Desse modo, gera-se uma subsituação (contida na SD – em que existem vários quadros) em que há somente um quadro. Assim, o conteúdo descritivo da DEM é relativizado a uma SND e a referência da DEM é determinada com sucesso.

Em (26), por sua vez, que só é aceitável, segundo Wolter (2006), num contexto em que há somente um quadro, o conteúdo descritivo que acompanha o artigo só pode ser avaliado numa SD. Como no contexto extralinguístico do enunciado há somente um quadro, o valor semântico (o quadro) da DEF também é determinado com sucesso.

Além de o apontamento estabelecer SNDs, conforme vimos para (25), segundo Wolter, a saliência contextual também pode fazê-lo, como ocorre no caso a seguir:

**Contexto:** Em um restaurante lotado, um homem está falando muito alto ao telefone. Maria diz ao João:

(27) *This man* is annoying.

Wolter sugere que esse contexto contém uma subsituação saliente (diferente da situação do contexto do enunciado) composta por um homem que fala alto ao telefone. Sendo uma subsituação, o uso de uma DEF é inadequado, ao menos no inglês, como mostra (28):

(28) # *The man* is annoying.

(28) é inapropriada, porque as DEFs só podem ser avaliadas em relação ao contexto do enunciado; focar numa subparte saliente não é uma opção.

Tendo discutido os principais aspectos da teoria de Wolter (2006) para os usos dêiticos das DEFs e DEMs, destacamos, entre os seus méritos, a união das DEFs e das DEMs numa classe semântica, por

conta das várias semelhanças – de escopo, da condição de unicidade, da gama de interpretações, etc. Além disso, aparentemente, a semântica de situações conforme reelaborada pela linguista oferece instrumentos para explicar as particularidades semânticas dos DEMs e DEFs do inglês na forma de uma noção única de dêixis como unicidade situacional. No entanto, na seção seguinte, levantaremos algumas questões referentes a essas concepções.

### 1.3 ESCRUTINANDO AS ANÁLISES DE KAPLAN E WOLTER PARA OS CASOS DÊITICOS DAS DEMS

Nesta seção, retomaremos as análises, com os instrumentos que as abordagens de Kaplan (1989a) e de Wolter (2006) utilizam, de alguns casos peculiares de usos dêiticos canônicos das DEFs e das DEMs do PB. Entre eles, casos usuais com demonstrações associadas ao demonstrativo e outros, resultantes da saliência contextual. Queremos, com isso, verificar como essas abordagens analisam os casos em questão e quais os problemas enfrentados em cada uma delas.

Como vimos na seção 1.1, a análise de Kaplan (1989a) afirma que um demonstrativo dêítico só recebe valor semântico se vier acompanhado de um tipo de demonstração<sup>19</sup>. Para Wolter (2006), conforme exposto na seção 1.2.3, DEFs são avaliadas em SDs e DEMs são avaliadas em SNDs e o apontamento e a saliência, nos usos dêiticos, são estabelecadores de SNDs.

Abaixo, vamos verificar como as propostas de Wolter (2006) e de Kaplan (1989a) se comportam nos casos de usos dêiticos em que não é necessário o apontamento acompanhando a DEM: em (29) – (32), o referente está suficientemente saliente no contexto.

Em (29), não é necessário nenhum apontamento para que a DEM refira com sucesso e, em (30), observa-se que a DEF também é adequada:

**Contexto:** Juca e Marta estão num restaurante tentando conversar.

---

<sup>19</sup>Nas palavras de Kaplan: “Some of the indexicals require, in order to determine their referents, an associated demonstration: typically, though not invariably, a (visual) presentation of a local object discriminated by a pointing. These indexicals are the true demonstratives, and ‘that’ is their paradigm. The demonstrative (an expression) refers to that which the demonstration demonstrates. I call that which is demonstrated the “demonstratum”. *A demonstrative without an associated demonstration is incomplete.*”(1989a, p. 753, *grifo nosso*).

De repente, um homem, usando o microfone, promove algumas atividades do lugar. Perturbado pelo barulho, Juca faz uma cara de insatisfeito para Marta. Logo, o homem para de falar. Mas o sossego não dura muito tempo, e o homem repete os anúncios. Novamente, Juca faz uma cara feia para a Marta. Mais alguns minutos de silêncio, o homem reinicia seus anúncios. Sem paciência, Juca pergunta para Marta:

(29) *O homem não vai se calar?*

(30) *Esse homem não vai se calar?*

Já em (31) e (32), abaixo, a DEM e a DEF não são igualmente aceitáveis – a DEF em (31) é completamente adequada, mas a DEM em (32) não é: soa inadequada porque dela infere-se que o Presidente Francês não sabe que o tagarela é Chaves.

**Contexto:** Numa reunião dos líderes mundiais, enquanto o Presidente dos EUA está discursando, o presidente venezuelano Hugo Chaves conversa animadamente com os seus vizinhos. O presidente da França olha na direção de Chaves e faz uma cara de que não está gostando daquilo. Mas, Chaves continua conversando. O discurso segue, e logo, escuta-se uma gargalhada de Chaves. Nesse momento, o Presidente da França pergunta ao seu vizinho:

(31) *O homem não vai se calar?*

(32) *??Esse homem não vai se calar?*

Para alguns falantes, (31) e (32) são igualmente aceitáveis. Mas é importante notar que (32) soa inadequada para alguns, porque o uso do termo ‘esse homem’, nesse caso, para determinar o referente (o Presidente Francês está se referindo a um indivíduo particular – saliente pelo seu comportamento), também parece insinuar que o Presidente Francês não sabe que Hugo Chaves é ‘Hugo Chaves’ – fato bastante improvável. Nesse contexto, parece haver uma diferença entre determinar o referente e identificar o referente (no sentido de nomeá-lo).

A abordagem de Kaplan (1989a) afirma que, em casos como (30) e (32), é impossível determinar um valor semântico para as DEMs desacompanhadas de demonstração, *i.e.*, o ouvinte da sentença não é capaz de identificar o referente da expressão. Nesse contexto, vemos que, apesar de Kaplan (1989a) elaborar uma teoria que objetiva explicar todos os usos dêiticos canônicos dos indexicais e dos demonstrativos, o autor enfrenta problemas para analisar adequadamente o tipo de uso dêitico encontrado em (29) – (32).

Em relação à abordagem de Wolter (2006), o primeiro aspecto que chama atenção nesses casos é o fato das DEFs em (29) e (31), aparentemente, estarem sendo avaliadas em subsituações (SND) da SD, pela necessidade da condição de unicidade ser satisfeita. Se as descrições estivessem sendo avaliadas nas SDs (o restaurante com todos os clientes e a reunião dos líderes mundiais com todos os presentes) haveria mais de um referente para satisfazer a DEF. Para que a referência não falhe, então, é preciso restringir o domínio de referentes para uma subsituação da SD. Mas essa manobra para as DEF se contrapõe à afirmação de Wolter (2006) de que os artigos definidos não podem ser avaliados em uma situação diferente daquela que o predicado principal da sentença é avaliado (SD).

Uma possível solução para esse problema teórico seria a de modificar a entrada lexical das DEFs, proposta por Wolter, permitindo que as DEFs sejam avaliadas em SND, do mesmo modo que as DEMs. Mas esse modo de proceder deixa inexplicado o fato das DEFs não serem preferencialmente usadas na maioria das situações em que as DEMs são, como a seguir:

**Contexto:** Num restaurante lotado, um homem está gritando ao telefone. Maria olha para o marido e diz:

(33) ??Meu Deus! *O homem* é um chato!!

(34) Meu Deus! *Esse/Aquele homem* é um chato!!

Se a mudança na entrada lexical das DEFs não é a solução, então, talvez a concepção de SD e, por consequência, SND na teoria de Wolter está insatisfatoriamente estabelecida, permitindo que a avaliação da DEF seja aparentemente feita numa SND.

Outra questão, em relação à Wolter (2006), surge do fato da DEM servir para o contexto de (30), mas não para (32). Segundo Wolter, somente a condição de unicidade deve ser satisfeita numa situação (tanto para DEFs quanto para DEMs). No entanto, há algo a mais no contexto dado que permite a ocorrência da DEF em (31), mas não permite a ocorrência da DEM em (32). Qual é a condição adicional no uso da DEM que gera a inferência de que o falante da sentença conhece o referente da descrição? Por que a DEM é inadequada para o contexto de (32)?

Uma resposta possível estaria relacionada à familiaridade dos referentes nos contextos discursivos das sentenças de (29) – (32). Segundo a literatura (HEIM, 1982; ROBERTS, 2002, 2003, 2015, entre outros), há referentes que constam no discurso e são retomados ao

longo da enunciação, e referentes que são introduzidos no discurso; os primeiros são chamados de referentes “familiares” e a sua referência ocorre, tipicamente, através das DEFs; os últimos são, geralmente, introduzidos pelos indefinidos. Roberts (2002, 2003, 2015) propõe a existência de dois tipos de familiaridade: **forte e fraca**.

(a) strong familiarity: the NP has as antecedent a discourse referent introduced via the utterance of a (usually) preceding NP

(b) weak familiarity:

(i) the entity referred to is globally familiar in the general culture or at least among the participants in the discourse (e.g. through perceptual acquaintance), although not mentioned in the immediate discourse

(ii) introduction of the NP’s discourse referent is licensed by contextual entailments alone

(iii) weak familiarity is guaranteed by giving a functional interpretation to the definite description (which function may have to be accommodated) (ROBERTS, 2002, p. 24).

Nos termos de Roberts (2002), a sentenças de (29) – (32) exemplificam a familiaridade fraca, pois os NPs não têm antecedentes discursivos. Desse modo, também não podemos explicar as diferenças de adequação das DEMs nas sentenças (30) e (32). Em outras palavras, o fato da DEM ser inadequada para (32) e perfeitamente adequada para (30) parece não estar relacionado aos graus de familiaridade dos referentes e, sim, a algum outro fator pragmático.

Outro ponto que precisa ser esclarecido na teoria de Wolter (2006), e que se evidencia nos contextos em análise, diz respeito às situações salientes, isto é, quais situações contam como salientes, ou não, para que ocorra determinação da SND nos usos dêiticos dos demonstrativos. Em casos, como (35) abaixo, em que há um apontamento, Wolter (2006) afirma que é o apontamento o instaurador da SND. Em casos em que não há apontamento, como (36), como definir qual é o instaurador da subsituação (saliente)? Uma sugestão de adequação teórica é indicar que em (36), assim como ocorre com o apontamento em (35), há um elemento extralinguístico (por exemplo, comportamento inapropriado, tom de voz alto, roupa extravagante)

chamando a atenção ou salientando a subsituação relevante. Assim, teríamos um paralelo na definição de subsituações dos usos dêiticos (com e sem apontamento) – subsituações são instauradas por meios extralinguísticos e, assim, temos saliência de uma subsituação.

**Contexto:** Num restaurante lotado, o gerente aponta discretamente para um casal próximo e diz a um dos garçons:

(35) *Esse casal* deve ser bem servido.

**Contexto:** Num restaurante lotado, um casal próximo aos interlocutores está brigando escandalosamente. O gerente se aproxima do garçon e diz:

(36) *Esse casal* está chamando atenção dos outros clientes!

Outra questão que se coloca sobre a teoria de Wolter (2006) diz respeito ao papel que o apontamento desempenha na informação espacial característica dos usos dêiticos – proximidade ou distância do falante ou do ouvinte. Suponha que o apontamento é o responsável pela dêixis espacial, *i.e.*, pela interpretação de que o referente saliente está perto ou longe dos interlocutores. Assim, na sentença (36), em que não há apontamento, não haveria meios de transmitir a noção de distância no uso dêitico de ‘esse casal’?

Mais uma questão importante diz respeito aos exemplos (37) e (38), abaixo:

**Contexto:** Maria e João conversam num restaurante quando um homem anuncia alto no microfone algumas promoções. Maria diz, desconfiada:

(37) Será que *esse chato*/??*o chato* vai ficar falando o tempo todo?

**Contexto:** 5 minutos depois, o homem volta a falar no microfone. Maria, já irritada, diz:

(38) Não é possível! *Esse chato*/*o chato* vai nos incomodar a noite inteira!

Como se nota em (37), primeiro enunciado de Maria, a DEF é usada com pouca naturalidade, já a DEM é adequada para o contexto. (37) mostra que as condições pragmáticas satisfazem a noção do que Wolter

chama de SND (sendo uma parte própria da SD) e a restrição de que as DEFs só sejam avaliadas em SD (situação geral do enunciado – o restaurante todo).

Aparentemente, em (38), as condições pragmáticas são exatamente as mesmas – de modo que, ainda se poderia dizer, que o homem falando constitui o domínio de referentes da subsituação saliente da SD. No entanto, há uma importante diferença em (38): a restrição no domínio de referentes que ocorreu em (37) parece valer para (38), *i.e.*, o referente mencionado recentemente, ao que consta, permanece ativado.

Os exemplos (37) e (38) aliados aos casos em (31) e (32), colocam a questão de como traçar adequadamente as fronteiras entre SD e SND e de como os graus de conhecimento ou familiaridade com a situação ou o referente intervêm na distinção – independentemente do fato desse conhecimento ser prévio compartilhado (exemplos (31) e (32)) ou criado contextualmente (por anáfora ou não, cf. (37) e (38)).

Diante das questões e dificuldades apontadas nesta seção, nota-se que a teoria de Kaplan não explica todos os usos dêiticos dos demonstrativos, porque a abordagem do autor não aceita que uma DEM refira com sucesso sem que esteja acompanhada por algum tipo de demonstração do falante. A abordagem de Wolter (2006), por sua vez, explica esses usos das DEMs por meio das SNDs salientes, mas não deixa claro como essas situações tornam-se salientes, qual a contraparte do apontamento nos usos em que há saliência de subsituações sem apontamento e qual o limite entre SDs e SNDs. Esse último aspecto é mais claramente observado quando as DEFs são avaliadas em aparentes subsituações – aspecto negado pela teoria de Wolter (2006).

## 1.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Neste capítulo, analisamos como duas das mais importantes abordagens sobre os demonstrativos – de Kaplan (1989a) e de Wolter (2006) – lidam com alguns casos de usos dêiticos canônicos das DEMs. Assim, apontamos algumas das questões e dificuldades que envolvem essas abordagens e esboçamos, para alguns casos, uma solução teórica.

Basicamente, a abordagem de Kaplan (1989a) usa uma semântica de mundos possíveis para dar conta dos dêiticos puros e demonstrativos. Além disso, propõe duas funções que são responsáveis pela determinação do valor semântico das expressões – o caráter e o conteúdo. Em relação aos demonstrativos, o autor defende que o apontamento é o único e o mais importante fixador do referente dos

dêiticos demonstrativos. Nesse aspecto, vimos que há razões para acreditar que a teoria de Kaplan (1989a) está equivocada.

Wolter (2006), por sua vez, utiliza a semântica de situações para analisar vários usos das DEMs. A autora concebe dois tipos de situações em que as expressões são avaliadas – SDs e SNDs. Para a linguista, o apontamento não contribui no estabelecimento da referência e sim no estabelecimento de uma subsituação. Wolter (2006), portanto, propõe que o apontamento é um instrumento indireto para o estabelecimento do referente – é um dos elementos pragmáticos que distingue uma SD de uma SND.

Ao analisar alguns casos de usos dêiticos canônicos das DEMs, vimos que a teoria de Wolter (2006) é mais ampla e elegante do que a de Kaplan, já que explica os usos em que a demonstração é necessária e os usos em que ela não é. No entanto, ainda ficam algumas lacunas para preencher, que são arroladas a seguir e serão discutidas nos próximos capítulos:

- (i) Qual o papel das demonstrações nos usos dêiticos das DEMs?
- (ii) Qual a relação entre as demonstrações e a condição de dêixis espacial? São um e o mesmo componente indexical, ou são independentes?
- (iii) Como delinear as fronteiras das SDs e SNDs?

Além das questões (i) a (iii), levantadas neste capítulo, adicionamos as seguintes como metas para os capítulos subsequentes:

- (iv) Qual o papel do conteúdo descritivo adicional na semântica das DEMs?
- (v) DEFs e DEMs são semanticamente e/ou pragmaticamente semelhantes?
- (vi) Os usos descritivos e os usos com referência deferida são argumentos a favor de abordagens como as de Nunberg (1993, 2004) e Elbourne (2005, 2008) por oposição, por exemplo, a abordagem que adotamos nesta tese (WOLTER, 2006)?



## 2 ELEMENTOS ESSENCIAIS E NÃO-ESSENCIAIS PARA A INTERPRETAÇÃO DAS DEMS DÊITICAS: DEMONSTRAÇÕES E OUTROS ASPECTOS.

Neste capítulo<sup>1</sup> discutiremos qual o papel semântico das demonstrações (qualquer gesto físico relevante) associadas aos usos dêiticos das DEMs. Nosso foco é entender se elas são, ou não, elementos essenciais para a interpretação das DEMs. Dessa maneira, a pergunta que se coloca é: elas correspondem a elementos convencionais (sempre presentes) no significado dos demonstrativos? Nós sugerimos que esse não é o caso e afirmamos que elas podem ser substituídas por outros elementos dado um contexto apropriado; em consequência, elas são destacáveis da interpretação das DEMs.

Inicialmente, explicaremos o que entendemos por um aspecto essencial da interpretação de uma expressão demonstrativa em oposição a um não-essencial. Então, discutiremos algumas das propostas em que demonstrações são consideradas essenciais para a semântica das DEMs dêiticas (KAPLAN, 1989a; KING, 2001; ROBERTS, 2002) e também a abordagem proposta por Wolter (2006), que pode ser interpretada (a nosso ver) atribuindo um papel indireto para as demonstrações na interpretação das DEMs. Nossa discussão tem como base a análise de alguns casos específicos de DEMs com usos dêiticos. Em suma, mostraremos que esses casos apoiam a ideia de que as demonstrações **não** são elementos essenciais, *i.e.*, que não há elemento particular na representação semântica das DEMs que se refere às demonstrações.

### 2.1 O QUE É E O QUE NÃO É ESSENCIAL NA INTERPRETAÇÃO DAS DEMS?

Os usos em que nós estamos interessados, de acordo com Wolter (2006, p. 26), são aqueles em que a expressão “[...] refers to something in the physical context of utterance” e “requires that a [...] referent be identifiable by the discourse participants”<sup>2</sup> – isto é, nos usos dêiticos de uma expressão, um elemento extralinguístico é necessário para determinar o referente. Esses aspectos extralinguísticos do proferimento podem ser compreendidos como uma “[...] externalization of the perceptual intention, which determines the referent [...]”(KAPLAN, 1989b, p. 583).

<sup>1</sup>Capítulo baseado em Teixeira e Menuzzi (2015a).

<sup>2</sup>Os usos descritivos e com referência deferida serão discutidos no capítulo 4.

Em particular, nos casos de usos dêiticos das DEMs, essa intenção é geralmente associada a um gesto físico que pode ser realizado através das mãos, cabeça, olhos, etc., *e.g.*, ‘*Aquela árvore* [apontando com um dedo] *é realmente alta!*’. Nas palavras de Levinson (2008, p. 54):

[...] deixis concerns the ways in which languages encode or grammaticalize features of context of utterance or speech event, and thus also concerns ways in which the interpretation of utterances depends on the analysis of that context of utterance. Thus the pronoun *this* does not name or refer to any particular entity on all occasions of use; rather it is a variable or place-holder for some particular entity given by the context (e.g. by gesture).

Pretendemos analisar o papéis de tais gestos físicos para investigar se a sua contribuição é realmente essencial, isto é, necessária e específica para a interpretação da DEM. Se eles fornecem uma contribuição necessária e específica, essa contribuição deve ser considerada como uma parte convencional do significado das DEMs. Nesse caso, a formalização de uma DEM – assim como a forma lógica (FL) da sentença com ocorrências de DEMs – deveria incorporar elementos lógicos que tornariam tal contribuição explícita.

Numa das principais introduções ao estudo da semântica, Heim e Kratzer (1998, p. 239) endossam que é o apontamento que carrega a maior parte da responsabilidade de fixar a referência, ideia que se aproxima da concepção de Kaplan (1989a). Todavia, ao contrário do filósofo, elas ressaltam que em certos casos, a fixação da referência também ocorre por outros meios (sem o auxílio de um apontamento), qual seja: nos casos em que o referente pretendido está suficientemente saliente no contexto de proferimento. Por exemplo, segundo as autoras, (39) pode ser proferida logo depois que um homem se levanta e sai de uma reunião (a saída do local torna o indivíduo saliente).

(39) Estou feliz que *ele* foi embora.

Sob essas circunstâncias ‘ele’ denota, sem ambiguidade, o homem que acabou de sair da sala, *i.e.*, o indivíduo mais saliente no contexto do enunciado. Segundo Heim e Kratzer (1998, p. 240), nesse tipo de situação “No previous reference to the same person need have been made; nor need the referent be physically present and available to be pointed at. *This too is classified as a “deictic” use*” (*grifo nosso*).

Analisando alguns usos de DEMs, parece razoável dizer que demonstrações desempenham um papel fundamental na interpretação dessas expressões – como muitos autores, entre eles Heim e Kratzer (1998), observaram. Em tais usos, elas parecem ser necessárias, como em (40), abaixo:

**Contexto:** Numa rua, com muitas casas lado a lado, alguém aponta para uma casa em particular e diz:

(40) *Aquela casa* está sendo vendida.

Certamente, a ausência de algum gesto físico para a casa relevante tornaria o proferimento infeliz para o contexto. Contudo, em outros casos, também bastante básicos, não é claro que tal gesto fosse necessário. Considere:

**Contexto:** Uma casa bastante distante está pegando fogo. Alguém aponta na direção dela e diz:

(41) *Aquela casa* está pegando fogo! Chama os bombeiros!!

Claramente, o gesto colabora na interpretação de (41). Podemos pensar que ele é o responsável pela identificação do referente. No entanto, não é tão explícito que o apontamento é realmente necessário se a casa à distância é a única nas redondezas e, além disso, se é o único local em chamas. O proferimento em (41) pode ser dito por alguém que está dirigindo um carro, por exemplo, e que não poderia apontar para a casa que está pegando fogo. Assim, na verdade, a demonstração pode ser desnecessária, porque as chamas chamam a atenção de todo mundo. Mas, se a demonstração não está presente, qual elemento determinaria o referente da DEM? Essa é uma das questões que pretendemos responder nas próximas seções.

Alguns autores (KAPLAN, 1989a; KING, 2001; ROBERTS, 2002), defendem que demonstrações são uma parte convencional da interpretação das DEMs, mesmo em casos como (41). Por exemplo, King (2001) diz que, mesmo se a demonstração física não tenha sido realizada, o elemento lógico que corresponde a ela está na representação da DEM – a intenção do falante de identificar um indivíduo específico (ou de determinar a propriedade de ser idêntico àquele indivíduo). Kaplan (1989a) e Roberts (2002) apresentam variantes dessa ideia. No entanto, outros autores (RECANATI, 2004; BACH, 1992) defendem que apontamentos não são elementos essenciais. Bach (1992), por exemplo, argumenta como segue:

If you intend to demonstrate Fido but in fact demonstrate Spot, you end up referring not to Fido, as you intended, but to Spot. Have you thereby failed to refer to the dog you intended to refer to? Yes and no. Yes, with respect to the intention to demonstrate Fido, for Fido is the dog you intend to refer to; no, with respect to another intention that you have as well: to refer to the dog you are demonstrating. But the latter intention, I contend, is the specifically referential one, the one which you intend and expect your audience to recognize and rely on in order to identify a certain dog as the referent.

Segundo Bach, a intenção de se referir ao cachorro demonstrado não é sobreposta pela demonstração. Ao contrário, ela é consumada pelo ato físico. Assim, a demonstração não determina a referência no sentido de fazer com que um certo cachorro seja referido. Na verdade, a demonstração, como qualquer outra fonte de saliência, possibilita que a audiência determine/identifique o referente. Considere as palavras do autor:

The fact that a certain dog is being demonstrated is no different in kind from the fact that a certain dog is barking raucously, is much larger than the others, or was just mentioned. To be sure, the fact that a certain one is being pointed at overrides any antecedently distinguishing fact, but this is so only because pointing is an intentional act standardly performed to direct others' attention to something. That makes it significant, but only pragmatically, not semantically (BACH, 1992).

Recanati (2004, p. 57), ao abordar expressões semanticamente subdeterminadas, tais como os demonstrativos, afirma que “[t]he reference of a demonstrative cannot be determined by a rule, like the rule that ‘I’ refers to the speaker. [...] Ultimately, a demonstrative refers to what the speaker who uses it refers to by using it”. Assim, a determinação do referente pretendido pelo falante (*i.e.*, da denotação da DEM) depende de informação pragmática e se apoia no contexto amplo. Nesse caso, o processo semântico, por si, não é suficiente para determinar o referente.

A partir do que acabamos de ver, podemos concluir que para Bach (1992) e para Recanati (2004) demonstrações podem ser destaca-

das da interpretação das DEMs.

Nós podemos sumarizar as características dos dois grupos de abordagens (apontamentos são essenciais *versus* apontamentos não são essenciais), expostos acima, como segue:

<b>Demonstrações como elementos essenciais</b>	<b>Como elementos não-essenciais</b>
São "convencionalmente" associadas à interpretação e estão sempre presentes, independentemente do contexto.	Não são "convencionalmente" associadas à interpretação e podem estar presentes, ou não, dependendo dos diferentes contextos de uso.
Há um elemento que pode estar na entrada lexical das DEMs ou na representação semântica e/ou pragmática do proferimento que corresponde especificamente a elas, ou ao particular ao qual elas se referem.	Nenhum elemento na entrada lexical das DEMs ou na representação semântica e /ou pragmática do proferimento corresponde a elas, ou ao particular ao qual elas se referem.
Têm um papel direto na determinação do referente (assim, no valor semântico) da DEM.	Têm um papel indireto na determinação do valor semântico da DEM.

Figura 2: Demonstrações: dois pontos de vista.

Mantendo a distinção da Figura 2 em mente, vamos considerar, nas seções seguintes, análises particulares que intanciam uma e outra abordagem. Em seguida, vamos confrontá-las com alguns fatos básicos relacionados ao usos de DEMs.

## 2.2 DEMONSTRAÇÕES COMO ELEMENTOS ESSENCIAIS

O grupo de autores que afirma que as demonstrações são essenciais para a interpretação das DEMs inclui Kaplan (1989a), King (2001) e Roberts (2002). Para Kaplan e Roberts, demonstrações aparecem como elementos formais nas FLs associadas tanto aos demonstrativos simples, quanto às DEMs. Na abordagem de King há um elemento na representação semântico-pragmática que corresponde à demonstração, embora ele seja de natureza mais geral – é uma intenção perceptual do falante.

### 2.2.1 Kaplan (1989a)

Conforme vimos no capítulo 1, a teoria de Kaplan (1989a) é uma das principais fontes da, assim chamada, “teoria da referência

direta”, segundo a qual demonstrativos (e indexicais puros) denotam diretamente seus referentes, sem apelar para a computação de qualquer conteúdo descritivo vericondicional. O filósofo também assume que indexicais (incluindo os demonstrativos) são designadores rígidos, *i.e.*, o valor semântico dessas expressões é definido no contexto (de proferimento) e permanece o mesmo para os diferentes mundos possíveis.

É importante pontuar que Kaplan elabora duas teorias para os demonstrativos (KAPLAN, 1989a, 1989b), a que discutimos aqui, por ser a primeira, é mais forte em suas concepções. Escolhemos essa versão inicial (KAPLAN, 1989a) porque ela mostra, concretamente, como é uma teoria em que a demonstração é um elemento essencial da semântica das DEMs.

Relembramos que a abordagem de Kaplan apela para duas funções para determinar a denotação das expressões dêiticas – o caráter e o conteúdo. O caráter é uma função pré-proposicional que toma um contexto e retorna um conteúdo. O conteúdo, por sua vez, é um elemento que mapeia um mundo possível para um valor semântico. Essas funções podem ser representadas como segue:

(42) Se  $E$  é uma expressão, ‘contexto $_E$ ’ é o contexto em que  $E$  é proferida e ‘mundo $_E$ ’ é o mundo em relação ao qual  $E$  deve ser avaliada no contexto $_E$ , então:

$$(a) \text{Caráter}_E (\text{contexto}_E) = \text{Conteúdo}_E$$

$$(b) \text{Conteúdo}_E (\text{mundo}_E) = \text{Valor Semântico}_E$$

Observando as representações das funções caráter e conteúdo acima, não é imediatamente claro que Kaplan considere que as demonstrações tenham um papel particular na caracterização semântica das expressões demonstrativas. Mas, então, ele (KAPLAN, 1989a, p. 771) declara (i) que expressões demonstrativas são semanticamente incompletas sem demonstrações (ou algum outro tipo de gesto físico) e (ii) que a seguinte regra semântica se aplica aos demonstrativos:

In any context  $c$ ,  $d[\delta]$  is a directly referential term that designates the *demonstratum*, if any, of  $d$  in  $c$ , and that otherwise designates nothing (KAPLAN, 1989a, p. 772).

O aspecto (i) indica que demonstrações são componentes lógicos da semântica das DEMs. Essa constatação é reforçada pelo esboço de formalização introduzido pelo autor “ $d[\delta]$ ”, representado em (ii): a demonstração é o *input* para (o caráter  $d$ ) demonstrativo. Uma vez

que caráters tomam contextos (que Kaplan concebe como uma tupla de índices – um falante, um tempo, um local, etc..., do proferimento) como *input*, nós podemos deduzir que Kaplan assume a demonstração como um desses índices. O processo se dá como segue: o caráter de uma DEM toma um contexto como *input* e esse índice adicional, a fim de determinar o conteúdo da DEM (o *demonstratum* da demonstração), que será o referente denotado pela DEM. Há muitas maneiras de explicitar o que Kaplan tem em mente, mas iremos incorporar essas observações em (43), abaixo:

(43) Se  $D$  é um demonstrativo, ‘contexto $_D$ ’ é o contexto em que  $D$  é proferido,  $\delta$  é a demonstração na direção de um *demonstratum*  $d$  no contexto $_D$ , e ‘mundo $_D$ ’ é o mundo em relação ao qual  $D$  deve ser avaliado no contexto $_D$ , então:

(a) Caráter $_D$  (contexto $_D, \delta$ ) = Conteúdo $_D = d$ , se há um  $d$ ; de outro modo,  $D$  não tem conteúdo (isto é, não tem valor semântico).

(b) Conteúdo $_D$  (mundo $_D$ ) = valor semântico $_D = d$ .

Note que, de acordo com (43), o caráter de um demonstrativo fornece seu referente diretamente (ele é o *demonstratum* da demonstração), e esse é o conteúdo de  $D$  independentemente do mundo em que o proferimento é interpretado. Essa concepção incorpora a ideia de Kaplan de que demonstrativos são designadores rígidos.

Agora, vamos ver como tudo isso funciona para um caso como (44).

(44) *Aquela mulher* [apontando] é minha tia.

O conteúdo da DEM é dado pela entidade apontada (Maria) no contexto. Assim, o conteúdo do proferimento corresponde à ‘Maria é minha tia’. Dessa maneira, o proferimento é verdadeiro se ‘Maria é minha tia’ é verdadeira no mundo em que (44) foi proferida; de outro modo (44) é falsa.

Se quisermos ser um pouco mais específicos sobre o modo de Kaplan abordar a referência direta dos demonstrativos, nós podemos agregar um contexto (como concebido pelo autor – uma tupla de índices) ao exemplo (44). Suponha, então, que o contexto de proferimento relevante para (44) é  $c^* = \langle c_a = \text{Juca}, c_h = \text{Julia}, c_\delta = \text{Maria}, c_t = 2015, c_l = \text{Porto Alegre}, c_w = w^* \rangle$  – assim, *aquela*[ $\delta$ ] = *Maria*. Agora, o caráter e o conteúdo de (44) seria representado como segue:

$$(45) \quad \text{Caráter}[(44)] = \lambda c \lambda w [\textit{aquela mulher}[\delta] \textit{ é tia de } c_a \textit{ em } w] \\ = \lambda c \lambda w [c_\delta \textit{ é tia de } c_a \textit{ em } w]$$

$$(46) \quad \text{Conteúdo}[(44)] = [[\textit{caráter}(S)] (c^*)](w^*) \\ = [\lambda c \lambda w [c_\delta \textit{ é tia de } c_a \textit{ em } w] (c^*)](w^*) \\ = \lambda w [\textit{Maria é tia de Juca em } w] (w^*).$$

Retomando, o caráter da DEM ‘aquela mulher’ é uma função que toma a demonstração  $\delta$  como *input* e retorna diretamente o referente apontado – Maria.

Detalhamos as concepções de Kaplan (já apresentadas no capítulo 1), a fim de explicitar dois pontos cruciais: (i) demonstrações são elementos lógicos das representações que Kaplan (1989a) atribuiria para os demonstrativos na versão mais forte de sua teoria – em particular, elas são parte do contexto, assim, argumentos lógicos do caráter de um demonstrativo; (ii) uma vez que o caráter de um demonstrativo seja calculado e forneça um indivíduo para o conteúdo da expressão, o nome (‘mulher’ em (44)) não contribui para as condições de verdade do proferimento. A observação em (i) é a razão pela qual afirmamos que demonstrações são elementos essenciais na semântica dos demonstrativos proposta por Kaplan (1989a). E a observação (ii) é a razão básica para – como a literatura repetidamente tem apontado – que a análise de Kaplan (1989a) não possa ser generalizada para usos não-referenciais dos demonstrativos (ver Wolter (2006), entre outros, para discussão).

Nas seções seguintes, veremos que, assim como Kaplan (1989a), King (2001) e Roberts (2002) também incluem demonstrações nas suas formalizações. Em outras palavras, essas teorias também concebem demonstrações como elementos essenciais da semântica dos demonstrativos.

### 2.2.2 King (2001)

King (2001) apresenta uma abordagem quantificacional para as DEMs (*that phrases*) em que o determinante contribui (para as proposições) com uma relação de dois lugares que é saturada por propriedades. De acordo com King, o falante que profere uma DEM tem uma intenção perceptual que pode ser externalizada pelos apontamentos.

Assim, demonstrações são parte do significado das DEMs porque elas expressam uma intenção perceptual, e é a intenção perceptual que é um componente lógico da semântica das DEMs.

O que é essa tal intenção perceptual? Basicamente, ela é a maneira que King utiliza para codificar a referência direta, *i.e.*, ela é a intenção do falante, ao proferir um sintagma demonstrativo, de identificar um referente particular. Nas palavras do autor: “[...] the speaker is perceiving something [o objeto da intenção perceptual] in her physical environment and has an intention to talk about it”(KING, 2001, p. 29).

Agora, como essa concepção é incorporada tecnicamente? A implementação da ideia de King é bastante complexa. Primeiramente, as DEMs são concebidas como quantificadores que consistem em uma relação entre duas propriedades – uma delas é denotada pelo NP e a outra pelo VP. Em segundo lugar, a semântica proposta é tal que exige que a propriedade denotada pelo NP seja ‘jointly instantiated in  $w, t$ ’ com outra propriedade. Essa última propriedade é crucial para nós, pois ela corresponde à propriedade determinada pela intenção perceptual do falante, expressa pela demonstração. Logicamente, ela é a propriedade de ‘ser idêntico a  $A$ ’, onde  $A$  é o indivíduo que é o objeto da intenção perceptual do falante – o indivíduo determinado pela demonstração. Nas palavras de King:

If a speaker utters ‘That F is G’ with a perceptual intention whose object is  $b$  in a context whose world and time are  $w, t$ , the four-place relation expressed by ‘that’ has two of its argument places saturated by properties determined by the speaker’s intentions. These properties are the property of being identical to  $b$ , which saturates the second argument place in the four-place relation expressed by ‘that’, and the property of being jointly instantiated in  $w, t$ , which saturates the third argument place in the four-place relation expressed by ‘that’ (KING, 2001, p. 45).

Assim, sob o ponto de vista de King, uma sentença da forma [ $S$  [ $_{DP}$  *aquele* [ $_{NP}$  F]] [ $_{VP}$  G]] teria o seguinte esquema representando sua FL (onde (47) corresponde à entrada lexical de ‘aquele’ e (48) corresponde à FL que resulta da satisfação dos dois argumentos de ‘aquele’):

(47)  $\lambda P \lambda Q$  [P e a propriedade de ser idêntico a  $b$  são, unicamente

e juntamente, instanciadas, em  $w$  e  $t$ , em um objeto  $x$  e  $x$  tem Q]

- (48) A propriedade de ser  $F$  e a propriedade de ser idêntico a  $b$  são, unicamente e juntamente, instanciadas, em  $w$  e  $t$ , em um objeto  $x$  e  $x$  tem a propriedade de ser  $G$ .

Considere, agora, como essa abordagem funciona em relação a uma sentença como (49); (50) ilustra a representação de King para o caso de um falante expressar sua intenção perceptual pelo apontamento e (51) fornece a representação no caso de não haver demonstração:

- (49) *Aquele livro é famoso.*
- (50) A propriedade de ser um livro e a propriedade de ser idêntico a  $b$  são, unicamente e juntamente, instanciadas, em  $w$  e  $t$ , em um objeto  $x$  e  $x$  tem a propriedade de ser famoso.
- (51) A propriedade de ser um livro e a propriedade de ?? são, unicamente e juntamente, instanciadas, em  $w$  e  $t$ , em um objeto  $x$  e  $x$  tem a propriedade de ser famoso.

Observamos que a falta de um apontamento impossibilita a identificação da propriedade com a qual a propriedade denotada pelo nome deve ser juntamente instanciada em  $w$  e  $t$ . Crucialmente, essa é a propriedade de ser idêntico ao indivíduo  $b$ , o indivíduo determinado pelo apontamento. Isto é, embora o componente lógico correspondente ao apontamento não seja, na semântica de King, o indivíduo identificado pelo apontamento em si, ele contém esse indivíduo: **é a propriedade de ser idêntico a esse indivíduo.**

A semântica de King é, então, uma maneira indireta de expressar a teoria da referência direta das DEMs: nela se representa um indivíduo particular que foi determinado pelo apontamento (ou “intended to be perceptually picked up” pelo falante) na FL do proferimento. Assim como na semântica de Kaplan (1989a), na abordagem de King há um elemento lógico que diretamente corresponde à demonstração – a propriedade de ser idêntico ao indivíduo apontado. Contudo, a teoria de King tem algumas vantagens sobre a de Kaplan, por exemplo, a denotação do nominal de uma DEM, agora, é parte das condições de verdade do proferimento; assim, King (2001) pode ir além dos usos referenciais das DEMs.

### 2.2.3 Roberts (2002)

Roberts (2002) apresenta uma abordagem pressuposicional para os demonstrativos, utilizando uma semântica dinâmica. *Grosso modo*, nas semânticas dinâmicas, (i) a interação conversacional está relacionada a um contexto ou a um fundo conversacional compartilhado (*Common Ground* ou CG) e (ii) as sentenças proferidas atualizam o CG e, por isso, elas podem ser caracterizadas como funções de contexto (em que foram proferidas) para contexto (enriquecido pelas informações das sentenças proferidas). Nesse sentido, as expressões definidas, como as DEMs, são sempre anafóricas, pois se referem a uma entidade que já faz parte do contexto.

Levando em conta essa espécie de anaforicidade, os definidos (incluindo as DEMs) são elementos que possuem duas pressuposições: uma pressuposição de familiaridade, *i.e.*, o referente discursivo existe no contexto; e uma pressuposição de unicidade, *i.e.*, o referente discursivo é único em um dado discurso (para uma cuidadosa visão geral sobre as semânticas dinâmicas remetemos o leitor a Basso, 2009, p. 102 - 106). Como Roberts (2002) é adepta da semântica dinâmica, ela também afirma que DEMs possuem pressuposições de unicidade e familiaridade; a formalização dessas pressuposições, segundo a autora, é representada em (52).

(52) Dado um contexto de avaliação  $C$ , com um fundo conversacional  $CG$ , tal que  $\text{Dom}_{CG} \subseteq \text{Dom}_C$ , e um referente discursivo  $S$ , tal que  $\forall i \in \text{Dom}_{CG} \ \& \ \forall \langle w, g \rangle \in \text{Sat}_{CG} [\text{falante}(w)(g(i)) \longleftrightarrow i = S]$ , se um  $\text{NP}_x$  demonstrativo [+(-) proximal] com conteúdo descritivo  $\text{Desc}$  é adequado em  $C$ , *i.e.*, se  $\exists x \in \text{Dom}_{CG}$  e  $\|\text{NP}_x\|_C = x$ <sup>3</sup>, então

(i)  $\exists \delta [\delta \in \text{Dom}_{CG} \ \& \ \forall \langle w, g \rangle \in \text{Sat}_{CG} [\text{demonstração}(w)(g(\delta))] \ \& \ \text{acompanha}(w)(g(\delta), \text{proferimento}(\text{NP}_x))]$ , &

(ii)  $\exists j \in \text{Dom}_{CG} [\forall \langle w, g \rangle \in \text{Sat}_{CG} [+(-) \text{proximal}(w)(g(j), g(S)) \ \& \ \text{demonstratum}(w)(g(j), g(S), \delta)] \ \&$

$\forall k \in \text{Dom}_{CG} [\forall \langle w, g \rangle \in \text{Sat}_{CG} [+(-) \text{proximal}(w)(g(k), g(S)) \ \& \ \text{demonstratum}(w)(g(k), g(S), \delta)] \longrightarrow k = j \ \& \ \text{Desc}(w)(g(j))]$ , &

---

<sup>3</sup>Nós adicionamos essa condição à formalização de Roberts (2002) para esclarecer que a descrição (NP) é adequado em  $C$  sse há um referente ( $x$ ) correspondendo a ela em  $C$ .

(iii)  $j = x^4$ ]].

Em (52), a demonstração é representada pelo  $\delta$  na cláusula (i), que afirma que há uma demonstração familiar no CG associada ao proferimento da DEM. Assim, a demonstração é parte das condições de felicidade – em particular, das pressuposições – que uma DEM deve satisfazer. A cláusula (ii) diz que (cf. Roberts, 2001, p. 31) há um referente discursivo familiar no CG que é o único *demonstratum* (entidade sendo demonstrada) dessa demonstração que satisfaz o conteúdo descritivo do NP. Finalmente, para a cláusula (iii), o referente discursivo desse *demonstratum*, ‘ $j$ ’, é o mesmo do NP demonstrativo, ‘ $x$ ’.

Certamente, há muito mais a ser dito sobre a abordagem de Roberts (2002) para as DEMs, no entanto, o que nos interessa aqui é deixar claro o fato de Roberts (2002) introduzir o apontamento, ‘ $\delta$ ’, na representação formal da sentença, o que explicita que a autora, assim como Kaplan (1989a) e King (2001), concebe as demonstrações como elementos essenciais da semântica das DEMs.

#### 2.2.4 Um problema para a concepção de que demonstrações são elementos essenciais

Conforme vimos, para Kaplan (1989a), Roberts (2002) e King (2001) demonstrações correspondem a elementos específicos das representações semânticas formalizadas para as DEMs. Por isso, seguramente podemos afirmar que apontamentos são elementos essenciais nas teorias desses autores. No entanto, o tipo de concepção desses teóricos enfrenta problemas em casos de usos dêiticos em que demonstrações não são usadas, mas, ainda assim, o referente é determinado. Geralmente, em tais casos a saliência colabora na determinação do valor semântico. Considere (53), por exemplo.

**Contexto:** Um grupo de estudantes está rindo e falando alto na biblioteca. O bibliotecário – sem apontar – cochicha para o João, seu secretário:

(53) *Esses alunos* estão incomodando todo mundo!

(53) mostra que a demonstração não é o (único) elemento responsável

---

<sup>4</sup>O índice usado por Roberts (2002) é ‘ $i$ ’, mas nós o modificamos para evitar confusão entre esse ‘ $i$ ’ (o índice do NP) e o índice ‘ $i$ ’, representando o falante.

pela determinação do referente de uma DEM porque há casos em que ela não ocorre e o referente é identificado mesmo assim. Esse tipo de exemplo deixa claro que concepções como a de Kaplan (1989a), Roberts (2002) e King (2001) são inadequadas para alguns usos dêiticos das DEMs (em que não há demonstrações associadas)<sup>5</sup>. Um aspecto importante é que todas essas abordagens diferem no modo em que formalizam a referência direta e no papel que elas atribuem para as demonstrações (em particular, elas se distinguem no grau de complexidade dessa formalização). Contudo, elas têm em comum o fato das representações semânticas/pragmáticas das DEMs possuírem um elemento que corresponde diretamente às demonstrações – além de outros, relevantes e independentemente necessários, índices: falante, tempo, mundo, etc.

Casos como (53) suscitam a seguinte pergunta: como nós podemos explicar a ausência de demonstrações em alguns usos dêiticos das DEMs? Nossa sugestão é que demonstrações não são elementos essenciais *per se*, porque elas podem não ser necessárias para a interpretação da expressão; em (53), por exemplo, elas foram substituídas pela saliência contextual. Na seção seguinte, mostraremos que outros autores possuem uma concepção similar a nossa e, por isso, se opõem a análises como as propostas por Kaplan (1989a), Roberts (2002) e King (2001). Especificamente, nós consideramos que o *status* das demonstrações na teoria de Wolter (2006) para os demonstrativos é a concepção mais próxima do ponto de vista que estamos defendendo: embora ela não seja explícita em relação ao papel das demonstrações,

---

<sup>5</sup>Poderia-se argumentar que a teoria de King (2001) não falha em casos como (53) porque o referente está suficientemente saliente no contexto e, assim, o apontamento é desnecessário para representar a intenção do falante de se referir ao grupo de indivíduos. Mas há casos (analisados no capítulo 3) como o seguinte:

**Contexto:** Uma caneta, uma chave e uma carteira estão no canto da mesa. João aponta para elas e diz, se referindo à caneta:

- (i) # *Aquela* é minha.
- (ii) *Aquela caneta* é minha.

Aqui, o apontamento não pode ser simplesmente a expressão da intenção do falante em se referir a um referente específico, pois ele por si não pode determinar tal referente, como se observa em (i). Nesse caso, a demonstração somente delimita uma área espacial da situação comunicativa em que o interlocutor identifica(ria) o referente (nos termos de Wolter (2006), a demonstração identifica uma subsituação). Em casos como o acima, uma restrição semântica adicional imposta pelo NP é necessária e crucial para a determinação do referente, como em (ii). Para uma discussão detalhada, ver Teixeira e Menuzzi (2015a).

nós afirmamos que as ferramentas formais que a teoria dela desenvolve estão muito perto do que é exigido para a interpretação das DEMs – e que essas ferramentas não exigem referência direta às demonstrações.

### 2.3 DEMONSTRAÇÕES COMO ELEMENTOS NÃO-ESSENCIAIS

Nesta seção, vamos discutir o ponto de vista oposto ao de Kaplan, de King e de Roberts em relação às demonstrações, que é a posição que consideramos correta. Nós afirmamos que demonstrações não possuem um *status* particular, essencial, na interpretação das DEMs dêiticas. Elas são simplesmente um elemento, entre um (grande e variado) conjunto de aspectos do contexto, que pode determinar o modo pelo qual identificamos um referente particular por meio de demonstrativos. Na nossa concepção, esses elementos são, na maioria das vezes<sup>6</sup>, de natureza pragmática e não correspondem a qualquer elemento independente e particular da representação lógica das DEMs – posição que se aproxima daquelas propostas por vários autores (MOUNT, 2008; BACH, 1992; RECANATI, 2004).

Bach (1992) and Recanati (2004), por exemplo, enfatizam que o apontamento nem sempre é necessário e pode ser substituído por outros elementos contextuais:

If you utter ‘that dog’ and the dog you intend to be referring to is the only one around or is maximally salient in some way, you won’t have to do anything more to enable your audience to identify it. Otherwise, you will need to point at it. In so doing, you will be intending to refer to the dog you are pointing at. *But being pointed at is just one way of being salient, and like other ways, is not semantically significant* (BACH, 1992, p. 14, *grifo nosso*).

It is generally assumed [...] that the demonstrative refers to the object which happens to be demonstrated or which happens to be the most salient, in the context to hand. *But the notions of ‘demonstration’ and ‘salience’ are pragmatic*

---

<sup>6</sup>A qualificação ‘na maioria das vezes’ adicionada a essa posição se refere ao fato de que, como apontaremos adiante, a restrição de domínio, exigida pelas DEMs e obtida pelo apontamento (e outros meios pragmáticos), também pode ser alcançada por meios convencionais (elementos vericondicionais no proferimento), nomeadamente, pelo conteúdo descritivo adicional.

*notions in disguise.* [...] Ultimately, a demonstrative refers to what the speaker who uses it refers to by using it (RECANATI, 2004, p. 57, *grifo nosso*).

No restante desta seção, nos concentraremos em retomar alguns aspectos da teoria de Wolter (2006) (importantes para o objetivo deste capítulo), que parece fornecer as ferramentas formais mais adequadas para a análise das DEMs<sup>7</sup>.

O primeiro ponto importante a ser lembrado, como vimos no capítulo 1, é que na teoria de Wolter *todos os predicados são avaliados em relação a situações, e os predicados da mesma sentença podem ser avaliados em situações diferentes*. O segundo é a sua principal inovação para lidar com os demonstrativos: a proposta de que existem dois tipos de situações – uma situação de fala geral (a SD) e um conjunto de subsituações de fala menores (que compõem a situação básica) (as SNDs). Essas noções foram apresentadas tecnicamente no capítulo 1, seção 1.2, por isso não retomaremos toda a discussão aqui.

Vamos lembrar como tudo isso funciona com um exemplo:

(54) *Aquele cara* [apontando] *veio sozinho*.

*Grosso modo*, o VP ‘veio sozinho’ é avaliado na situação de fala (a SD) porque não há elemento indicando que os predicados deveriam ser avaliados em uma SND; mas o NP (‘aquela cara’) deve ser avaliado na subsituação de  $s_0$ , desde que há um elemento – o demonstrativo ‘aquele’, acompanhado pela demonstração em (54) – que indica ao ouvinte que ele deve identificar o referente em uma subcena da situação de fala. Como fica claro, em (54), essa subcena é aquela indicada pelo apontamento. Tecnicamente, (54) pode ser representada como (55) (a representação dos traços espaciais da DEM foi suprimida):

(55) *vir-sozinho*([*lx. cara* ( $x, s_1$ )],  $s_0$ )

Para compreender qual o papel da demonstração na teoria de Wolter (2006), é importante remeter o leitor ao capítulo 1, seção 1.2.3, números (20) até (22), onde apresentamos as entradas lexicais dos

---

<sup>7</sup>As ideias de Wolter já foram discutidas em relação a alguns dados do PB, embora não tenham sido aplicadas especificamente aos aspectos que estamos tratando nesta tese. Em particular, fazemos referência a Vogt (2012), que apresenta uma visão geral das diferentes teorias sobre demonstrativos; Basso (2009), que aborda anáfora a eventos comparando algumas das teorias discutidas aqui; e Basso e Vogt (2013), que utilizam a teoria de Wolter para explicar como as DEMs podem denotar *subkinds*.

determinantes demonstrativos e definidos.

O ponto mais importante nas entradas lexicais de (20) – (22) é que elas não contêm qualquer elemento lógico correspondendo à demonstração. Esse papel é desempenhado pelo mesmo elemento geralmente usado para relativizar a aplicação de predicados a contextos, qual seja, o índice de situação. Assim, nada na representação lógica das DEMs diz como o falante e o interlocutor devem identificar essa subcena particular. Nós assumimos isso como um indicativo de que esse papel é deixado, em geral, para a pragmática, assim como a determinação de outros índices contextuais é de responsabilidade da pragmática também. Ou seja, a nosso ver, há indicações de que, na abordagem de Wolter, as demonstrações são elementos não-essenciais.

Segundo Wolter (2006), uma SND (o tipo de situação que determinantes demonstrativos exigem para sua interpretação) pode ser identificada por saliência contextual e por apontamentos, *i.e.*, Wolter (2006) afirma que as demonstrações do falante são estabelecadores de subsituações. Em consequência, uma demonstração é um dos elementos pragmáticos que permite destacar uma SND particular dentro de uma SD.

Nesse ponto, cabe retomar um aspecto que foi somente citado no capítulo 1: a questão da delimitação entre SDs e SNDs. A questão foi levantada em relação aos exemplos (37) e (38), que repetimos aqui como (56) e (57).

**Contexto:** Maria e João conversam em um restaurante quando um homem anuncia no microfone algumas promoções. Maria diz, desconfiada:

(56) Será que *esse chato/??o chato* vai ficar falando o tempo todo?

**Contexto:** 5 minutos depois, o homem volta a falar no microfone. Maria, já irritada, diz:

(57) Não é possível! *Esse chato/o chato* vai nos incomodar a noite inteira!

Em (56), a DEF é usada com pouca naturalidade, mas a DEM é adequada. Isso mostra que as condições pragmáticas satisfazem (i) a noção de SND (uma parte própria da SD) e (ii) a restrição de que as DEFs só sejam avaliadas em SDs (o restaurante todo). Aparentemente, em (57), as condições pragmáticas são exatamente as mesmas. No entanto, há uma importante diferença: a restrição no domínio de

referentes que ocorreu em (56) parece valer para (57), *i.e.*, o referente mencionado recentemente, ao que consta, permanece ativado.

Para esse caso, é oportuno mencionar a escala de familiaridade/acessibilidade (*Givenness Hierarchy*) do referente, *i.e.*, “[...] a set of implicationally related statuses which [...] are necessary for explaining the relation between referring forms and conditions for their appropriate use and interpretation across languages” (GUNDEL; HEDBERG; ZACHARSKI, 1993, p. 275). Sendo assim, cada *status* acarreta (e, portanto, é incluído por) todos os *status* menos restritivos, mas não o contrário. A hierarquia é ordenada do *status* mais restritivo (‘em foco’) para o menos restritivo (‘tipo identificável’) em relação ao conjunto de possíveis referentes. Uma adaptação da escala (GUNDEL; HEDBERG; ZACHARSKI, 1993, p. 275) é representada a seguir:

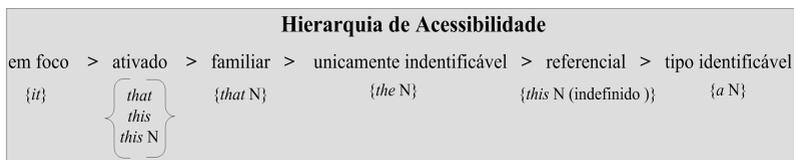


Figura 3: Hierarquia de Acessibilidade.

Segundo Bach (2004, p. 196 – 197), a distinção que baseia a escolha da expressão singular se dá sobre a escolha: (i) em manter a atenção do ouvinte em algo que ele já está prestando atenção; (ii) em chamar a atenção dele para algo que lhe é familiar; ou (iii) em chamar a atenção dele para algo que não lhe é familiar/conhecido. Em outras palavras, a escala acima corresponde ao estado cognitivo mútuo (ouvinte e falante) sobre o referente pretendido. Para (57), a escolha da expressão singular se dá com base no fato de que o ouvinte ainda mantém o referente da sentença anterior no foco de sua atenção<sup>8</sup>.

Levando em conta as considerações de Bach (2004) e a escala de acessibilidade na Figura 3, (57) parece sinalizar um caso de **referente ativado**. Considere a explicação de Gundel, Hedberg e Zacharski (1993) sobre como o referente está relacionado ao estado cognitivo dos interlocutores nesses casos:

<sup>8</sup>Bach (2004) sugere que os diferentes graus de acessibilidade associados a cada expressão referencial não são codificados nela (não são uma convenção linguística), e sim um produto da interação entre a informação semântica (codificada por essas expressões) e os fatos gerais sobre a comunicação. Sendo assim, quanto mais acessível o referente é, menos informação (carregada pela expressão usada para referir) é necessária para permitir que o ouvinte o identifique.

The referent is represented in current short-term memory. Activated representations may have been retrieved from long-term memory, or they may arise from the immediate linguistic or extralinguistic context. They therefore always include the speech participants themselves. Activation is necessary for appropriate use of all pronominal forms, and it is sufficient for the demonstrative pronoun *that* as well as for stressed personal pronouns. The pronoun *that* in [I couldn't sleep last night. *That* kept me awake.] can thus be used appropriately to refer to the barking of a dog only if a dog has actually been barking during the speech event or if barking had been introduced in the immediate linguistic context (GUNDEL; HEDBERG; ZACHARSKI, 1993, p. 279).

No entanto, Gundel, Hedberg e Zacharski afirmam que nesse *status* (nível dois da restrição) são usados pronomes de terceira pessoa, demonstrativos nus e DEMs. Mas, em (57), ainda temos uma DEF sendo usada, naturalmente – que estaria no nível quatro de restrição, *i.e.*, só seria usada em casos menos restritivos. Isso nos leva a afirmar que o fato de uma DEM e uma DEF serem naturais para (57), as coloca no mesmo nível de restrição, qual seja, no nível de referentes ativados (o que pode indicar que a escala de acessibilidade de Gundel, Hedberg e Zacharski (1993) pode não ter levado em consideração casos como esse).

O que importa de toda essa discussão é que a restrição aplicada ao domínio de referentes em (56) ainda vale para (57) e, por isso, uma DEM ou uma DEF podem ser usadas, já que o referente permanece ativado.

Mas o problema teórico que deu origem a essa discussão permanece: segundo Wolter (2006), DEFs são avaliadas em SDs e DEMs são avaliadas em SNDs, mas, em (57), uma DEF está, aparentemente, sendo avaliada numa SND. A explicação que sugerimos é que a restrição no domínio de referentes que ocorreu em (56) e que vale para (57) e o fato do referente permanecer ativado é suficiente para que ele seja, agora, indicado por uma DEF. Pode-se dizer que a alteração contextual serve, de algum modo, para promover a SND (relevante em (56)) em SD. Mas, note que a DEM em (57) ainda é possível, o que indica que ela continua contando (também) como uma subsituação. Além disso, em (57), estamos diante de um uso anafórico ou um uso dêitico,

ou ambos? Essa questão ainda é objeto de debates na literatura – para autores como Roberts (2004), dêixis e anáfora são instâncias do mesmo fenômeno: há a dêixis extralinguística em que o termo refere a um elemento no contexto físico do proferimento e a dêixis textual (ou anáfora) em que o termo refere a um elemento da superfície textual. Como essa pergunta envolve a concepção de anaforicidade, que está muito além dos objetivos desta tese, a deixaremos como uma sugestão para trabalhos futuros.

Diante desses exemplos, delineamos as seguintes hipóteses para esclarecer as definições de SD e SND:

(i) toda vez que estamos diante de um uso adequado de uma DEF, a interpretação da descrição é relativa à SD;

(ii) toda vez que estamos diante de um uso adequado de uma DEM, estamos diante de uma interpretação relativa a uma SND.

Portanto, estudando os usos adequados das DEFs, podemos determinar o que caracteriza, pragmaticamente, uma SD; e observando os usos adequados das DEMs, o que caracteriza uma SND dentro da abordagem de Wolter.

Sumarizando, na abordagem de Wolter, (i) predicados são interpretados relativamente a situações; (ii) há uma distinção básica no conjunto das situações – as que são *default* (situação geral do enunciado) e as não-*default* (uma subsituação particular da SD); (iii) esta distinção pode ser incorporada como parte de entradas lexicais – em particular, Wolter propõe que é incorporada às entradas lexicais dos artigos definidos e dos determinantes demonstrativos; (iv) SDs e SNDs são elementos necessários para a interpretação das DEMs; e (v) os apontamentos e a saliência contextual são meios pragmáticos (contextuais) de identificar SNDs particulares em que uma determinada DEM deve ser avaliada. Assim, a distinção entre SDs e SNDs é um elemento essencial para o significado das DEMs, e não as demonstrações ou a saliência contextual em si. Em suma, esses aspectos são somente meios pragmáticos para identificar qual subcena particular da situação geral de fala deve ser considerada.

A fim de mostrar como as ideias de Wolter se articulam, na próxima seção, nós apresentaremos alguns casos de sentenças com DEMs – em particular, para deixar claro que o importante é, de alguma maneira (dependendo dos recursos contextualmente disponíveis), identificar a subcena na situação de fala.

## 2.4 IDENTIFICANDO SNDS

Considere os seguintes exemplos:

**Contexto:** Um casal está discutindo escandalosamente num restaurante; o gerente diz ao garçom [sem apontamento]:

(58) *Esse casal* está incomodando os outros clientes!

**Contexto:** Um casal está discutindo discretamente num restaurante; o gerente diz ao garçom [apontando]:

(59) *Esse casal* está incomodando os outros clientes!

Em (58), o casal está saliente a todos no restaurante porque o seu comportamento atrai a atenção de qualquer um. Assim, o gerente não precisa usar uma demonstração para determinar o referente relevante da DEM ‘esse casal’. Mas em (59), o casal não está chamando a atenção pelo seu comportamento (não está saliente) e, por isso, eles podem não ser notados por suas ações, somente pelo conteúdo do que dizem (por aqueles que estão próximos a eles, por exemplo). Como eles não têm um comportamento marcado, uma demonstração é necessária.

A partir dos aspectos levantados em relação a (58) e a (59), podemos observar que o apontamento, em (59), e o comportamento inapropriado do casal, em (58), desempenham funções similares: ambos permitem que o interlocutor identifique à qual subsituação o gerente está se referindo. Em outras palavras: o apontamento e o comportamento do casal não são, eles mesmos, parte do que é codificado na representação semântica dos proferimentos (58) e (59). O que é codificado, de fato, é em qual subsituação o interlocutor precisa verificar a restrição de unicidade da DEM. Essas observações nos lembram que em abordagens como a de Kaplan (1989a), Roberts (2002) e King (2001), demonstrações (e saliência) são externalizações da intenção perceptual em determinar diretamente o referente. Na teoria de Wolter, esses elementos não têm um papel na FL do proferimento; na verdade, eles são meios pragmáticos para estabelecer SNDs, que, reforçamos, têm o mesmo papel que as variáveis de situação responsáveis pela relativização das condições de verdade dos predicados aos operadores modais. Dessa forma, a demonstração e o comportamento do casal em (58) e (59) são elementos não-essenciais na interpretação das DEMs,

enquanto que a identificação de subsituações (SNDs) é essencial.

A partir das entradas lexicais propostas por Wolter (2006), apresentadas no capítulo 1, seção 1.2.3, nós observamos que a unicidade das DEFs (em (22)) deve ser satisfeita no domínio de referentes disponível na situação geral de fala ( $s_0$ ). Contudo, para os demonstrativos ((20) e (21)) o domínio de referentes é restrito a subsituações ( $s_i$ ) da situação de fala; apontamentos e saliência, portanto, não fazem parte das representações lexicais dos demonstrativos. Exemplos como (58) e (59) parecem sustentar essa distinção: as demonstrações e a saliência do comportamento das pessoas, por exemplo, são meios pragmáticos, externos ao proferimento, para a identificação da subcena relevante da situação de fala, impondo uma restrição no domínio de referentes em que a unicidade deve ser verificada.

Na realidade, esse efeito de restrição não precisa ser obtido através de meios pragmáticos ou externos ao proferimento; ele pode ser obtido por meio de conteúdo descritivo adicional, através de uma descrição mais detalhada. Compare (58) e (59) com (60):

**Contexto:** Um casal está discutindo discretamente num restaurante; o gerente diz ao garçom [sem apontamento]:

(60) *Esse casal sentado perto da janela* está incomodando os outros clientes!

Em (58) e (59), ‘esse casal’ é proferido em situações onde saliência contextual e apontamento (respectivamente) são necessários para a identificação do referente. Em (60), por seu turno, o conteúdo da DEM ‘esse casal sentado perto da janela’ é suficiente para determinar o referente. Assim sendo, saliência contextual, demonstrações e conteúdo descritivo adicional são, todos, meios que impõem restrições no domínio de referentes, de tal modo que permitem que a unicidade seja satisfeita em uma subsituação da situação de fala. Saliência contextual e apontamentos obtêm esse efeito por meios pragmáticos/não-composicionais; o conteúdo descritivo adicional obtém esse efeito através de meios composicionais. Os aspectos anteriores não fazem parte das representações semânticas do proferimento; o último faz<sup>9</sup>.

<sup>9</sup>Em Teixeira e Menuzzi (em preparo) e no capítulo 3, nós discutimos o efeito obtido pelo conteúdo descritivo adicional mais detalhadamente. Em particular, nós mostramos que o efeito de tal conteúdo é assegurar que a unicidade seja satisfeita em qualquer subsituação que o componente dêitico determine. Adiantamos que Wolter (2006) discute essa questão em relação ao que ela chama de “uso descritivo” dos demonstrativos, ilustrado em (i):

Em (61), abaixo, nós vemos a ação simultânea de ambas as fontes de restrição de domínio (para evitar complexidades adicionais, ignoramos a semântica do plural de ‘aqueles carros’):

**Contexto:** Um vendedor e um comprador estão olhando dois carros, um vermelho e outro branco; logo atrás desses dois, há outros dois carros. O vendedor diz:

(61) *Aqueles carros* [apontando] são novos; *esse vermelho* [sem apontamento], também.

(62) (ser-novo ( $[lx. \text{ carro}(x, s_1)]$ ,  $s_0$ )) & (ser-novo( $[lx. \text{ carro vermelho}(x, s_2)]$ ,  $s_0$ ))

Nós observamos, em (61), que a primeira DEM se refere a um subdomínio de referentes (os carros posicionados atrás) porque o apontamento especifica uma subsituação. A segunda DEM também determina uma subsituação, mas dessa vez sem apontamento associado: porque ela se opõe à subsituação distal especificada pela primeira DEM; a segunda subsituação, não-distal, pode ser determinada pragmaticamente sem qualquer demonstração; e o conteúdo descritivo adicional representado por ‘vermelho’ permite que, dentro dessa segunda subsituação, um único carro seja referido. Esse fato mostra que demonstrações, inferências pragmáticas e conteúdo descritivo adicional, todos, têm um papel similar, qual seja, restringir o domínio de referentes até o ponto em que a DEM refira com sucesso, isto é, satisfazendo sua condição de unicidade.

Em casos como (59) e (60), as restrições impostas por meios pragmáticos ou por meios posicionais – embora de natureza diferentes – são funcionalmente equivalentes, no sentido de que elas são contextualmente intercambiáveis: podemos alcançar o mesmo objetivo comunicativo usando uma ou outra. Mas há ocasiões em que o falante deve decidir qual delas é a mais apropriada para a referência – em casos em que o apontamento e o conteúdo descritivo adicional podem não ser funcionalmente equivalentes. As razões para essa escolha podem ser puramente pragmáticas, como quando considerações sobre polidez são relevantes:

---

(i) *That student who scored one hundred on the exam* is a genius. (KING, 2001, p. 3)

Em (i), a descrição denota um único referente, mas o falante pode não ser capaz de identificá-lo. Baseando-se em Dayal (1998, 2004), Wolter (2006, p. 148) afirma que uma variável adicional de situação é introduzida na semântica pelos modificadores pós-nominais, aspecto que mostramos ser desnecessário.

**Contexto:** Em uma conferência, três professores estão discutindo a semântica dos demonstrativos. João está na plateia, escutando atentamente, mas ele não conhece um dos professores. Ele se vira para Maria e pergunta [sem apontamento]:

(63) Quem é *aquele professor de óculos*?

Em (63), uma demonstração dispensaria a necessidade do predicado ‘de óculos’; mas essa atitude poderia ser considerada grosseira, ou João chamaria a atenção do resto da audiência, por exemplo. Sendo assim, definitivamente, se pode afirmar que demonstrações são um, entre vários, meios de se obter um efeito pragmático, qual seja, o de identificar um subdomínio de referentes no domínio da situação de fala. Nós acreditamos que a abordagem de Wolter é capaz de obter esse resultado com uma solução simples e elegante: o enriquecimento do sistema de indexação independentemente necessário para a dêixis e para a avaliação de predicados em relação a contextos (no caso da autora, um sistema de indexação baseado em situações).

É importante notar que, embora apontamentos não são essenciais para a interpretação dos demonstrativos, a dêixis é – na verdade, a referência à situação de fala, definida por meio da distinção entre SD e SND, é uma formalização da dêixis. Além disso, deve ser notado também que esse elemento da dêixis – a identificação da SND – não coincide com outra peça (independente) de informação contextual exigida pelos demonstrativos, qual seja, o elemento responsável pela dêixis espacial. Esse é o elemento responsável por localizar espacialmente o referente do demonstrativo em relação a outro índice contextual, geralmente, o falante ou o ouvinte. Por exemplo, um demonstrativo como ‘esse N’ deve identificar um referente que está próximo espacialmente do falante<sup>10</sup>.

Conforme vimos em (58) e (59), acima, a exigência de restrição espacial do referente em relação ao falante é independente de apontamentos ou outras formas de identificação da SND relevante. Em (59), por exemplo, a demonstração seria suficiente para identificação da subsituação relevante (se ela está próxima ou distante do falante).

---

<sup>10</sup>“Localização espacial”, aqui, é somente um modo simplista de se referir aos vários elementos que participam do complexo sistema de localização subjacente aos demonstrativos. As escalas relevantes de distância podem ser muitas: espaciais propriamente ditas (‘esse homem perto de mim’), temporais (‘naquele tempo em que vivemos no Recife’), modais (‘aqueles que pecam irão pagar por seus pecados’), etc.

Mas, o proferimento seria inadequado se ao invés do falante usar ‘esse’, ele usasse ‘aquele’: o uso de ‘esse’ indica que a subsituação (e o referente determinado pela descrição) devem estar próximos do falante. Supondo que o gerente e o garçom estivessem no bar do restaurante, o casal relevante deveria estar próximo ao bar e não do outro lado do lugar. Considerações similares se aplicam a (58) – o comportamento marcado seria suficiente para identificar a subsituação relevante, mas, ainda assim, a dêixis espacial do demonstrativo deve ser satisfeita. Os exemplos abaixo ressaltam pontos similares.

**Contexto:** Em um funeral, João está rindo alto enquanto Pedro cochicha uma piada a ele. João está próximo do padre que está fazendo a cerimônia. Bastante incomodado, o padre diz ao seu auxiliar [sem apontamento]:

(64) *Esse rapaz* não respeita os mortos.

(65) # *Aquele rapaz* não respeita os mortos.

Agora, o aspecto crucial a ser notado é: em exemplos como (58), (59) e (60), ou a saliência, ou o apontamento ou o conteúdo descritivo adicional seriam suficientes para a identificação da subsituação relevante; ainda, o falante não pode escolher um demonstrativo deliberadamente, ele deve usar aquele que satisfaz a restrição de localização espacial.

As conclusões que tiramos de toda a discussão apresentada nesta seção são:

(i) Apontamentos, saliência e conteúdo descritivo adicional podem competir entre si, assim, eles podem desempenhar uma função similar – na teoria de Wolter, a identificação da SND relevante.

(ii) No entanto, essa função não é a mesma que é desempenhada pela restrição dêitica espacial imposta sobre os demonstrativos. Na verdade, embora um apontamento seja considerado como uma forma de localizar um referente no espaço, saliência ou conteúdo descritivo adicional não podem ser encarados como tal; ainda, apontamentos são intercambiáveis com saliência ou conteúdo descritivo adicional, mas esses não são intercambiáveis com a dêixis espacial (cf. a felicidade de ‘esse’ vs. a não-felicidade de ‘aquele’ em (58) - (60) acima).

(iii) Assim sendo, as DEMs codificam duas restrições específicas

e independentes. Uma é flexível no sentido de que sua satisfação pode ser obtida por meios pragmáticos ou composicionais. Essa é a restrição dêitica que exige que as DEMs determinem um único referente em uma SND contextualmente identificável. A outra restrição dêitica não é flexível desse modo. Em particular, ela deve ser satisfeita independentemente do modo pela qual a SND relevante tenha sido identificada.

(iv) Dessa forma, concluímos que, do mesmo modo que a ocorrência da referência numa subsituação é um elemento essencial nas representações semânticas das DEMs, a restrição dêitica espacial também é. Nós ressaltamos, uma vez mais, que apontamentos/demonstrações, etc., de outro modo, não são essenciais para as DEMs. Além disso, não acreditamos – seguindo Recanati (2004) e Borg (2009) – que eles estão relacionados à restrição dêitica espacial. Na verdade, apontamentos, demonstrações, saliência, etc., desempenham outra função dêitica nas DEMs: eles são meios de identificar uma SND, como proposto por Wolter (2006).

## 2.5 É NECESSÁRIO TER DOIS COMPONENTES DÊITICOS? SOBRE INDEXAÇÃO.

Até aqui nós argumentamos que demonstrações, conteúdo descritivo adicional e saliência não são, por si, elementos essenciais na semântica das DEMs. Na verdade, eles são somente meios de identificar o valor da variável de situação em relação a qual o predicado da descrição deve ser interpretado. Relembrando que a interpretação de DPs em relação a uma situação é uma maneira de capturar o fato de que DPs referem em domínios discursivos contextualmente restritos, e não em um domínio de entidades inteiro. Além disso, quando o DP é interpretado com respeito à situação atual de fala (nos termos de Wolter, a SD) e refere a uma entidade nessa situação, nós temos um caso claro de dêixis. Mas esse não é um componente dêitico particular das DEMs, pois ele é comum a todos os DPs que referem a entidades na situação de fala (DEFs, pronomes, etc.).

Agora, determinantes demonstrativos diferem de artigos definidos porque os primeiros exigem que a variável de situação seja identificada como uma SND, *i.e.*, uma subsituação própria da SD. Isso implica em uma restrição adicional sobre o domínio de referentes: é uma restrição sobre outra restrição (aplicada pela relativização da

interpretação dos DPs a situações – que, em geral, será a situação de fala, *i.e.*, a SD). A relativização da DEM a uma SND, sendo uma subclasse da relativização à situação de fala, é também um claro caso de dêixis. No entanto, esse componente dêítico é particular às DEMs (assim, incorporado a suas entradas lexicais) – outros DPs dêíticos não exigem serem interpretados em uma SND; eles são como outras expressões – exigem que sua interpretação ocorra na situação de fala.

Finalmente, como nós temos visto, para uma DEM ter suas condições de felicidade satisfeitas, o seu referente deve satisfazer uma restrição adicional: o referente deve estar entre as entidades localizadas espacialmente próximas, ou distantes, do falante (ou quem quer que seja o centro da dêixis<sup>11</sup>) isto é, as DEMs também satisfazem o que temos chamado de “restrição de dêixis espacial”. É claro que esse é também um caso de dêixis, pois ele depende de um dos índices da situação de fala, *e.g.* o falante. Note, além disso, que a restrição dêítica espacial também impõe uma restrição adicional sobre o domínio de referência das DEMs – o referente que ela determina deve estar no subconjunto de referentes da situação de fala, qual seja, aqueles próximos, ou distantes, do falante. E observe, também, que esse componente dêítico também é particular às DEMs, assim também incorporado às suas entradas lexicais (DEFs não compartilham dessa restrição).

Sendo assim, a seguir, resumizamos os componentes dêíticos que foram identificados na semântica das DEMs que adotamos (Wolter, 2006). Esses são os elementos dêíticos que distinguem DEMs de DEFs:

<i>Componente</i>	<i>Efeito sobre o domínio</i>	<i>Natureza</i>
(i) predicado interpretado em relação a uma situação	restrição	geral aos DPs (incluindo DEFs)
(ii) a situação deve ser não- <i>default</i>	restrição adicional	particular aos demonstrativos
(iii) restrição dêítica espacial	restrição adicional	particular aos demonstrativos

Figura 4: Componentes dêíticos dos demonstrativos.

<sup>11</sup>“Given their context-dependence, deictic words “presuppose a [center] relative to which they are computed. Traditionally, the [...] “deictic center” or “zero-point”, has been associated with the current speaker. The [zero-point] can metaphorically be understood as the “viewpoint” from which the speaker relates to the dimensions of person, time, and place”(RÜHLEMANN; O’DONNELL, 2014, p. 334). Mais sobre o centro da dêixis em (LYONS, 1977; RAPAPORT et al., 1994).

A Figura 4 revela um problema conceitual na abordagem que estamos desenvolvendo: nossa análise, isto é, a análise de Wolter como a interpretamos aqui, utiliza dois componentes dêiticos particulares nas DEMs, os quais capturam seu comportamento e distinguem as DEMs das DEFs. Além disso, ambos os componentes têm o mesmo efeito sobre o domínio, qual seja, o de restringí-lo. Assim, a abordagem mostra uma certa redundância que seria solucionada com a eliminação de um dos componentes dêiticos adotados. Uma vez que os componentes (i) e (iii) não são dispensáveis – (i) é exigido para todos os DPs e (iii) é um fato inevitável sobre os demonstrativos – poderia-se pensar que o componente (ii) é o redundante. Mas (ii) é precisamente a inovação proposta por Wolter, que nós adotamos como um modo de unificar o papel contextual das demonstrações, da saliência e do conteúdo descritivo adicional na interpretação das DEMs. Então, nós podemos excluir o componente (ii)?

Nós acreditamos que não podemos e que a complicação adicional no sistema de índices é necessária. Considere (66), um exemplo adaptado de Heim e Kratzer (1998, p. 243, ex. (6)):

**Contexto:** Dois quadros estão lado a lado na parede do fundo da sala; entre eles há um vaso; na porta da sala, próximo a Pedro, João diz [apontando primeiro para um dos quadros, depois apontando para o outro; nenhum apontamento para o vaso]:

(66) *Aquele quadro<sub>s1</sub> é bonito; aquele quadro<sub>s2</sub> não; o vaso<sub>s0</sub> também é bem bonito.*

Note que a única coisa que pode distinguir as duas ocorrências de ‘aquele quadro’ nesse caso é a situação indexada, isto é, o fato de que cada ocorrência é interpretada em relação a uma SND particular, pragmaticamente identificada através de apontamento em (66). Crucialmente, nem o conteúdo descritivo, nem a dêixis espacial podem distinguir as duas ocorrências, porque esses aspectos são os mesmos para ambos os proferimentos e eles são satisfeitos do mesmo modo pelos dois referentes. Além do mais, é claro que nós não podemos distinguir os quadros dizendo que cada ocorrência corresponde a uma situação de fala – isto é, por recorrer diretamente ao índice da situação de fala em si. Se assim fosse, não teríamos como distinguir as condições de felicidade das DEMs e da DEF (que, como o exemplo mostra, pode satisfazer a unicidade na SD). Em outras palavras, exemplos como (66) mostram que nós precisamos recorrer ao sistema de indexação independentemente da restrição dêitica espacial e do conteúdo descritivo, o que

não exige um apelo direto ao índice da situação de fala (SD). Em suma, alguma referência às subsituações da situação de fala será necessária, como proposto por Wolter.

Ao invés de seguir a proposta de Wolter, que complica o sistema de indexação de situações (introduzindo a distinção entre SD e SND), nós poderíamos tentar resolver o problema recorrendo a outro sistema de indexação. Por exemplo, Heim e Kratzer (1998) anexam índices referenciais diretamente aos pronomes dêiticos:

(67)  $She_1$  is taller than  $she_2$ .

De acordo com Heim e Kratzer (1998), o proferimento de (67) é feliz se a situação de proferimento fornece valores para as duas ocorrências do pronome ‘she’. Como isso funciona?

Para as autoras, a situação do proferimento fixa “[...] a certain partial function from indices [referenciais] to individuals” (1998, p. 243). Em outras palavras, o proferimento como um todo é interpretado em relação a um índice de situação. Esse índice de situação está associado a uma função particular de índices (referenciais) para indivíduos, que são, então, identificados como o valor das ocorrências pronominais. Nós abreviamos esse procedimento interpretativo em (68) abaixo (onde  $a$  e  $b$  são indivíduos):

(68)  $[She_1$  is taller than  $she_2](s_0) =$   
 $[s_0(1)$  is taller than  $s_0(2)] =$   
 $[a$  is taller than  $b]$

Assim, se nós adaptarmos a mesma sugestão para um proferimento como (66), acima, nós temos a seguinte situação (ignoramos a DEF em (66) a fim de evitar discutir os detalhes do tratamento das DEFs de Heim e Kratzer):

(69)  $[Aquele_1$  quadro é bonito;  $aquele_2$  quadro não] ( $s_0$ ) =  
 $[s_0(1)$  é um quadro e  $s_0(1)$  é bonito, e  
 $s_0(2)$  é um quadro e  $s_0(2)$  não é bonito] =  
 $[a$  é um quadro e  $a$  é bonito, e  $b$  é um quadro e  $b$  não é bonito]

Mas qual o problema com essa análise? Claramente, ela resulta

numa versão da teoria da referência direta dos demonstrativos, talvez considerando a contribuição composicional do conteúdo descritivo da DEM (ao contrário do que ocorre na teoria de Kaplan (1989a); para argumentos a favor de uma análise ao longo das linhas de (69), consultar Amaral, 2014). Dessa maneira, uma teoria como essa sofre das mesmas fraquezas da teoria da referência direta: ela não pode ser generalizada para os usos não referenciais das DEMs e ela não captura a intuição de que DEMs satisfazem uma restrição de unicidade, assim como as DEFs, mas que isso ocorre numa subparte da situação de fala, etc<sup>12</sup>.

Há um argumento adicional a favor da indexação proposta por Wolter (2006), como nós a interpretamos aqui. Considere (70) abaixo, uma versão modificada de (66), com a indexação e a semântica representadas nos moldes de Wolter (2006) em (71) e de acordo com Heim e Kratzer (1998) em (72):

**Contexto:** Dois quadros estão lado a lado na parede no fundo da sala; na porta, próximo a Pedro, João diz, apontando somente quando profere a primeira DEM:

(70) *Aquele quadro* [apontamento] é bonito; *aquele outro (quadro)* [sem apontamento], não.

(71) *Aquele quadro*<sub>s<sub>1</sub></sub> é bonito; *aquele outro (quadro)*<sub>s<sub>2</sub></sub>, não.  
 ser-bonito ( $[\iota x. \text{quadro}(x, s_1)], s_0$ ) &  
 não (ser-bonito( $[\iota y. \text{quadro}(y, s_2)]$ ) &  
 é-diferente-de( $y, [\iota x. \text{quadro}(x, s_1)]$ )),  $s_0$ )

(72) *Aquele*<sub>1</sub> *quadro* é bonito; *aquele*<sub>2</sub> *outro (quadro)*, não.  
 $[s_0(1) \text{ é um quadro} \& s_0(1) \text{ é bonito}]$  &  
 $[s_0(2) \text{ é um quadro} \& s_0(2) \text{ é diferente de } s_0(1)]$  &

---

<sup>12</sup>Note também que a teoria de Heim e Kratzer (1998) assume que o papel do índice é determinar um referente – presumindo que apontamentos sempre apontarão para a referência. Mas isso pode ser incorreto, pois em muitos casos apontamentos somente ajudam a delimitar uma área espacial onde o referente deve ser encontrado. Ver discussão detalhada em Teixeira e Menuzzi (em preparação) e no capítulo 3 desta tese.

$s_0(2)$  não é bonito] =

[ $a$  é um quadro &  $a$  é bonito] &

[ $b$  é um quadro &  $b$  é diferente de  $a$  &  $b$  não é bonito]

O ponto crucial sobre (70) é que, ao contrário do que acontece com (66), o proferimento é aceitável sem qualquer apontamento associado à segunda DEM. Sob o ponto de vista de Wolter (2006), como nós o entendemos, a explicação é simples: (71) é como os outros casos em que o conteúdo descritivo adicional contribui composicionalmente para a identificação de uma SND própria (isto é, a subsituação da situação de fala). Assim, a demonstração é dispensável. Nesse caso particular, ‘outro’ indica que o ouvinte deve procurar por uma referência que é diferente daquela determinada na subsituação para a qual o falante está apontando. Isto é, através de ‘outro’ o ouvinte é levado a procurar por uma subsituação (distal) diferente, em que há outro único quadro. Dado o contexto (os quadros estão lado a lado), não há problemas para o ouvinte identificar essa nova subsituação – e o referente correspondente. Nessa análise, o conteúdo descritivo de ‘outro’ tem uma clara contribuição para a identificação do referente e, assim, dispensa a demonstração.

Agora, sob o tipo de análise proposto por Heim e Kratzer (1998), a indexação é um meio de identificar diretamente o referente denotado pelo pronome demonstrativo no contexto. Sendo assim, diferentes índices referenciais são atribuídos aos DPs, sob a assunção de que eles denotam referentes diferentes (exceto se o falante pretende sugerir uma correferência acidental (EVANS, 1980)). Assim, os dois DPs em (72) devem ser atribuídos a diferentes índices e devem referir a diferentes referentes (assim como em (68)). Mas então, porque o item ‘outro’ é necessário? E porque o apontamento é dispensável? Se a indexação é uma maneira de atribuir referentes diretamente aos DPs, e se DEMs têm seus referentes atribuídos desse modo, não fica claro como dar conta da interação entre indexação e conteúdo descritivo e como o último pode, eventualmente, dispensar meios pragmáticos para a determinação do índice relevante<sup>13</sup>.

Se os argumentos que nós apresentamos acima estão certos,

<sup>13</sup>Na realidade, a representação semântica final em (72) contém uma tautologia (não informativa) – ‘ $b$  é diferente de  $a$ ’, que é o mesmo que dizer que um indivíduo é diferente de outro indivíduo. Isso claramente indica que o modo como esboçamos a indexação na abordagem de Heim e Kratzer não pode estar correto e certamente não faz justiça à semântica que poderíamos desenvolver partindo de suas sugestões.

nós podemos afirmar que a teoria de Wolter (2006) e a distinção entre SD e SND são as ferramentas mais adequadas para expressar a dependência contextual das DEMs (do que a referência direta). Lembramos que nossa discussão tem mostrado que a abordagem de Wolter está correta ao postular dois componentes dêiticos para as DEMs – a relativização a SNDs e a restrição dêitica espacial (exigida independentemente). Finalmente, a discussão, nesta seção, confirma nosso ponto de vista sobre as demonstrações, apontamentos, etc.: eles não são por si ‘elementos essenciais’ dos usos dêiticos das DEMs. Na verdade, a tarefa essencial na interpretação das DEMs é a identificação, através de algum recurso, de uma SND. Os recursos relevantes podem ser pragmáticos (*e.g.*, apontamento, saliência), composicionais (conteúdo descritivo adicional) ou mesmo inferências desencadeadas pela combinação dessas duas fontes de informação, como em (70).

## 2.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.

Nesse capítulo apresentamos (i) as abordagens (KAPLAN, 1989a; ROBERTS, 2002; KING, 2001) que reservam um papel específico para as demonstrações (e entidades similares) nas representações semântico-pragmáticas das DEMs; (ii) as considerações de autores como Bach (1992) e Recanati (2004) que afirmam que as demonstrações são significantes para a determinação dos referentes, mas que essa significância é pragmática; e (iii) a nossa interpretação da abordagem de Wolter (2006) em relação ao papel das demonstrações, já que a autora não esclarece esse especto em sua tese. Levando isso em conta, demonstrações são elementos não-essenciais, isto é, um recurso para determinar o que é realmente essencial na semântica das DEMs – em qual situação (SND) a unicidade deve ser satisfeita. Desse modo, promovemos um enriquecimento de um instrumento formal que é exigido de qualquer maneira – a relativização da interpretação das expressões a situações (cf. Kratzer, 1989). Mas nós salientamos que, embora a relativização a SNDs deve ser vista como um componente dêitico da interpretação das DEMs, ela não deve ser relacionada à informação dêitica espacial carregada pelas DEMs. Isto é, ambas são **independentemente exigidas** e devem ser encaradas como aspectos convencionais do significado dos determinantes das DEMs.

Nos capítulos seguintes abordaremos a função do conteúdo descritivo adicional na semântica das DEMs que, como mencionamos aqui, não tem o mesmo *status* que as demonstrações, visto que as

demonstrações são aspectos pragmáticos, enquanto que o conteúdo descritivo pertence a outro patamar de análise – o semântico. Em seguida, analisaremos os pontos de vista a favor e contra a semelhança semântico-pragmática entre as DEFs e as DEMs. Faremos isso com base nos usos descritivos (conforme Nunberg, 1993 e Elbourne, 2005) das DEMs.

### 3 CONTEÚDO DESCRITIVO ADICIONAL: COMO ELE ENTRA NA SEMÂNTICA DAS DEMS?

A disputa teórica entre as abordagens semânticas sobre o papel do conteúdo descritivo<sup>1</sup> nas DEMs ocorre há muito tempo na Linguística. Muitos autores se empenharam nesse debate e propuseram teorias diferentes, entre eles, Leonetti (2000); Borg (2002); e Amaral (2011, 2014). Basicamente, a problematização presente nessas abordagens gira em torno das seguintes questões: o conteúdo descritivo de uma DEM contribui para a determinação do referente e/ou contribui com o conteúdo proposicional?

Neste capítulo, apresentamos as concepções desses autores e assumimos um ponto de vista como o de Amaral (2011, 2014). Segundo ele, o predicado de uma DEM contribui na determinação do referente e na composição do conteúdo proposicional. Para esclarecer isso, analisamos casos de DEMs com usos dêiticos em que há conteúdo descritivo adicional e procuramos entender como esse conteúdo entra no processo de determinação do valor semântico da sentença/expressão.

Especificamente, concentramos nossas análises em DEMs, que além de serem compostas por um pronome demonstrativo mais um nome (73), possuem também algum material modificador como um adjetivo, um PP, uma oração relativa, etc., exemplificados, respectivamente, em (74), (75) e (76).

(73) *Aquele atleta* errou o gol.

(74) *Aquele atleta baixinho* errou o gol.

(75) *Aquele atleta ao lado da trave* errou o gol.

(76) *Aquele atleta que fez falta no zagueiro* errou o gol.

Como veremos, a concepção de Wolter (2006), de que o conteúdo descritivo adicional é o responsável pela introdução de uma SND adicional na qual a DEM é avaliada, não é adequada para os casos em questão. Na verdade, observamos que os elementos da dêixis –

---

<sup>1</sup>A contribuição do gênero e do número dos determinantes demonstrativos para o conteúdo descritivo não foi analisada. Concordamos com Wolter (2006) quando ela afirma que gênero e número também são elementos pressuposicionais dos determinantes demonstrativos. Para detalhes, ver discussão em Wolter, 2006, p. 30-31.

demonstração/saliência e a informação espacial que os determinantes demonstrativos carregam – são os responsáveis pela circunscrição da SND. O conteúdo descritivo adicional só é acionado se esses elementos indiciais são insuficientes. O fundamental, assim, é que o conteúdo descritivo tem um papel semântico específico e poderoso na interpretação das DEMs – o de assegurar a unicidade e, assim, determinar o referente da DEM.

Começamos a discussão apresentando a abordagem de Wolter (2006) para os usos descritivos W – único uso analisado pela autora em que há conteúdo descritivo adicional associado às DEMs.

### 3.1 A PROPOSTA DE ANÁLISE DE WOLTER PARA AS DEMS COM MATERIAL DESCRITIVO ADICIONAL

#### 3.1.1 Os usos descritivos W

Wolter (2006) analisa um único uso das DEMs em que há material descritivo adicional. Esses usos são chamados por ela de “uso descritivos” e englobam os usos NDNS – *no demonstration, no speaker intention* (KING, 2001). Nós decidimos chamar esses usos de “usos descritivos W” para que eles não sejam confundidos com os usos descritivos analisados por Nunberg (1993, 2004) e Elbourne (2005, 2008) – assunto do capítulo 4. Os usos descritivos W são aqueles encontrados em sentenças como (77):

**Contexto:** Dois professores estão olhando algumas provas difíceis de lógica. De repente, um deles se depara com uma prova com a nota 100. O professor não sabe de quem é a prova pois somente o número de matrícula consta na prova. Assim, ele diz:

(77) *That student who scored one hundred on the exam is a genius*  
(KING, 2001, p. 3).

Nessa sentença, observa-se que a descrição denota um referente semanticamente único (tem a condição de unicidade respeitada), mas tal referente não pode ser identificado<sup>2</sup>; não se sabe quem é o aluno

---

<sup>2</sup>Outra leitura possível (além da referencial não-específica) é a não-referencial genérica. Por exemplo, eu e você, leitor, estamos olhando as questões de uma prova de matemática extremamente difícil. Depois de ver que é quase impossível acertar todas as questões, eu poderia dizer: ‘*Aquele estudante que tirou cem na prova é um gênio*’. Nesse caso, não sei se alguém tirou cem na prova, e não sei se foi um aluno

que ficou com a nota cem na prova. A indeterminação do referente é ilustrada pela paráfrase da sentença em (78), a seguir:

- (78) Aquele estudante que tirou cem na prova, seja ele quem for, é um gênio.

Apesar do foco deste capítulo não ser os usos descritivos W com conteúdo descritivo adicional, acreditamos que a análise de Wolter (2006), para esses casos, possa colaborar para o estudo dos usos de nosso interesse, isto é, construções como (79), em que claramente tem-se um uso dêitico da DEM, ‘aquele aluno’, e material descritivo adicional associado, ‘perto da janela’. Mais especificamente, os casos em que o conteúdo adicional elimina a necessidade do apontamento:

- (79) *Aquele aluno perto da janela é um gênio.*

Wolter (2006) não analisa sentenças com claro uso dêitico da DEMs, como (79). No entanto, os usos descritivos W, que ela analisa, possuem certa semelhança com os casos que nos interessam: no caso dos usos descritivos W, o conteúdo descritivo adicional é necessário, ou a leitura descritiva não é possível; no caso em (79), o uso dêitico sem apontamento só é possível se o conteúdo adicional estiver presente; sem o conteúdo adicional, o apontamento é necessário. Levando isso em consideração, é bem possível que tal abordagem possa ser usada para analisar os usos dêíticos com conteúdo descritivo adicional. Por isso, é importante apresentarmos a concepção de Wolter (2006) para os usos descritivos W em primeiro lugar, para que, posteriormente, possamos analisar como essa abordagem se relaciona com os casos de nosso interesse.

Os usos descritivos W, segundo Wolter (2006), ocorrem quando descrições denotam um referente somente com base no seu conteúdo descritivo. Nas palavras da autora:

In terms of the referential analysis, these descriptions refer on the basis of the descriptive content alone, and thus can be interpreted as neither deictic nor anaphoric. The clearest cases of non-deictic, non-anaphoric descriptions are those with “semantically unique” descriptive content [...], that is, with content that necessarily denotes a singleton set (WOLTER, 2006, p. 41-42).

---

só; ainda assim, a DEM seria apropriada.

Alguns exemplos de DEFs com usos descritivos W, segundo Wolter (2006), são os seguintes:

- (80) *A mãe do João Inácio* chegou.  
 (81) João identificou *o menor número primo*.  
 (82) *O centro do universo* está se movendo.

As DEMs têm usos descritivos W, segundo Wolter (2006, p. 42), sob circunstâncias especiais:

Demonstrative descriptions are acceptable with semantically unique content only under special circumstances. Semantically unique content is acceptable in a special construction which is licensed by a postnominal modifier.

Considere a tradução de um dos exemplos da autora:

- (83) João identificou *aquele número que é o menor entre os números primos*.

Levando em conta a assunção de Wolter de que a interpretação descritiva só é possível se houver um modificador pós-nominal (gerando uma leitura similar (mas não equivalente) aos usos atributivos das DEFs<sup>3</sup>), considere a Figura 5, em que se detalha o licenciamento dos usos descritivos W.

---

<sup>3</sup>“The analysis thus departs from the view of Wettstein (1981) and Devitt (2004) that referential definite descriptions are a sort of disguised demonstrative”(WOLTER, 2006, p. 147).

Licenciam DEMs com usos descritivos W	Não licenciam DEMs com usos descritivos W
<p>- <u>orações relativas restritivas</u>: 'That person who discovered fire was a genius';</p> <p>- <u>PPs, APs e adjetivos pós-nominais</u>: 'That runner in last place will receive a consolation prize';  'That person responsible for the disaster will be fired';  'Those people available were fired';</p> <p>- <u>superlativos pós-nominais</u>: 'The students memorized that poem which was shortest';</p> <p>- <u>relativas infinitivas que não dependem de elementos pré-nominais</u>: 'It was one of those books to be read in a single sitting, but the story really drew me in';</p> <p>- <u>relativas reduzidas de participio</u>: 'Those students writing a term paper should meet with the instructor'.</p>	<p>- <u>complementos de N (mesmo os oracionais)</u>: 'John was tempted by that idea that he was a genius';</p> <p>- <u>orações relativas não restritivas</u>: 'That prehistoric individual, who discovered fire, was a genius';</p> <p>- <u>adjetivos pré-nominais</u>: 'That unhelpful person will be fired';</p> <p>- <u>superlativos pré-nominais</u>: 'The students memorized that shortest poem';</p> <p>- <u>relativas infinitivas que dependem de elementos pré-nominais</u>: 'That first hero to kill a dragon will inherit half the kingdom'.</p>

Figura 5: Licenciamento das DEMs com usos descritivos W.

Para a análise desse tipo de sentença, Wolter parte das seguintes assunções:

[(i)] Ordinary demonstrative descriptions are relativized only to free situation variables.

[(ii)] Postmodified demonstratives may contain bound situation variables (2006, p. 146).

A primeira assunção ilustra a concepção assumida pela autora em relação às DEMs em todos os demais usos (anafóricos, dêiticos, etc.), pois ela tem defendido (conforme vimos nos capítulos anteriores) que as DEMs são relativizadas a SNDs (que são variáveis livres, isto é, interpretadas pela função que atribui valores a variáveis livres em cada contexto); as únicas variáveis de situação ligadas, até então, eram as de SDs<sup>4</sup>.

<sup>4</sup>Segundo nota em Vogt (2013, p. 117), quando Wolter (2006) menciona “[...] variáveis de situação presas (*bound*)”, “trata-se de uma implementação sintática da ideia de que a variável de situação está ligada a um operador sintático não pronunciado que se realiza em IP e sob o qual tudo o que está abaixo será avaliado. Esse operador pode se referir à situação discursiva de proferimento ou a uma situação instaurada por um operador modal [...] Essa saída sintática é interessante, mas não é necessária para implementar as ideias de Wolter (2006), como ela mesmo diz (p. 66).”

A segunda assunção se baseia em Dayal (1998, 2004), que analisa o *free choice any*. Essa abordagem é detalhada na seção seguinte.

### 3.1.2 Veneeta Dayal e o papel das situações na semântica do *free choice any*

Em “*Any as inherently modal*”(1998), Dayal propõe que ‘any’ é um quantificador universal genérico que pode ocorrer em sentenças episódicas não-negativas se estiver modificado por uma oração subordinada (oração relativa ou adjunto). Esse tipo de licenciamento pela subordinada foi chamado pela autora de “*subtriggering*”. Os exemplos em que o *subtriggering* ocorre são os seguintes:

- (84) John talked to *any woman who came up to him*.  
 (85) *Any woman who heard the news* contributed to the fund.  
 (86) *Any man who saw the fly in the food* didn’t eat dinner.

A autora também afirma que o *subtriggered any* possui duas propriedades empíricas, quais sejam:

(i) **a natureza essencial do modificador:** a pertença ao conjunto denotado pela oração relativa é essencial para a verdade da declaração feita. Por exemplo, na sentença (87), abaixo, o fato de o(s) referente(s) do sintagma *any* pertencer(em) ao conjunto denotado pela oração relativa é acidental e, por isso, ‘*any*’ não é adequado; em (88), por sua vez, há uma leitura em que é essencial que o valor semântico (referente(s)) pertença ao conjunto denotado pela oração relativa. Em outras palavras, Dayal quer dizer que deve haver alguma relação intrínseca entre a oração relativa e o predicado principal: não há relação intrínseca entre pertencer à turma de Mary e votar nos Republicanos; mas há algo de intrínseco entre ser um soldado que lutou na Guerra do Golfo e receber os agradecimentos do Presidente dos EUA (presumivelmente, todos eles recebem estes agradecimentos, ou ao menos deviam recebê-los). A relação não é uma relação lógica, mas depende do modo como são os fatos do mundo.

- (87) \**Any student (who is) in Mary’s class* happened to vote Republican.  
 (88) The president thanked *any soldier who had fought in the Gulf War*.

Em suma, segundo Dayal (1998), ‘any’ só é adequado quando há leitura essencial da oração relativa.

(ii) **modificadores pós-nominais:** *subtriggered any* ocorre somente com certos modificadores pós-nominais, tais como orações relativas e adjuntos. Modificadores pré-nominais não licenciam o item, compare:

(89) John talked to any woman *at the party*.

(90) John talked to any politician *who is powerful*.

(91) \* John talked to any *powerful* politician.

Segundo Dayal (1998), argumentos pós-nominais também não licenciam ‘any’; um *adjunto* pós-nominal sempre é necessário:

(92) \* John bought any *Picture of Queen Elizabeth*.

(93) John bought any *Picture of Queen Elizabeth that was on sale*.

Nesse ponto da discussão é importante notar que para Dayal (1998) o *subtriggered any* não é licenciado por argumentos de N porque estes fazem parte da predicação de que N é núcleo – logo, diferentemente de adjuntos e de orações relativas, argumentos não introduzem variáveis de situação modalmente independentes de N. Sendo assim, se compararmos as condições de licenciamento dos usos descritivos W das DEMs, abordados por Wolter (2006) e apresentados na seção 3.1, observamos que elas são as mesmas elencadas por Dayal (1998) para o *subtriggered any*, *i.e.*, as expressões só são licenciadas por adjuntos pós-nominais, e não por argumentos pós-nominais.

Em relação às variáveis de situação, Dayal (1998, 2004) afirma que “[t]he crux of the analysis lies in separating out the situation variable in the *any* phrase from the one associated with verbal morphology” (DAYAL, 1998, p. 451) – ou melhor, a variável associada ao modificador pós-nominal, que pode ser o verbo de uma oração relativa, mas não necessariamente. A assunção de Dayal é que a variável associada ao modificador pós-nominal pode ser independente<sup>5</sup> da variável de situação associada ao núcleo nominal.

A fim de observar como ocorre a restrição no domínio de referentes aplicando a ideia de variáveis de situação independentes, considere os seguintes exemplos ((42) e (43) em Dayal (1998, p. 452)), acompanhados das análises que Dayal faz deles:

---

<sup>5</sup>Segundo Dayal, a ideia de que NPs têm seu próprio índice temporal é originalmente de Enç (1986).

- (94) \*Yesterday, John talked to *any woman*.
- (95)  $\forall s, x$  [woman ( $x, s$ ) & C( $s$ )<sup>6</sup>]  $\exists s'$ [ $s < s'$  & yesterday( $s'$ ) & talk ( $j, x, s'$ )]
- (96) Yesterday John talked to *any woman he saw*.
- (97)  $\forall s, x$  [woman ( $x, s$ ) & C( $s$ ) &  $\exists s''$ [ $s < s''$  & Past( $s''$ ) & see ( $j, x, s''$ )]]  $\exists s'$ [ $s < s'$  & yesterday( $s'$ ) & talk ( $j, x, s'$ )]

Segundo Dayal (1998), em (94), o sintagma *any* gera uma estrutura tripartite em que o nome restringe o conjunto de situações sob consideração. Como o predicado ('talked') é episódico, a variável de situação está existencialmente e temporalmente ligada ao intervalo denotado pelo advérbio 'yesterday'. A interpretação de (94) é a de que todas as situações possíveis contendo uma mulher se estendem para uma situação localizada num intervalo particular, *i.e.*, 'yesterday'. Mas há muitas situações que tornarão a sentença falsa, *e.g.*, todas as situações (contendo mulheres) que não coincidem com as situações de existência de John. A sugestão de Dayal, nesse caso, é que a sentença é inapropriada porque há falha pressuposicional: ao usar 'any', o falante escolhe falar de todas as possíveis situações, mas fazendo uma afirmação sobre um intervalo de tempo limitado, ele foca num conjunto restrito de situações.

Em (96), o nome que compõe o sintagma *any* ainda restringe a quantificação de situações (contendo mulheres), mas a oração relativa tem a sua própria especificação temporal (ela também é episódica e a sua interpretação é temporalmente limitada). Dados os predicados 'see' e 'talk', os intervalos de oração relativa e da oração principal podem ser os mesmos. "That is, the assertion is about possible situations that are temporally bounded. And, of course, this restricted set may or may not extend into situations of John talking to women"(Dayal, 1998, p. 453–454). Nesse caso, não há conflito de pressuposições e 'any' é aceitável.

Assim, a ideia geral é (cf. Dayal, 2004, p. 223–224) que o modificador pós-nominal introduz uma variável espaço-temporal independente, licenciando 'any', enquanto que o pré-nominal não introduz essa variável e, por isso, não licencia o termo (modificadores pré-nominais são modalmente dependentes dos núcleos nominais). As representações em (99) e (101), dadas pela autora, mostram isso.

- (98) \*Mary talked to *any angry student*.

---

<sup>6</sup>Situação  $s$  do contexto.

- (99)  $\forall s, x$  [student ( $x, s$ ) & angry ( $x, s$ ) & C( $s$ )]  $\exists s'$ [ $s < s'$  & talk ( $m, x, s'$ )]
- (100) Mary talked to *any student who was angry*.
- (101)  $\forall s, x$  [student ( $x, s$ ) & C( $s$ ) &  $\exists s''$ [ $s < s''$  & Past( $s''$ )] & angry ( $x, s''$ )]  $\exists s'$ [ $s < s'$  & Past( $s'$ ) & talk ( $m, x, s'$ )]

Dayal (2004) declara que (98) é agramatical porque há um conflito entre a pressuposição de que a quantificação se dá sobre todos os indivíduos possíveis e a predicação de que a quantificação só pode ser aplicada a indivíduos daquela situação particular. Em (100), isso não ocorre porque há uma restrição no domínio de quantificação dos possíveis indivíduos que também preenchem a propriedade da oração relativa, *i.e.*, há a inclusão da propriedade relevante no intervalo de tempo denotado pela especificação temporal da oração relativa.

A concepção de Dayal (1998, 2004) de que modificadores pós-nominais podem possuir uma variável de situação independente da variável  $s$  do VP é incorporada por Wolter (2006) em sua análise dos usos descritivos W das DEMs, aspecto detalhado na seção seguinte.

### 3.1.3 Os modificadores pós-nominais introduzem situações na semântica das DEMs

Segundo Wolter, “If postnominal modifiers are in general “modally independent” from head nouns, as well as from the main predicate, it would not be that surprising for *a postnominal modifier to introduce a new situation variable*”(2006, p. 148, *grifo nosso*). Assim, a linguista afirma que os modificadores pós-nominais das DEMs com usos descritivos W introduzem uma variável de situação independente daquela do predicado principal da sentença – ideia que adota da análise de Dayal (1998) para o *subtriggered any* – e é nessa situação (uma SND) que a DEM será também avaliada.

Por outro lado, modificadores pré-nominais – assim como na abordagem de Dayal (1998) – não são modalmente independentes; assim, em relação às DEMs com modificadores pré-nominais como (102), abaixo, a análise permanece a mesma que se faz para as DEMs sem conteúdo descritivo adicional, ou seja, elas são relativizadas à subsituações da SD (situação do predicado principal da sentença). Nas palavras da autora, “[c]ombining a nominal with a demonstrative determiner results in the saturation of the nominal’s situation argument with a non-default situation”(2006, p. 149). Por exemplo, a sentença

(102)(exemplo (90), p. 149, de Wolter) têm suas condições de felicidade satisfeitas somente se a variável de situação associada ao conteúdo da DEM não é a mesma variável associada ao predicado principal da sentença (mas é uma subsituação dela). A interpretação adequada de (102), segundo Wolter (2006), é representada em (103).

(102) *That responsible person* was fired.

(103) fired  $([\iota x.\text{person}(x, s_1) \ \& \ \text{responsible}(x, s_1)], s_0)$

Para implementar a ideia de Dayal de que a variável de situação associada ao modificador pós-nominal pode ser independente da variável de situação associada ao núcleo nominal, Wolter também assume, para os modificadores pós-nominais, uma abordagem semântica semelhante à de Bach e Cooper (1978) para as sentenças relativas. *Grosso modo*, eles afirmam “[...] that noun phrases [DPs] can optionally take an extra property argument, which is saturated by the denotation of a high-adjoined relative clause and intersected with the property contributed by the content of the noun phrase”(WOLTER, 2006, p. 155). A estratégia deles é ilustrada abaixo (na Figura 6 e nos itens de (a) até (c)):

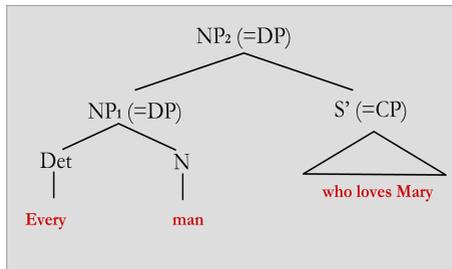


Figura 6: Concepção de Bach e Cooper (1978) para as sentenças relativas.

a.  $\llbracket \text{NP}_1 \rrbracket = \lambda R \lambda P [(\forall x) \text{man}(x) \wedge R(x)] \rightarrow P(x)$

b.  $\llbracket \text{S}' \rrbracket = \lambda z. [\text{love}(z, m)]$

c.  $\llbracket \text{NP}_2 \rrbracket = \lambda P [(\forall x) \text{man}(x) \wedge \text{love}(x, m)] \rightarrow P(x)$

Ao considerar a abordagem de Bach e Cooper (1978), Wolter procura ligar a variável  $s$  de situação, introduzida pelo modificador pós-nominal, à variável  $s$  do NP da DEM. Isso decorreria da regra de

interpretação composicional dos adjuntos proposta por Bach e Cooper, como mostra o esquema da Figura 7 e os itens de (a) até (e), logo abaixo, dados pela autora (Wolter, 2006, p. 157).

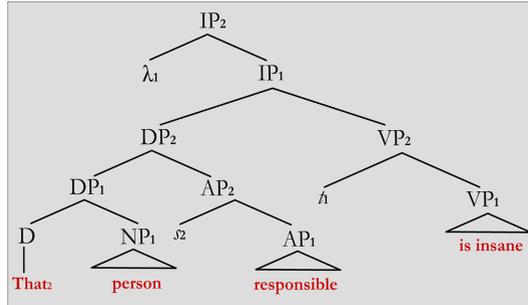


Figura 7: Como Wolter (2006) incorpora a teoria de Bach e Cooper (1978).

- a.  $\llbracket DP_1 \rrbracket = \iota x. \text{person}(x)(s_2)$
- b. Bach-Cooper ( $\llbracket DP_1 \rrbracket$ ) =  $\lambda R. \iota x. \text{person}(x)(s_2) \wedge R(x)$
- c.  $\llbracket AP_2 \rrbracket = \lambda y. \text{responsible}(y)(s_2)$
- d.  $\llbracket DP_2 \rrbracket = \iota x. \text{person}(x)(s_2) \wedge \text{responsible}(x)(s_2)$
- e.  $\llbracket IP_2 \rrbracket = \lambda s. \text{insane}(\iota x. \text{person}(x)(s_2) \wedge \text{responsible}(x)(s_2))(s)$

Observe-se que, do modo como Wolter concebe a interpretação do adjunto pós-nominal, as variáveis de situação do predicado nominal e de seu adjunto pós-nominal acabam identificadas (na Figura 7 e nos itens de (a) até (e), ambas são ‘ $s_2$ ’) – o que não corresponde à proposta de Dayal para a interpretação dos modificadores de *subtriggered any* (ver, por exemplo, (99) e (101)).

Considere as análises de (104)–(107) segundo as concepções de Wolter:

(104) *That person responsible is insane.*

(105)  $\text{insane}([\iota x. \text{person}(x, s_2) \ \& \ \text{responsible}(x, s_2)], s_0)$

Wolter (2006, p. 157-158) esclarece que o modificador pós-nominal ‘responsible’ introduz uma variável livre de situação  $s_2$  e o demonstrativo em si é interpretado em relação à  $s_2$ . Algo similar ocorreria em (106), cf. (107):

- (106) *That student who scored one hundred on the exam* is a genius.  
 (107) is-a-genius ( $[\iota x.\text{student}(x, s_1) \ \& \ \text{scores-one-hundred}(x, s_1)], s_0$ )

De acordo com a representação de Wolter, as SNDs em que os predicados ‘student’ e ‘scored one hundred’ são avaliados *não* são diferentes; na verdade, o referente é definido na mesma SND. Portanto, a DEM é avaliada numa SND.

Em suma, para Wolter (2006, p. 157-158), o modificador pós-nominal introduz uma variável livre de situação ( $s_1, s_2$ ) e o demonstrativo em si é interpretado em relação a ela. Além disso,

[t]he value of  $s_2$  [e  $s_1$ ] cannot be set to the value of the situation variable associated with the VP because that would conflict with the presupposition of the demonstrative determiner [ser avaliado numa SND]. However, just as a free individual variable denotes an individual that is part of the evaluation situation, the free situation variable denotes a situation that is a subpart of the evaluation situation. So  $s_2$  [e  $s_1$ ] in [(104)–(107)] gives us a proper subpart of the value of the bound situation variable.

Vemos, portanto, que a análise de Wolter para o uso descritivo W das DEMs presume que:

- (i) o modificador pós-nominal introduz uma variável  $s$  de situação (livre);
- (ii)  $s$  não pode ser associada ao VP (em respeito às pressuposições dos demonstrativos);
- (iii)  $s$  denota uma subparte (uma SND) da situação de avaliação (uma SD);
- (iv) o nominal da DEM é avaliado na situação introduzida pelo modificador pós-nominal (como vimos em (104)–(107)).

Assim, Wolter parece compreender que o modo próprio de estender a análise de Dayal para os usos descritivos W envolve a seguinte idéia: apesar do modificador pós-nominal da DEM introduzir uma nova situação, ao que parece, a SND tem que fazer parte da SD do VP da sentença. Só assim, pensa Wolter (2006), a situação associada a DEM pós-modificada poderia covariar com a situação do VP e

teríamos a satisfação da condição de unicidade (apesar de não haver identificação do referente) exigida para uma leitura atributiva da DEM. Esse raciocínio se mostra na seguinte citação:

Because  $s_2$  [e  $s_1$ ] covaries with the situation variable associated with the VP, it gives us an attributive reading of the demonstrative description; because it is a non-default situation, the demonstrative determiner is licensed; because  $s_2$  [e  $s_1$ ] contains all of the responsible individuals in the situation associated with the VP, the demonstrative description has the correct uniqueness implications (WOLTER, 2006, p. 158).

É preciso enfatizar: embora Wolter se esforce por tentar adaptar, para o caso do uso descritivo W das DEMs, a análise de Dayal para o *subtriggered any*, formalmente sua adaptação é inadequada. De fato, como vemos nas representações em (105) e (107), a leitura descritiva W das DEMs acaba recebendo exatamente a mesma representação que sua leitura referencial, dêitica – portanto, na verdade, formalmente são leituras indistinguíveis na implementação de Wolter (2006).

Ainda que a formalização não seja adequada, é preciso reconhecer também que Wolter está empiricamente correta: o uso descritivo W das DEMs é licenciado exatamente pelos mesmos tipos de modificadores que o *subtriggered any* – adjuntos pós-nominais, mas não argumentos ou adjuntos pré-nominais. Portanto, faz sentido analisar o uso descritivo W das DEMs como sendo licenciado por predicções cuja variável de situação é modalmente independente da variável de situação do N núcleo. Assumiremos aqui que esta análise de Wolter está correta, ainda que seja preciso estudar como, exatamente, se pode implementá-la formalmente.

Portanto, para nossos fins, basta observar que, no caso do uso descritivo W das DEMs, o papel crucial do conteúdo descritivo adicional é, na verdade, introduzir uma situação modalmente independente da SND a que, em princípio, a denotação da DEM deveria estar restrita. Provavelmente é este caráter modalmente independente que permite à DEM, nestes casos, referir-se a um indivíduo não presente na situação de fala – razão pela qual, em seus usos descritivos W, a DEM pode se referir a uma entidade não específica.

Como adiantamos, Wolter não elabora uma análise para os usos dêiticos que possuem material descritivo adicional (somente faz isso para os usos descritivos W). Por conta disso e pelo fato de estarmos lidando com usos referenciais, precisamos analisar se a abordagem de

Wolter para os usos descritivos *W* serve para os usos dêiticos com conteúdo descritivo adicional – objetivo da seção 3.3. Na próxima seção, apresentaremos algumas teorias sobre o papel do conteúdo descritivo na semântica das DEMs.

### 3.2 TEORIAS SOBRE O PAPEL DO CONTEÚDO DESCRITIVO NAS DEMS

Antes de analisarmos os casos de usos dêiticos com material descritivo adicional, ou seja, com conteúdo acrescido ao nominal que acompanha o determinante demonstrativo, vamos apresentar, nesta seção, como a literatura dá conta do conteúdo descritivo (o nominal) das DEMs e qual o papel atribuído a ele.

Braun (2015) afirma que as teorias que abordam as DEMs como termos singulares podem ser classificadas em três grupos, levando em conta como e se o conteúdo descritivo das expressões assume algum papel na determinação do referente<sup>7</sup>:

(i) *Teorias Mínimas*: atribuem o mínimo, ou nenhum, papel semântico ao conteúdo descritivo das DEMs. O papel do NP é o de fornecer uma pista ao ouvinte sobre o referente pretendido pelo falante e o seu conteúdo não é um constituinte do conteúdo do DP (da DEM). Autores como Leonetti (2000) e Larson; Segal (1995), entre outros, defendem uma Teoria Mínima.

(ii) *Teorias Intermediárias*: aceitam que o conteúdo descritivo das DEMs colabora na determinação do referente. Mas o NP não contribui com seu conteúdo para o conteúdo da DEM, *i.e.*, o conteúdo do NP não é um constituinte do conteúdo do DP. Segundo a interpretação de Braun (2015), Kaplan (1989) compartilha desse tipo de concepção, já Borg (2000) e Salmon (2002) explicitamente se colocam nesse grupo.

(iii) *Teorias Máximas*: dizem que o conteúdo descritivo ajuda a determinar o referente e seu conteúdo aparece como constituinte da proposição. Amaral (2011, 2014) e Richard (1993) endossam a Teoria Máxima.

---

<sup>7</sup> Assumimos que o material descritivo adicional das DEMs tem o mesmo estatus do predicado (ou NP) que acompanha as DEMs, já que ambos predicam sobre o referente do determinante demonstrativo.

### 3.2.1 Conteúdo descritivo das DEMs: Teoria Mínima

Entre as abordagens que defendem uma Teoria Mínima selecionamos Leonetti (2000) para ilustrar os argumentos apresentados por este tipo de teoria. Segundo o autor, o conteúdo descritivo de uma DEM não tem papel (nenhum) na determinação do referente. Considere:

In demonstrative DPs [...] since the procedure encoded by the determiner directs the search for a referent towards activated or familiar entities (in any case, contextually accessible entities), the burden of the need to satisfy uniqueness is not dependent on descriptive content anymore, but on contextual information. In other words, the semantics of demonstratives instructs the hearer to verify uniqueness and identify the intended referent by accessing certain contextual indices, so that *the descriptive content of the DP is no longer crucial for identification purposes* (LEONETTI, 2000, p. 2, grifo nosso).

Conforme afirma Leonetti (2000), a identificação do referente fica toda por conta do determinante demonstrativo e de fatores extralinguísticos, como o apontamento<sup>8</sup>, para os casos das DEMs com uso dêitico. Portanto, neste tipo de abordagem, satisfazer o conteúdo descritivo não é crucial para o sucesso referencial da DEM.

No trecho abaixo, a ideia geral é a de que o conteúdo descritivo de uma DEM não é restritivo e, por isso, não possui papel preponderante na identificação do referente relevante:

[...] the role of descriptive content in demonstrative DPs is not really to restrict the range of possible referents, but to “(re)classify” it and to give rise to a number of effects: it describes the referent from a different point of view, maybe quoting words by someone else, introduces new descriptive features, or adds evaluative information (in any case, information that is not relevant for unique identifiability) (LEONETTI, 2000, p. 2).

Apesar de negar que o conteúdo descritivo DEM restringe o domínio de referentes e afirmar que ele exerce outras funções com a

---

<sup>8</sup>Leonetti (2000) não dá detalhes do exato papel do apontamento na determinação do referente, nem se a relevância do apontamento sofre alterações quando há mais ou menos conteúdo descritivo.

de reclassificação, o autor não dá exemplos dos casos em que as DEMs apresentam tais funções.

Leonetti (2000) defende sua concepção através da comparação de exemplos com modificadores avaliativos após DEFs e DEMs. Segundo o autor, em espanhol, o uso de modificadores avaliativos gera uma sentença inadequada com DEFs, enquanto que com as DEMs gera-se uma sentença aceitável. Considere os seguintes exemplos (LEONETTI, 2000, p. 5):

(108) ?la película malísima / ?el espectáculo magnífico / ?el libro excelente

*o filme horrível / o espetáculo magnífico / o livro excelente*

(109) esa película malísima / este espectáculo magnífico / aquel libro excelente

*esse filme horrível / esse espetáculo magnífico / aquele livro excelente*

A explicação do autor para o presumido contraste exemplificado acima é a seguinte:

Due to their evaluative nature, adjectives like *malísimo*, *magnífico* and *excelente* are unable to provide a criterion to isolate the intended referent, so the descriptive content in the examples [...] cannot be understood as restrictive or identifying. But with the definite article the descriptive content has to play a crucial role in the satisfaction of uniqueness, as already mentioned. Hence, the resulting DPs sound odd. On the contrary, the demonstrative DPs [...], containing the same adjectival modifiers, are perfectly natural, as one should expect if the descriptive content is no longer essential to guarantee uniqueness in this case (LEONETTI, 2000, p. 5).

Em relação a esse argumento, apresentamos as seguintes considerações:

- (i) Os exemplos de Leonetti (2000) são, como o próprio autor afirma, somente com adjetivos avaliativos e, além disso, estão fora de contexto. Desse modo, não fica claro qual o nível de felicidade e qual a colaboração do elemento pós-nominal na determinação

dos referentes nos casos do espanhol, nem com as DEFs, nem com as DEMs.

(ii) Após contextualização, concordamos que aparentemente somente as DEMs (e não as DEFs) são adequadas com os adjetivos avaliativos. Considere (110) e (111):

(110) O novo filme do Tarantino passou na TV. *Esse filme horrível* /? *O filme horrível* me fez dormir.

**Contexto:** Um comercial do novo filme de Tarantino está passando na televisão. João fala:

(111) *Esse filme horrível*/? *O filme horrível* já passou na TV.

(iii) Levando em conta os exemplos (110) e (111), o que parece contribuir para a determinação do referente nos casos de estruturas como [DEMs + avaliativos] é a pressuposição espacial do determinante demonstrativo e o apontamento/ a saliência contextual. No entanto, isso, em primeira análise, parece decorrer exclusivamente da natureza das estruturas pós-nominais – os adjetivos avaliativos. Segundo Pria (2004), os adjetivos avaliativos não restringem o domínio de referentes, enquanto que outros tipos de adjetivos (como os classificadores) o fazem. Segue a conclusão do autor ao analisar estruturas como [avaliativo + e + avaliativo + nome]:

A ocorrência das estruturas portuguesas [AVAL + E + AVAL + N] e [N + AVAL + E + AVAL] e a não ocorrência das estruturas \*[AVAL + AVAL + N] e \*[N + AVAL + AVAL] já seriam o suficiente para confirmar a hipótese de que as propriedades denotadas pelos adjetivos avaliativos atuam uma sobre a outra, *o que nos leva a concluir também que os adjetivos avaliativos não determinam um subgrupo do conjunto designado pelo nome* (PRIA, 2004, p. 55, grifo nosso).

O autor também compara os adjetivos avaliativos, *e.g.*, ‘casamento lindo e amigável’, aos adjetivos classificadores, *e.g.*, ‘língua

materna familiar’, e mostra que os últimos atuam restringindo o domínio de referentes progressivamente, através do estabelecimento de subgrupos cada vez mais restritos; os avaliativos não fazem isso, *i.e.*, “as denotações dos adjetivos não se relacionam”(PRIA, 2004, p. 56). Observe a Figura 8, em que essa diferença é ilustrada:

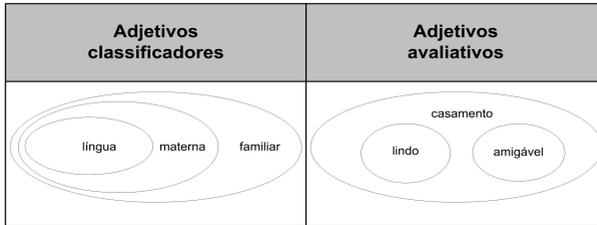


Figura 8: Diferenças de atuação dos adjetivos classificadores e avaliativos.

(iv) Considerando a análise de Pria (2004), podemos afirmar que é devido à natureza não restritiva do conteúdo pós-nominal – os adjetivos avaliativos – que não ocorre restrição no domínio de referentes nos exemplos com DEMs de Leonetti (2000). Isso é comprovado por exemplos em que há outros tipos de adjetivos e, nos quais, tanto DEMs como DEFs são adequadas e, além disso, o conteúdo pós-nominal é crucial para a determinação do referente:

**Contexto:** Um grupo de amigos decidiu assistir a filmes dirigidos por Quentin Tarantino. Na tela da televisão há ícones para todos os filmes do diretor. João está na sala de jantar e não consegue visualizar muito bem os ícones; os outros, estão na sala de estar bem em frente à televisão. Mesmo assim, João grita:

(112) *O filme novo é o melhor.*

(113) *Esse filme novo é o melhor.*

Esse caso mostra que DEFs e DEMs são adequadas com outros tipos de adjetivos, como os classificadores, e que a restrição de uso das DEFs se restringe aos adjetivos avaliativos. Além disso, no contexto acima, observamos que, para ambos os grupos de expressões, o adjetivo/modificador pós-nominal é crucial para a

determinação do referente. Especialmente, em relação a (113), pois a informação espacial do determinante ‘esse’ e o apontamento, que poderia ter sido realizado, não seriam suficientes para a restrição de domínio.

(v) Fica claro que, no uso de outros tipos de adjetivos na posição pós-nominal, o conteúdo descritivo é crucial para a determinação do referente, principalmente quando a informação espacial do determinante, o apontamento e/ou a saliência não conseguem fazê-lo. Desse modo, a generalização de Leonetti (2000) que afirma que o conteúdo pós-nominal nas DEMs não tem papel na restrição do domínio de referentes (na unicidade, portanto), baseada nos adjetivos avaliativos, foi precipitada.

Outro argumento dado pelo autor para mostrar que o conteúdo descritivo não é responsável pela determinação do referente é a comparação entre DEFs e DEMs acompanhadas de modificadores superlativos; como no exemplo a seguir:

(114) el hombre más sabio del pueblo / \*ese hombre más sabio del pueblo

*o homem mais sábio do povo / esse homem mais sábio do povo*

Segundo Leonetti (2000), no espanhol, os superlativos<sup>9</sup> geram estruturas bem formadas com as DEFs, e não com as DEMs, porque, em estruturas com superlativos, o conteúdo descritivo é o responsável pela unicidade. Como a unicidade é condição nas DEFs, o artigo deve ser inserido, já as DEMs não aparecem em construções com superlativos porque o seu conteúdo descritivo não tem interpretação restritiva.

O fato de DEFs serem aceitáveis com superlativos e DEMs não, também ocorre no PB. No entanto, suspeitamos que esse comportamento não se deve ao fato do conteúdo descritivo das DEMs ser desnecessário para garantir a unicidade. Na verdade, (i) uma expressão superlativa tem a força referencial dos nomes próprios e, como eles, não aceita o determinante demonstrativo, mas aceita artigo definido, por exemplo, ‘*O João* comeu toda salada’ *versus* ‘\**Esse João* comeu toda salada’<sup>10</sup>; (ii) se considerarmos a abordagem de Wolter (2006), podemos explicar a inadequação de uso da construção [DEMs

<sup>9</sup>Hawkins (1978) afirma que o superlativo é o indicador de unicidade mais forte entre as expressões linguísticas.

<sup>10</sup>Essa sentença torna-se aceitável quando empregada em um contexto em que o falante lastima o fato de João ter comido toda a salada.

+ superlativos] pela incompatibilidade de situações dos predicados, isto é, os elementos pós-nominais superlativos exigem que sua avaliação ocorra na mesma situação do predicado principal da sentença, o que permite que eles ocorram com DEFs, mas não com DEMs. *Grosso modo*, o superlativo parece restringir o domínio de referentes através de seu próprio conteúdo descritivo. Desse modo, ocorre uma restrição na situação geral do enunciado – a SD. Isso permite que DEFs sejam usadas, já que elas são também avaliadas em SDs. No entanto, o mesmo não ocorre com as DEMs, pois o seu uso obrigatoriamente exige uma SND, *i.e.*, o estabelecimento de uma subsituação da SD. Ocorre, então, uma disputa entre a situação do conteúdo descritivo do superlativo e a situação do determinante (o demonstrativo) impossibilitando a ocorrência de DEMs com superlativos.

Em suma, em uma Teoria Mínima, o conteúdo descritivo

[...] is viewed as serving [...] to help the audience settle on the intended referent, but bearing no semantic relation to the content of what is said. In this way, no matter how long or complex the appended description is, the full semantic analysis of the expression is exactly the same as that given for the bare demonstrative; thus ‘that F’ is semantically equivalent to: [that x] (BORG, 2000, p. 11).

No entanto, uma concepção como essas enfrenta problemas em DEMs com usos dêiticos em que o componente dêitico (apontamento, por exemplo) e o determinante não são suficientes para garantir a unicidade. Considere o caso a seguir:

**Contexto:** No canto da mesa há um romance, um dicionário e um guia de viagem, um sobre o outro. João aponta para o canto em que eles se encontram e diz:

(115) # *Aquele* é meu.

(116) *Aquele guia de viagem* é meu.

Em (115) não é possível determinar o referente do demonstrativo, visto que somente o apontamento e a informação do determinante demonstrativo são insuficientes para garantir a unicidade. Desse modo, uma sentença como essa não é adequada para a situação. Em (116), o conteúdo descritivo da DEM é crucial para a determinação do referente. Por conta disso, podemos afirmar que uma teoria mínima que

afirma que o conteúdo descritivo não contribui para a determinação do referente é inadequada para casos como (115) e (116).

Em suma, Leonetti (2000) utiliza os adjetivos avaliativos e os superlativos como argumentos a favor do seu ponto de vista: o conteúdo descritivo das DEMs não colabora na determinação do referente. No entanto, as respostas que esboçamos indicam (i) que o autor não está completamente certo em relação a esses argumentos; e (ii) que a sua abordagem falha crucialmente nos casos que estamos tentando explicar no presente capítulo.

### 3.2.2 Conteúdo descritivo das DEMs: Teoria Intermediária

Borg (2000) se insere no grupo de abordagens que defende uma Teoria Intermediária em relação ao conteúdo descritivo das DEMs. A autora argumenta que o predicado da DEM contribui semanticamente no significado da expressão (restringindo o domínio de referentes), mas que não é necessário admiti-lo na proposição. Segundo ela

[...] it should be allowed to appear in the character of the expression; that is to say, it lays a constraint on the selection of the referent in the initial context of utterance. In this way the character of a complex demonstrative would be thought of as embodying the complex meaning rule:

(CD) An object, *a*, is the referent of an utterance of “that F” iff:

- i. *a* is the object being demonstrated by the speaker and
- ii. *a* satisfies F

For an object to be the literal referent of a complex demonstrative it must be, first, the demonstrated object, and, second, it must fall under the extension of the matrix. An object thus cannot be the referent of “that cat” unless it is both the speaker’s demonstrated referent and it is a cat. If no object meets both criteria, then the demonstrative utterance fails of reference: it is literally empty, lacking a truth condition (p. 16).

Segundo Borg (2000), o conteúdo descritivo das DEMs contribui para o caráter da expressão (determinação do referente da DEM

no contexto relevante) e isso permite que se mantenha a assunção de que a contribuição semântica de um termo referencial é exaurida pelo seu referente (porque a contribuição do termo para o conteúdo proposicional é o próprio referente identificado, numa teoria como a de Borg em que as DEMs são termos diretamente referenciais). Por exemplo, enquanto um sintagma quantificado como (117) envolve os elementos de (a) até (c), uma expressão como uma DEM (como um termo diretamente referencial) em (118) envolve somente (a):

(117) um grande linguista

(a) uma propriedade: [linguista]

(b) uma função aplicada a (a): [grande (x)]

(c) um quantificador aplicado ao resultado de (b): [um (y)]

(118) aquele grande linguista

(a) um objeto, *a* (o referente da DEM)

Sendo a DEM diretamente referencial e sendo o conteúdo descritivo utilizado no caráter, o resultado do conteúdo é o objeto em si; o mesmo valor semântico é obtido se considerássemos um pronome demonstrativo como ‘aquele’ em ‘Aquele é meu aluno de Semântica’.

No entanto, uma Teoria Intermediária que defende que os nominais não contribuem para o conteúdo literal das DEMs (na função conteúdo ou na proposição), mas ainda assim contribuem para a determinação do referente (na função caráter) tem pontos negativos. Um deles está relacionada ao fato de que nessas teorias a contribuição proposicional de uma DEM sempre é um indivíduo; conforme apontado em Basso; Teixeira e Vogt (2011), essa assunção gera a seguinte inadequação:

[...] a diferença entre demonstrativos simples e complexos, seguidos por um gesto de ostensão, se apaga, pois o que ambos fazem é fornecer um indivíduo para a proposição. Assim sendo, João, ao apontar para um cachorro e dizer as sentenças abaixo expressaria sempre a mesma proposição:

(27) Ele é engraçado.

(28) Esse é engraçado.

(29) Esse cachorro é engraçado.

(30) Esse cachorro marrom com bolinhas brancas e olhos claros é engraçado.

(27)-(30) expressam a proposição  $\langle i, \text{ser engraçado} \rangle$ , em que ‘i’ é o cachorro apontado, o indivíduo (p. 68- 69).

Sendo assim, a concepção de que o conteúdo descritivo que compõe as DEMs não faz parte do conteúdo proposicional do termo gera uma inconveniente não distinção entre os pronomes demonstrativos e as DEMs. E esse último aspecto vai contra a intuição dos falantes, pois as sentenças com DEMs e demonstrativos simples “[...] veiculam informações diferentes, mesmo que tenham um “núcleo comum”(i.e.,  $\langle i, \text{ser engraçado} \rangle$ )”(BASSO; TEIXEIRA; VOGT, 2012, p. 69).

Além disso, há casos de usos dêiticos das DEMs (os usos com referência deferida, que analisaremos em detalhes no capítulo 4) em que o referente é determinado com o auxílio do conteúdo descritivo, embora o conteúdo descritivo não se aplique ao objeto apontado. Considere (119):

**Contexto:** Maria aponta para um livro de Paulo Coelho e diz:

(119) *Esse cara* ganhou milhões!

Se utilizarmos a regra proposta por Borg (2000) para o significado das DEMs (para a determinação do caráter/referente), repetida e traduzida aqui em (120), não determinaremos o referente correto de ‘esse cara’.

(120) Um objeto, *a*, é o referente de um proferimento de ‘DEM F’ sse:

- (i) *a* é o objeto demonstrado pelo falante; e
- (ii) *a* satisfaz F.

No caso em (119), o objeto apontado é um livro e a DEM proferida é ‘esse cara’, mas o objeto apontado não satisfaz o predicado ‘cara’. Assim, segundo as regras propostas por Borg, a DEM em (119) é considerada vazia/ não-interpretável. No entanto, não é isso que ocorre verdadeiramente, pois (119) é uma sentença aceitável e interpretável. *Grosso modo*, o que acontece é que ao apontar para o livro, o falante chama a atenção para o autor do livro, visto que a relação do livro com seu autor é uma relação saliente. Assim, interpretamos que o referente da DEM é o autor do livro, i.e., Paulo Coelho. Uma paráfrase adequada da interpretação da sentença em (119) seria como (121):

(121) Paulo coelho ganhou milhões.

É preciso notar que, no entanto, o argumento relacionado aos usos com referência deferida provavelmente vai contra qualquer tratamento das DEMs segundo o qual a denotação da DEM é uma função composicional de suas partes e deve, de algum modo, corresponder ao indivíduo presente na situação de fala.

De qualquer forma, o importante para nossos propósitos é que, a partir dos problemas apontados em relação à Teoria Intermediária representada por Borg, pode-se afirmar que essa abordagem não é satisfatória para explicar os diferentes usos dêiticos de uma DEM, pois, entre outras razões, há casos como os usos com referência deferida em que o conteúdo descritivo é significante para a determinação da proposição.

### 3.2.3 Conteúdo descritivo das DEMs: Teoria Máxima

Em relação às teorias que declaram que o conteúdo descritivo ajuda a determinar o referente e seu conteúdo aparece como constituinte da proposição, destacamos Amaral (2011, 2014). Ele afirma que as DEMs com usos referenciais são “designadores descritivos” porque são, ao mesmo tempo, referenciais e descritivos.

Especificamente, o autor declara que “[...] complex demonstratives have nominals that are ‘fully significant’ semantically, in the sense that they help to determine reference and contribute the properties they describe to literal content.”(AMARAL, 2011, p. 200). Em outras palavras, “[...] ‘that F’ contributes to the proposition expressed the referent of ‘that’ and the property F-ness”(p. 222). Amaral (2014) mantém essa visão:

[...] I favor an approach according to which the literal content of a complex demonstrative is mainly composed by the nonquantificational content of the demonstrative expression (e.g., ‘this’), and by the descriptive content of its nominal (‘F’). Complex demonstratives are thus descriptive designators, that is, terms that refer and describe without quantifying (p. 7).

Um dos argumentos de Amaral (2011) para afirmar que os nominais têm papel na determinação da referência é o fato de que DEMs são frequentemente usadas para referir a objetos particulares que o falante tem em mente e que pretende que seu ouvinte identifique

(isso ocorre em diferentes posições sintáticas, em diferentes atos de fala e na maioria das línguas). Em outras palavras, ao usar as DEMs os falantes referem aos objetos “[...] as satisfiers of their nominals” (p. 201).

Em relação à concepção de que os nominais das DEMs contribuem com propriedades para o conteúdo literal, Amaral (2011) também apresenta argumentos, entre eles, os dois a seguir:

(i) *redundância*: a redundância é induzida quando o nominal de uma DEM é usado como predicado de uma sentença que possui uma DEM como seu sujeito. Por exemplo, em ‘Aquela mesa é uma mesa’, a sentença é redundante porque o nominal ‘mesa’ faz parte do conteúdo literal de ‘aquela mesa’, *i.e.*, o nominal da DEM contribui para a proposição;

(ii) *intersubstituição*: é aceitável que se faça a substituição de sentenças da forma ‘aquele F é G’ por ‘aquele, que é F, é G’. Por exemplo:

(122) *Aquela mesa* parece cara.

(123) *Aquilo*, que é uma mesa, parece caro.

(124) *Aquilo* é uma mesa e ela parece cara.

Segundo Amaral (2011, p. 208), através de um proferimento como (123), normalmente, assume-se que o falante infere que a sua audiência não sabe ou não acredita que o referente relevante é uma mesa, embora (122) não gere tal inferência. No entanto, quando (122) pode ser proferida, (123) e (124) também podem. Esse tipo de substituição também ocorre com as DEMs em outras posições, especialmente quando o pronome demonstrativo é pronunciado com ênfase (marcada pela caixa alta):

(125) Minha vó quer comprar *aquela mesa*.

(126) Minha vó quer comprar **AQUILO**, que é uma mesa.

(127) Eu deixei teu livro sobre *aquela mesa*.

(128) Eu deixei teu livro sobre **AQUILO**, que é uma mesa.

Segundo o autor a aceitabilidade dessas substituições se deve ao fato de os nominais fazerem parte do conteúdo literal das DEMs.

Conforme vimos, Amaral (2011, 2014) defende que as DEMs não são DEFs disfarçadas, elas são, sim, “[...] what they seem to be at face

value: non-quantificational terms that refer and describe: descriptive designators [...]”. Assim, para Amaral (2011, 2014) “[...] ‘that F’ refers to \* iff ‘that’ refers to \* and \* is F, and the literal content of ‘that F’ is something along the lines of  $\langle *, F \rangle$ ”(AMARAL, 2014, p. 35). Por exemplo, ‘aquele carro azul’ se refere a \* (o objeto “carro”, no mundo), sse ‘aquele’ refere a \* e \* é carro azul. *Grosso modo*, o conteúdo literal da DEM seria algo como  $\langle *, \text{carro azul} \rangle$ .

Em suma,

we have good reason to think nominals play a role in reference determination and are part of literal content. Therefore, we have good reason to think nominals are fully significant semantically. In this way, an account of the semantics of complex demonstratives that assimilates them to the paradigm of the bare demonstrative appears to be mistaken (AMARAL, 2011, p. 210).

### 3.2.4 Considerações sobre as teorias sobre o papel do conteúdo descritivo nas DEMs

Até aqui apresentamos as principais características de cada uma das três teorias sobre o papel do conteúdo descritivo nas DEMs.

Fizemos isso expondo a concepção de um autor para cada teoria. Para exemplificar as ideias da Teoria Mínima que declara que o conteúdo descritivo não tem papel na determinação do referente, utilizamos a abordagem de Leonetti (2000). Como indicamos, uma teoria que assume tal concepção é contradita por casos de usos dêiticos em que a demonstração e o determinante demonstrativo sozinhos não bastam para que a unicidade seja satisfeita (como em (115)), e por isso, não há determinação da referência sem o auxílio do material descritivo. Nessas situações, o conteúdo descritivo é essencial para a determinação do referente.

Em relação à Teoria Intermediária, que afirma que o conteúdo descritivo não contribui para o conteúdo literal das DEMs, mas ainda assim contribui para a determinação do referente, apresentamos a concepção de Borg (2000). Para esse tipo de abordagem, o problema está relacionado à ideia de que as DEMs sempre fornecem um indivíduo para a proposição e o conteúdo descritivo não tem valor proposicional. A concepção de que o conteúdo descritivo não tem valor proposicional é contraintuitiva, pois os demonstrativos simples não possuem um NP

que afeta o conteúdo proposicional e cognitivo, enquanto que as DEMs possuem. Além disso, foi mencionado o caso dos usos dêiticos das DEMs em que há referência deferida e que uma abordagem como a intermediária não consegue explicar.

Por tudo isso, dentre os três grupos ((i) aquele que defende que o conteúdo descritivo não tem papel semântico; (ii) aquele que defende que o conteúdo descritivo contribui com a referência, mas não entra no conteúdo proposicional da DEM; e (iii) aquele que defende que o conteúdo descritivo contribui com a referência e entra no conteúdo da DEM) aceitamos que a terceira abordagem, a Teoria Máxima (que foi representada por Amaral (2011, 2014)), é a mais adequada. Principalmente, porque uma teoria nesses moldes pode explicar os casos em que as teorias mínima e intermediária enfrentam problemas. Além disso, uma Teoria Máxima engloba as concepções defendidas por Wolter (2006), pois para a autora o NP é necessário para que ocorra a restrição no domínio de referentes, já que os predicados que acompanham os determinantes são relativizados a situações e, por isso, eles contribuem para a determinação do valor semântico.

### 3.3 ANÁLISE DOS USOS DÊITICOS DAS DEMS COM CONTEÚDO DESCRITIVO ADICIONAL

Nesta seção, vamos analisar casos de usos dêiticos das DEMs com conteúdo descritivo adicional, mas antes vamos lembrar os principais aspectos do nosso problema e as considerações de Wolter (2006) sobre o licenciamento dos usos descritivos W.

O problema colocado pelos usos dêiticos das DEMs com conteúdo descritivo adicional, e que tentamos responder nesta seção, se resume a seguinte questão: como pode o conteúdo descritivo adicional substituir o apontamento? Por exemplo, em:

**Contexto:** dois carros estão no fundo de uma garagem, um à esquerda e outro à direita.

(129) [Apontando para um dos carros:] *Aquele carro* já foi vendido.

(130) [Sem apontar para um dos carros:] *Aquele carro vermelho* já foi vendido.

A fim de buscar uma resposta à pergunta anterior, devemos reconsiderar o que Wolter (2006) coloca sobre o licenciamento das DEMs (com usos descritivos W) por meio de conteúdo descritivo adicional:

(i) A autora só discute os usos descritivos W das DEMs com conteúdo descritivo adicional cuja denotação é um referente não-específico, como em (131) e (132).

(131) *Aquele aluno que tirou nota 10 nesta prova é certamente um gênio.*

(132) *Feriados longos são bons para aquela pessoa que possui uma casa na praia ou na serra.*

(ii) A análise de Wolter (2006) (cf. a análise de Dayal para o *subtriggered any*) para os casos como (131) e (132) afirma que o conteúdo descritivo adicional é necessário porque é ele que introduz uma situação modalmente independente da subsituação exigida pelo demonstrativo; e é essa situação modalmente independente que permite que a DEM denote, de algum modo, um referente não-específico, não-presente na situação de fala (lembrar, entretanto, que a formalização de Wolter não faz jus a essa idéia).

(iii) O argumento fundamental de Wolter (2006) para essa concepção é o seguinte: o tipo de modificador que licencia o *subtriggered any* é exatamente o mesmo que licencia o uso descritivo W das DEMs: apenas adjuntos, e não argumentos, pós-nominais – precisamente porque argumentos pertencem ao predicado do N núcleo, logo não introduzem uma situação modalmente independente. Em PB, encontra-se exatamente o mesmo contraste:

(133) *Feriados longos são bons para aquela pessoa que possui uma casa na praia ou na serra.*

(134) # *Feriados longos são bons para aquele proprietário de uma casa na praia ou na serra.*

(135) *Feriados longos são bons para o proprietário de uma casa na praia ou na serra.*

(134) só pode ser interpretada anafórica ou deiticamente; (135) mostra que a restrição de fato se deve ao demonstrativo, já que a leitura relevante (referente não-específico) permanece para as DEFs.

No entanto, uma observação é crucial: a solução para casos como (129) e (130), entretanto, não pode ser a mesma – isto é, o fato de que,

em usos dêiticos, o apontamento pode ocasionalmente ser substituído por conteúdo descritivo adicional não tem a ver com a introdução, pelo modificador, de uma situação modalmente independente. A razão para concluirmos isso é que qualquer conteúdo descritivo adicional pode executar a função; em particular, não apenas adjuntos mas também argumentos pós-nominais, cf.:

**Contexto:** observando, à distância, dois campos com plantações diferentes, um à esquerda, outro à direita.

(136) [Apontando para um dos campos:] *Aquela plantação* está seca.

(137) [Sem apontar para um dos campos:] *Aquela plantação de milho* está seca.

A partir disso, nossa conclusão é a de que o mecanismo que permite que o conteúdo descritivo adicional substitua um apontamento tem de ser outro.

Levando essa consideração em conta, a solução a ser proposta neste capítulo não envolve nenhum elemento especial a mais na análise de Wolter (2006); simplesmente, é resultado do fato do componente indicial – em particular, a identificação da subsituação relevante para a identificação do referente – interagir com o conteúdo descritivo da DEM de modo a assegurar que este conteúdo descritivo satisfaça a unicidade. Considere os casos em (136) e (137), novamente, de acordo com as representações em (138) e (139) abaixo:

(138) [Apontando para um dos campos:] está-seca ( $[ \iota x. \text{plantação}(x, s_1) ] , s_0$ )

(139) [Sem apontar para um dos campos:] está-seca ( $[ \iota x. \text{plantação-de-milho}(x, s_2) ] , s_0$ )

A diferença entre (138) e (139) se deve ao fato de que em (138) o componente indicial – o apontamento – é suficiente para particularizar uma região espacial, uma subsituação ( $s_1$ ) do contexto, em que há uma única plantação; em (139) não há apontamento nenhum e, portanto, a subsituação a que o falante se refere ( $s_2$ ) inclui ambas as plantações (ambas estão à distância do falante); entretanto, só uma das plantações é de milho; por isso, só um referente satisfaz, unicamente, a predicação ‘ $\lambda x. \text{plantação-de-milho}(x, s_2)$ ’.

Em resumo, estamos propondo que ora o componente indicial do demonstrativo será capaz de delimitar um só indivíduo na situação de fala, e nesse caso pouco ou nenhum conteúdo descritivo será necessário

para identificá-lo; ora o componente indicial não será capaz de delimitar unicamente um indivíduo, e nesse caso o falante utilizará tanto conteúdo descritivo quanto necessário para assegurar a unicidade do referente. No que segue, discutimos mais alguns casos que demonstram claramente que essa é a melhor e mais econômica solução para o papel do conteúdo descritivo adicional nos usos dêiticos das DEMs.

Considere uma situação em que o falante está segurando uma caneta e profere:

(140) *Isso é meu!*

(141) *Essa caneta é minha!*

Nesse caso, o conteúdo descritivo é claramente desnecessário, pois o fato de o falante segurar o objeto relevante é suficiente para estabelecer a SND, satisfazer a condição de unicidade e determinar o referente da DEM. Considere outro caso de uso dêitico:

**Contexto:** alguém diz, enquanto aponta para um canto da mesa onde há uma caneta, uma chave e uma borracha juntas (a distância é grande, por isso, o apontamento é insuficiente para distinguir o objeto relevante):

(142) *# Aquela é minha.*

(143) *Aquela caneta é minha.*

Em (142), o apontamento circunscreve uma subsituação (SND), mas isso não é suficiente para identificação do referente. Por isso, o demonstrativo sem o conteúdo descritivo não é eficaz. No entanto, em (143), o NP ('caneta') é crucial para a satisfação da unicidade na SND. A seguir, um exemplo em que o conteúdo descritivo adicional entra em cena:

**Contexto:** alguém aponta para um lado de uma garagem em que vários carros estão lado a lado. Mas como a distância é grande, o apontamento é insuficiente para a distinção do objeto relevante:

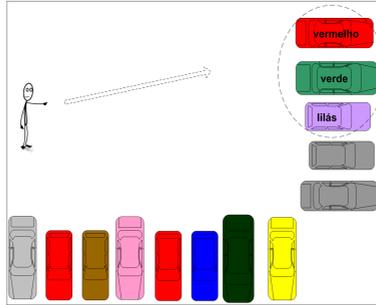


Figura 9: Exemplos (144) - (146)

- (144) # *Aquele carro é meu.*  
 (145) *Aquele carro vermelho é meu.*  
 (146) ser-meu ( $[lx. \text{carro}(x, s_1) \ \& \ \text{vermelho}(x, s_1)]$ ,  $s_0$ )

Conforme vimos, (144) não é adequada para a situação descrita, pois o nominal não ajuda a identificar o objeto relevante. Na verdade, o nominal é responsável por uma pequena restrição no domínio de referentes, depois que o apontamento estabelece os limites da SND. Especificamente, é o conteúdo descritivo adicional (o adjetivo), em (145), que permite a satisfação da condição de unicidade e, por isso, a determinação do referente.

Se complicássemos um pouco mais a situação, colocando dois referentes possíveis na SND circunscrita pelo apontamento e pelo determinante demonstrativo, ainda assim o papel crucial seria do conteúdo descritivo adicional. É ele que permite a satisfação da condição de unicidade na SND.

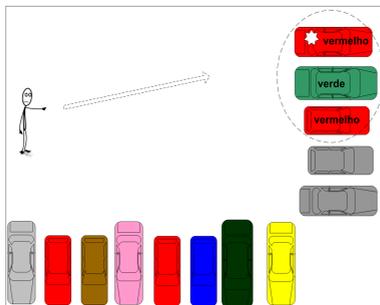


Figura 10: Exemplos (147) - (149)

- (147) *#Aquele carro vermelho é meu.*  
 (148) *Aquele carro vermelho com o vidro quebrado é meu.*  
 (149)  $\text{ser-meu}([\text{lx. carro}(x, s_1) \ \& \ \text{vermelho}(x, s_1) \ \& \ \text{com-vidro-quebrado}(x, s_1)], s_0)$

Com base nos exemplos, podemos considerar que nos usos dêiticos das DEMs, para a determinação dos referentes, primeiramente, há um apelo aos elementos dêiticos, quais sejam, o apontamento/saliência contextual e a informação espacial veiculada pelo determinante demonstrativo.

Em (140) e (141), bastam os elementos dêiticos para que a SND seja estabelecida e nela ocorra a determinação do referente. Esses elementos formam o conjunto de elementos pragmáticos que colaboram para a restrição no domínio de referentes através da indicação da SND. Conforme vimos no capítulo 2 desta tese, esses componentes são caracterizados como não-essenciais.

Em (142) e (143), observa-se que o apontamento e a informação lexical do determinante demonstrativo, relacionada à distância, não permitem que ocorra unicidade, há somente a circunscrição da SND. O nominal, por sua vez, é crucial para que a unicidade seja satisfeita e o referente identificado.

Em relação a (144) – (149), ocorre o mesmo que nos casos acima em relação ao apontamento e ao determinante ‘aquele’; o nominal restringe o domínio de referentes, mas mesmo assim, insuficientemente para o contexto. A condição de unicidade só será satisfeita quando o conteúdo descritivo adicional é considerado e, assim, se determina o referente da DEM.

Em suma, há dois pontos a serem salientados nesta seção:

- O primeiro ponto é que os casos que apresentamos aqui não são equivalentes aos casos com conteúdo descritivo adicional abordados por Wolter (2006). Nosso foco está nos usos dêiticos, enquanto que Wolter (2006) analisa os usos descritivos W das DEMs.
- O segundo aspecto se relaciona tanto a abordagem de Dayal (1998, 2004) quanto à de Wolter (2006), já que foi na abordagem da primeira que Wolter buscou a concepção de que o modificadores pós-nominais introduzem variáveis de situação na semântica das expressões. Em Dayal (1998), ‘*any*’ é licenciado em sentenças episódicas não-negativas se modificadores pós-nominais como orações relativas e adjuntos estiverem presentes; argumentos não licenciam ‘*any*’. Em Wolter (2006), as DEMs são licenciadas por alguns modificadores pós-nominais, mas **não** são licenciadas por complementos de N e orações relativas não restritivas (conforme Figura 5, na seção 3.1.1). Em suma, a introdução da variável *s* nessas abordagens se dá somente em alguns casos, os quais licenciam ‘*any*’ e as DEMs. No entanto, nos casos analisados por nós, esse tipo de restrição estrutural não ocorre. O conteúdo descritivo adicional que é responsável pela restrição no domínio de referentes (juntamente com outros elementos) não se restringe a um ou a outro tipo de expressão.

Levando em consideração esses dois pontos e os exemplos analisados acima, podemos afirmar que o conteúdo descritivo adicional, nos usos de nosso interesse, não introduz uma subsituação. Fato que contradiz a ideia de Wolter, para quem o conteúdo descritivo adicional introduz uma variável de situação. Esse papel nos usos dêiticos é do demonstrativo e do apontamento/saliência. Sendo assim, a função do conteúdo descritivo adicional é, justamente, intervir quando os recursos indiciais não são suficientes para identificar o referente.

### 3.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Vimos, neste capítulo, que a proposta de Wolter (2006) para os usos descritivos W com conteúdo descritivo adicional é a de que o modificador após o nome sempre introduz uma variável de situação – uma SND – que se liga à variável de situação do NP da DEM. No entanto, depois de analisarmos alguns casos de usos dêiticos em que o conteúdo descritivo adicional é acrescido às DEMs, observamos que a assunção

de Wolter em relação à introdução de uma nova variável de situação é desnecessária, ao menos para os usos de nosso interesse. Observamos que o conteúdo descritivo adicional é um componente semântico que restringe o domínio de referentes (o último recurso de restrição) quando os componentes pragmáticos – saliência e apontamento – são incapazes de fazê-lo sozinhos. Em outras palavras, ele trabalha, em conjunto com outros elementos, para que ocorra a restrição no domínio de referentes e a unicidade seja satisfeita.

Também apresentamos três concepções diferentes sobre o papel do conteúdo descritivo nas DEMs – a teoria mínima, a teoria intermediária e a teoria máxima. Verificamos que a teoria máxima, representada por Amaral (2011, 2014), é a que mais adequadamente analisa o papel do conteúdo descritivo nas DEMs, afirmando que ele é crucial para a determinação da referência e contribui para o conteúdo literal.

No capítulo seguinte, vamos discutir uma abordagem semântica para os usos descritivos e os usos com referência deferida (NUNBERG, 1993, 2004; ELBOURNE, 2005, 2008) das DEMs. Essa proposta é bastante complexa e, por isso, vamos examinar se, de fato, é necessário complicar a formalização semântica das DEMs, introduzindo, entre outras coisas, um componente relacional na FL. Através dos usos descritivos e com referência deferida também vamos analisar se as diferenças entre DEFs e DEMs são relevantes, o que justificaria afirmar a sua assimetria.

## 4 OS USOS DESCRITIVOS DAS DEMS

Neste capítulo, nossos objetivos são: (i) discutir os principais aspectos dos usos descritivos e dos usos com referência deferida das DEMs (NUNBERG, 1993, 2004); (ii) analisar a validade das propostas de Nunberg (1993, 2004) e de Elbourne (2005, 2008), principalmente em relação a representação formal do componente relacional; e (iii) verificar, através desse tipo de uso, se DEFs e DEMs são semanticamente e/ou pragmaticamente diferentes. Os usos descritivos são como os exemplificados a seguir:

**Contexto:** Alguém aponta para o Papa Francisco:

(150) *Esse cara costumava ser italiano.*

**Contexto:** Apontando para um livro de Erico Verissimo:

(151) *Admiro muito esse escritor.*

**Contexto:** Segurando a prova de uma garotinha que tirou dez:

(152) *Eles ajudam nos temas de casa.*

As sentenças de (150) até (152) exemplificam usos descritivos segundo Nunberg, pois para determinarmos a interpretação das DEMs e do pronome, é preciso que se considere o índice que nos direciona à interpretação através de um componente relacional, processo que não ocorre na interpretação das DEFs.

Note que, em (150), o índice é o indivíduo apontado e a denotação da DEM é um conjunto de indivíduos que exerceram a função de Papa. Em (151), o índice da DEM é o livro apontado e a denotação não é um conjunto de indivíduos, e sim, uma entidade particular – o escritor Erico Verissimo. Em (152), o pronome também denota, através do índice (a prova), uma entidade – os pais da menina.

Nunberg (1993, 2004) coloca esses casos em um único grupo, qual seja, o grupo dos usos descritivos. No entanto, levando em conta que suas denotações são diferentes, nesta tese, os usos similares a (151) e (152) vêm sendo chamados de usos com referência deferida, enquanto os usos similares a (150) estão sendo denominados usos descritivos, pois

esses, sim, denotam conjuntos de indivíduos. A fim de ilustrar nosso ponto de vista quanto à classificação dos usos das DEMs, considere a Figura 11. Observe que reorganizamos os usos aqui analisados: (i) os usos com referência deferida e usos descritivos formam grupos distintos; e (ii) eles são subgrupos dos usos dêiticos (conforme o conceito de uso dêitico que assumimos nos capítulos 1 e 2):

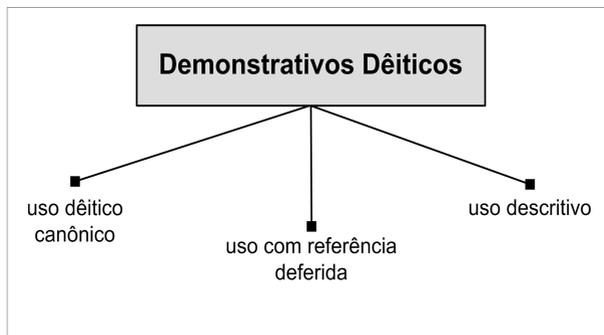


Figura 11: Classificação dos usos das DEMs analisados nesta tese.

Nunberg (1993, 2004) e Elbourne (2005, 2008) analisam DEMs e pronomes que apresentam usos descritivos e usos com referência deferida. Ambos os autores afirmam que são necessários três componentes semânticos (propostos originalmente por Nunberg, 1993) para a interpretação dessas expressões: o componente dêitico, o componente relacional e o componente classificatório. Esses componentes não fazem parte da interpretação das DEFs (conforme mostrado na seção 4.1 e ilustrado nas Figuras 12 e 13), segundo os autores, o que é suficiente, de acordo com Nunberg (1993, 2004), para afirmar que DEFs e DEMs são semanticamente diferentes.

Conforme vimos assumindo até aqui, com base na semântica de Wolter (2006), as DEMs e as DEFs se diferenciam porque as DEMs (i) possuem um elemento dêitico codificado na informação espacial dos determinantes; e (ii) são avaliadas em situações diferentes das situações de avaliação das DEFs. Note que o que diferencia essa análise daquela proposta em Nunberg e Elbourne é que os últimos postulam a presença de um componente relacional.

Levando essa distinção em conta, neste capítulo, pretendemos responder a duas questões (uma de cunho empírico e a outra de natureza teórica) sobre os usos descritivos e com referência deferida:

(i) como dar conta dos usos descritivos como (150) e dos outros usos associados, tais como os usos com referência deferida com pronomes em (152) e com DEMs em (151)?

(ii) os usos descritivos e os usos com referência deferida justificam a introdução de um componente relacional – como querem Nunberg e Elbourne – afastando a semântica das DEMs e das DEFs? A introdução de um componente como esse nos distanciaria da abordagem já adotada (Wolter, 2006). Nela DEFs e DEMs diferem apenas com relação aos componentes que, já argumentamos, são independentemente necessários: o componente da dêixis espacial e o de referência a situações.

Para dar início à discussão, na seção seguinte, apresentamos a abordagem de Nunberg (1993, 2004), que foi um dos primeiros a discutir os usos descritivos e com referência deferida das DEM e dos indexicais puros.

#### 4.1 NUNBERG (1993, 2004): OS USOS DESCRITIVOS REVELAM A ASSIMETRIA ENTRE DEFS E DEMS

Em termos gerais, Nunberg (1993, 2004) contesta concepções correntes na literatura sobre indexicais puros e demonstrativos, como as de Kaplan (1989a) (apresentada no capítulo 1), que propõem que os indexicais só expressam proposições singulares e têm um conteúdo descritivo interpretado em um nível pré-proposicional. Apesar disso, Nunberg não se compromete a respeito de como se dá a referência dos termos indexicais, *i.e.*, não se posiciona em relação à concepção kaplaniana, baseada em Kripke (1980), de que os indexicais (como os nomes próprios) referem diretamente. A ideia de Nunberg é a de que sentenças com indexicais puros e demonstrativos podem ter interpretações singulares e/ou gerais, *i.e.*, os indexicais podem contribuir com indivíduos ou com propriedades para a proposição.

No entanto, é preciso notar que apesar de defender que os indexicais, assim como as DEFs, têm leituras singulares e gerais, o autor ainda se coloca a favor da assimetria entre as DEF e os indexicais. Considere suas palavras:

For the present purposes, we could describe the interpretations of [descriptive uses of indexicals] in any of several ways – as properties, as higher-order entities of some kind, or as underspecified

discourse referents or constituents of abstract situations. I'm willing to be agnostic about that – my chief interest is in the way these utterances contrast with utterances that contain [definite] descriptions (NUNBERG, 2004, p. 7).

Em termos gerais, para o autor, a diferença consiste no fato de que os dois tipos de expressões percorrem caminhos distintos para chegar até o seu valor semântico.

Especificamente em relação às expressões indexicais, Nunberg (1993, 2004) afirma que os usos descritivos<sup>1</sup> e com referência deferida se distinguem dos usos referenciais porque, para se chegar ao valor semântico, no caso dos primeiros, é necessário que se considere uma propriedade do índice; no caso dos últimos, a expressão é direcionada ao valor semântico diretamente. Considere tais diferenças nos seguintes exemplos:

**Contexto:** Paulo e João estão assistindo a um GreNal na TV em que os dois times, claramente, não procuram fazer gols:

(153) *Esse jogo está uma porcaria.*

(154) *Esse jogo costumava ser levado a sério.*

Em (153), ocorre o uso referencial da DEM e a expressão se refere a um jogo particular, digamos, ao Grenal n<sup>o</sup> 301. Desse modo, a DEM com uso dêitico contribui com uma entidade na proposição – o Grenal 301. Em (154) acontece um uso descritivo. Nesse caso, a DEM se refere, nos termos de Nunberg (1993, 2004), à propriedade ‘ser grenal’ e contribui com ela na proposição; *grosso modo*, sua interpretação será similar a de um genérico como ‘Antigamente, as partidas de Grenal costumavam ser levadas a sério’. Como veremos mais adiante, na análise de Nunberg (1993, 2004), nesse tipo de interpretação utiliza-se a entidade particular – ‘Grenal 301’ – somente como índice, *i.e.*, um objeto identificado contextualmente que permite determinar, por algum tipo de relação, a entidade relevante – o conjunto de jogos grenais.

Observe que uma DEF que denota um único particular, como em (155), substitui adequadamente a DEM com uso referencial em (153),

---

<sup>1</sup>No artigo de 1993, Nunberg considerava denominar esse tipo de caso como uso de “ostensão deferida”. Em Nunberg (2004), o autor repensa essa denominação e passa a utilizar “uso descritivo”. Note, conforme já mencionado na introdução deste capítulo, que: (i) também adotamos a expressão “uso descritivo”, mas a reservamos para o grupo de usos em que o valor semântico é uma propriedade; e (ii) utilizamos o termo “referência deferida” para certos usos em que um falante aponta para um objeto a fim de se referir a outro, e nos quais o valor semântico é uma entidade.

mas não a DEM da sentença (154) em que se tem o uso descritivo, cf. (156):

(155) *O GreNal 301* está uma porcaria.

(156) # *O GreNal 301* costumava ser levado a sério.

E, do mesmo modo:

(157) *O jogo* está uma porcaria.

(158) # *O jogo* costumava ser levado a sério.

O que se observa a partir de (156) é que as DEFs com usos referenciais não apresentam leituras descritivas, no sentido de Nunberg (1993, 2004); segundo ele, isso se deve à diferença no processo de interpretação, entre as DEFs e as DEMs.

Antes de discutirmos como Nunberg vê os (diferentes) processos de interpretação envolvidos nos usos de DEFs e DEMs, vamos esclarecer, através de exemplos, como os indexicais e as DEMs podem ser interpretados como propriedades em proferimentos que expressam proposições gerais. Considere:

**Contexto:** Um guarda apontando para o prisioneiro condenado à morte:

(159) Tradicionalmente, *esse cara* tem direito de escolher a última refeição.

**Contexto:** Apontando para o Presidente:

(160) Tradicionalmente, a constituição sempre dá a palavra final pra *esse cara*.

**Contexto:** Dois professores de xadrez assistem a um jogo. Depois do jogador fazer uma jogada estúpida, um deles comenta:

(161) De acordo com todos os manuais, *esse cara* geralmente perde a partida.

Note que as DEMs nos exemplos acima possuem leituras similares às DEFs usadas atributivamente a seguir:

(162) Tradicionalmente, *o prisioneiro condenado à morte* tem direito de escolher a última refeição.

(163) Tradicionalmente, a constituição sempre dá a palavra final

para o presidente do país.

- (164) De acordo com todos os manuais, *a pessoa que faz uma jogada estúpida* geralmente perde a partida.

No entanto, segundo Nunberg (1993, p. 21), as leituras gerais observadas não estão disponíveis quando um nome ou uma DEF usada referencialmente é colocada no lugar das DEMs:

- (165) Tradicionalmente, *Mark / o prisioneiro que matou Lennon* tem direito de escolher a última refeição.
- (166) Tradicionalmente, a constituição sempre dá a palavra final para *Temer / o presidente do Brasil que assumiu após a destituição de Dilma*.
- (167) De acordo com todos os manuais, *Pedro / o pai do Neymar* geralmente perde a partida.

Segundo Nunberg (1993), as sentenças de (165) até (167) possuem somente leituras *de re*, o que mostra que as leituras descritivas de (159) até (160) podem ocorrer somente quando um indexical ou uma DEM é usada. Além disso, “[...] they could not be generated by some purely pragmatic process, which we assume would be no less available for the uses of names and descriptions in [(165) – (167)]” (NUNBERG, 1993, p. 21-22). Em outras palavras, se as leituras descritivas resultassem de processos pragmáticos, elas também deveriam ocorrer com nomes próprios e com DEFs referenciais, o que acaba não acontecendo. Desse modo, o autor afirma que as leituras descritivas são restritas às expressões demonstrativas e indexicais e que derivam da semântica desses elementos.

O autor também explica que as semelhanças entre as leituras descritivas das DEMs ((159) – (161)) e os usos atributivos das DEFs ((162) – (164)) só são aparentes: a interpretação descritiva ou “pseudo-atributiva” das DEMs geralmente emerge quando há um modal ou outro tipo de operador que “[...] requires us to evaluate the expression with respect to nonactual contexts. Thus there is **no indexical utterance** parallel to Donnellan’s classic example of attributive description [...]”, que exemplificamos a seguir:

- (168) *A pessoa que matou Smith* é louca.

A leitura atributiva de (168) diz que, quem quer que seja a pessoa que matou Smith, ela é louca. Note que a leitura de (168) é claramente diferente dos usos descritivos das DEMs (no sentido de Nunberg) já que

não predica de uma classe de indivíduos, mas apenas de um – o referente de (168) é único, embora indefinido. Por outro lado, é interessante observar que (168) está em um contexto em que pode haver um uso descritivo W da DEM no sentido da Wolter, cf.

(169) *Aquela pessoa que matou Smith é louca.*

Para comprovar que a DEM em (169) é, realmente, um uso descritivo W (cf. capítulo 3, seção 3.1.1), note que é possível usar uma DEF se transformarmos a DEM numa DEF com argumento, mas não em uma DEM com argumento:

(170) *O assassino de Smith (certamente) é louco.*

(171) *# Aquele assassino de Smith (certamente) é louco*

Agora considere o uso dêitico de uma DEM:

**Contexto:** João matou Smith e o policial aponta para o assassino e diz:

(172) *Esse cara é louco.*

Uma sentença como (172), observa Nunberg (1993, p. 22), só possui uma leitura referencial e, segundo o autor, a razão para isso é óbvia: para (172) apresentar uma leitura atributiva (nos moldes de Donnellan) deveria estar **pressuposto** que (i) há uma única pessoa que satisfaz a descrição – o valor semântico é um indivíduo único; e (ii) o falante não sabe, ou finge não saber, quem é essa pessoa – o valor semântico é indeterminado. Sendo assim, os usos dêíticos canônicos (referenciais) das DEMs, como (172), não possuem leituras atributivas, pois se a circunstância é o mundo “real”, não há dúvida sobre o valor semântico da DEM. Desse modo, segundo Nunberg (1993, p. 23), ao contrário das DEFs, os indexicais e as DEMs não podem contribuir com uma propriedade cuja única extensão no contexto atual é indeterminada. A partir dessa constatação, um aspecto que parece determinante para que a interpretação descritiva ocorra é a presença, nos usos descritivos das DEMs (mas não nos usos com referência deferida), de um operador (modal, genérico, etc.), indicando a possibilidade de acesso a outros contextos de avaliação.

Pensando assim, podemos afirmar que aparentemente usos atributivos são diferentes de usos descritivos: (i) em **usos atributivos**: o valor semântico é único, porém indefinido; pode-se anexar a expressão ‘quem quer que seja’ à sentença; e, não há operador modal (ou outro,

que mude o contexto de avaliação); (ii) em **usos descritivos**: o valor semântico é um conjunto de indivíduos; não se pode parafrasear a sentença usando ‘quem quer que seja’; e, sempre há um operador, modal, genérico, ou outro, alterando o contexto de avaliação.

Conforme os aspectos apontados, vemos que há evidente diferença entre a leitura descritiva das DEMs e a leitura atributiva das DEFs. Certamente essa questão é importante e merece ser mais bem explorada, mas essa discussão vai muito além do objetivos desta tese, por isso não nos deteremos nela aqui.

Independentemente do paralelismo, ou não, entre a leitura descritiva das DEMs e a leitura atributiva das DEFs, a concepção de que DEFs e DEMs são diferentes se mantém na teoria de Nunberg (1993, 2004). Para ele, a diferença se fundamenta no processo de interpretação desses dois grupos de expressões. Nunberg (1993, 2004) propõe que DEFs apresentam uma interpretação direta, enquanto que nas DEMs a interpretação envolve dois passos. Essa distinção decorre do fato de que indexicais possuem três componentes do significado, quais sejam:

1- **componente dêitico**: o índice<sup>2</sup>, *i.e.*, uma função de ocorrências/ proferimentos de uma expressão para elementos (falante, ouvinte, tempo, lugar, etc.) do contexto de proferimento. Ex.: ‘nós’ tem como índice o falante do proferimento.

2- **componente classificatório**: traços de pluralidade, animacidade, gênero natural e gramatical e o conteúdo descritivo de expressões complexas como ‘aquele carro’. Esses traços, geralmente, estão associados à interpretação da expressão (*i.e.*, sua denotação) e não ao índice. Ex.: em ‘nós’ a denotação deve ser animada e plural (embora o índice seja singular – só há um falante).

3- **componente relacional**: restringe a correspondência entre o índice e a interpretação (referente); ele não é explícito e nem fixo nos demonstrativos. Ex.: em ‘nós’ o índice (falante do contexto) precisa estar incluído/instanciado na interpretação.

Considerando os três componentes da interpretação dos indexicais propostos por Nunberg, a interpretação nos usos descritivos, como em (154), se daria em dois estágios:

---

<sup>2</sup>O índice para Nunberg (1993, 2004) pode ser: (i) o elemento contextual determinado pelo conteúdo linguístico de um indexical puro, *e.g.*, ‘eu’ tem como índice o falante/agente do contexto; ou (ii) determinado através da demonstração associada ao uso de um demonstrativo, *e.g.*, ‘aquele’ se refere ao indivíduo apontado pelo falante.

- (i) uma primeira etapa que leva da expressão para o índice;
- (ii) uma segunda etapa que leva do índice para o valor semântico.

Assim sendo, o processo de interpretação dos indexicais seria diferente daquele que ocorre nas DEFs, pois, *grosso modo*, a interpretação nessas expressões se daria em um único estágio, *i.e.*, da expressão (propriedade) para o valor semântico. É importante observar que Nunberg (1993, 2004), contrariamente à Wolter (2006), não presume que haja um componente indexical nas DEFs. Portanto, para ele, a restrição contextual (expressa, por exemplo, por indexação ou variáveis de situação) NÃO é um elemento presente nas representações lógicas das DEFs.

Os diferentes processos envolvidos na interpretação das DEFs e dos indexicais, segundo Nunberg, também permitem esclarecer porque (173) tem uma leitura descritiva com o indexical, mas (174) não tem uma leitura descritiva com a DEF referencial (que tem uma interpretação *de re*):

**Contexto:** O pai de Sofia está contando para sua vizinha que naquele dia, 12 de março de 2016, é o aniversário de 10 anos da sua filha:

(173) *Hoje* sempre é o dia da maior festa do ano.

(174) *?O aniversário de 10 anos da Sofia* sempre é o dia da maior festa do ano.

O indexical ‘hoje’ é ambíguo: (i) pode designar uma entidade particular ‘12 de março de 2016’ (uso referencial) e, por isso, essa leitura não é adequada para o contexto; ou (ii) pode tomar um elemento identificado contextualmente (o dia do proferimento) que permite determinar, por algum tipo de relação, a propriedade relevante, *i.e.*, ‘o aniversário da Sofia’. A descrição referencial ‘o aniversário de 10 anos da Sofia’ em (174), por sua vez, não possui tal ambiguidade. Ela pode, somente, aplicar-se a uma única data – a uma entidade determinada – o que soa inconsistente com o uso de ‘sempre’.

Fazendo a comparação entre uma DEF referencial (‘o aniversário de 10 anos de Sofia’) e um indexical (‘hoje’), em nosso ponto de vista, Nunberg (1993, 2004) cria um paralelo relacionado ao papel semântico primário das expressões: ambas devem ser intrinsecamente referenciais, ou seja, devem ter uma leitura *de re* como primeira opção. Indexicais e demonstrativos são termos que apresentam primariamente um uso referencial, aspecto que somente uma DEF (com uso referencial) como ‘o aniversário de 10 anos de Sofia’ parece compartilhar. Se

substituíssemos essa DEF, em (174), por uma DEF como ‘o aniversário de Sofia’, estaríamos comparando uma expressão intrinsecamente atributiva, cujo papel semântico principal (primeiramente acessado) é indicar um conjunto de entidades, com um termo de natureza distinta – o indexical. Em outras palavras, estaríamos tentando relacionar termos de natureza semântica diferente, *i.e.*, um termo originalmente referencial (um indexical), que adquire interpretação descritiva em certos contextos, com um termo originalmente atributivo (uma DEF), que tem o uso referencial como secundário.

A ideia de Nunberg é que na sentença (174) não há leitura descritiva, pois “[...] the description can’t contribute a property of the [entity] it applies to – other than the very property that’s explicit in its descriptive content, of course”(NUNBERG, 2004). Por isso, não se pode, como acontece no uso descritivo do indexical ‘hoje’, em (173), selecionar uma propriedade saliente do objeto e usá-la na interpretação da expressão, *i.e.*, como o elemento que, em última análise, terá um papel na proposição.

Assim, segundo Nunberg, as DEFs não podem ter leituras descritivas em que, primeiro, identifica-se o índice do termo (o *demonstratum* de um demonstrativo ou o elemento contextual que o indexical puro determina através do seu conteúdo linguístico) e, depois, por meio de um processo que pode ser pragmático, identifica-se o referente do termo, que é algo que está em uma relação funcional saliente com o índice. Isto é, na interpretação das DEMs, há uma função que deve ser identificada contextualmente e que leva do índice à denotação da DEM – por isso, nem sempre índice e referente coincidem. A referida relação funcional, característica das DEMs, fica claramente exemplificada nos usos com referência deferida (que consideramos um grupo dos usos dêiticos): por exemplo, se aponto para uma cópia de um jornal e digo ‘*Aquilo* foi comprado pela Globo por 10 milhões’, a referência à empresa que produz os jornais (e não ao jornal do dia) ocorre devido à relação funcional saliente entre a empresa e o seu produto. Segundo Nunberg (2004, p. 12) “[...] the remote referents picked out by the demonstratives here are themselves made present in the context by a demonstration that accompanies the use of a demonstrative”; para Nunberg, se você chama a atenção de alguém para um jornal, você também está chamando atenção para a empresa que produz aquele jornal.

A seguir, nas Figuras 12<sup>3</sup> e 13, apresentamos esquematicamente

---

<sup>3</sup>A primeira ocorrência de ‘propriedade’ se refere às descrições ou aos elementos convencionais das DEMs e indexicais (por exemplo, ‘ser o objeto apontado’, ‘ser o

o processo de interpretação dos indexicais descritivos e das DEFs referenciais. Também, ilustramos, em (175) e (176), como as expressões singulares em (173) e (174) determinam seu valor semântico segundo Nunberg:

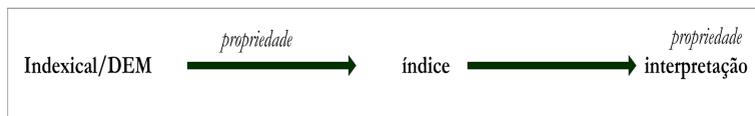


Figura 12: Processo de interpretação dos indexicais e das DEMs.

- (175) ‘hoje’ → o dia do proferimento → 12 de março de 2016 → o aniversário de Sofia.



Figura 13: Processo de interpretação das DEFs.

- (176) ‘o aniversário de 10 anos da Sofia’ → 12 de março de 2016.

Conforme vimos, para Nunberg (1993, 2004), nos usos descritivos, representados pelo exemplo (154), as expressões “[...] don’t refer to individuals, but rather seem to contribute properties to the utterance interpretations” (NUNBERG, 2004, p. 265) e, além disso, envolvem um processo de interpretação mais complexo do que as DEFs (cujo processo envolve uma única etapa).

Nunberg (1993) também ressalta que a interpretação dos indexicais não resulta somente do significado por si (semântica). Na verdade, a sua interpretação é resolvida/restringida por vários fatores pragmáticos como a intenção do falante, os propósitos conversacionais e o contexto linguístico. Considere o exemplo a seguir, adaptado de Nunberg (1993, p. 11), e os diferentes referentes de ‘nós’ indicados entre colchetes:

---

falante do contexto’, ‘ser o dia do proferimento’) que determinam a identificação do índice.

- (177) *Nós* [a comunidade científica] não sabemos muito sobre essa parte do cérebro cujo papel é tão importante em *nossas* [humanidade] vidas, mas *nós* [escritor e leitor] veremos no próximo capítulo ...

Como apontado por Nunberg (1993), nas diferentes ocorrências de ‘nós’ em (177), o falante não muda, o que muda são os grupos que incluem o falante. Assim, do ponto de vista semântico não há como distinguir as diferentes ocorrências do indexical. Essa distinção, segundo Nunberg (1993), *i.e.*, a determinação dos diferentes grupos que incluem o falante do contexto, se dá através de processos pragmáticos.

Além da interpretação dos indexicais e das DEMs envolver uma série de cálculos pragmáticos, segundo Nunberg, há certa frouxidão em relação à determinação da propriedade relevante que colabora na determinação, a partir do índice, da relação R entre índice e denotação/valor semântico. Por exemplo, se a mãe diz ao filho:

- (178) *Nós* não falamos de boca cheia.

Segundo Nunberg (1993), tudo que (178) diz é:

- (179)  $\sim$  falar-de-boca-cheia [ $\iota x^k$  [R (Sp, x)]]

Onde  $k$  está por ‘tipo de pessoa’ (*kind of people*) e Sp está por ‘falante’ (*speaker*) (NUNBERG, 1993, p. 17).

Em prosa, existe um único tipo de pessoa  $x$  tal que  $x$  mantém uma relação R (de instanciar o falante) com o falante (Sp) e esse  $x$  não fala de boca cheia.

Vemos que é uma tarefa difícil determinar a propriedade que deve figurar na interpretação de ‘nós’ (ou de qualquer outro indexical ou demonstrativo). Na verdade, segundo Nunberg, a criança não precisa construir tal propriedade para entender o que sua mãe está falando em (178); ela só precisa entender que o tipo de pessoa que não fala de boca cheia é o tipo de pessoa a que sua mãe está se referindo e que a inclui. Dessa forma, através de (178), observamos que a especificação da interpretação/valor semântico dos indexicais e das DEMs se dá, em grande parte, por meio das intenções do falante, do contexto linguístico e considerações sobre relevância. É justamente isso que Nunberg (1993, p. 17) explicita no trecho a seguir:

On this understanding, then, most of the work of specifying the interpretation is accomplished in the contextual background, rather than by the utterance, in a process mediated by the speaker’s

intentions, the linguistic context, considerations of relevance and so on. Taken together, these factors define a domain of possible referents, along several dimensions. As we would expect, [(i)] they constrain the domain to a particular subregion of the universe of discourse, in the same way that is required, say, to achieve successful reference to a particular table with a definite description like *the table*. But [(ii)] they also determine what kinds of interpretations may be relevant: individuals, kinds, quantifiers, or whatever [...]. And finally, [(iii)] they determine what kinds of criteria are relevant to individuating members of the domain [...]. It is because the context does so much work that the grossly underspecifying meaning of *we* can turn out to be so useful.

Portanto, Nunberg está defendendo que no uso descritivo dos indexicais e das DEMs há um trabalho compartilhado entre a semântica e a pragmática. A semântica fornece as regras que levam os interlocutores até o índice e do índice ao valor semântico. No entanto, nos dois trajetos ocorrem processos pragmáticos que acabam definindo o domínio de propriedades relevantes, entre elas, a relação R.

Em (178), por exemplo, os elementos que levam o uso da expressão ‘nós’ até o índice ‘mãe’ são fundamentalmente semânticos, pois decorrem do significado lexical do indexical – ‘incluir o falante’. Realizado esse raciocínio, o menino inclui a mãe num grupo de pessoas relevantes. Por seu turno, os elementos que levam do índice até a denotação – *grosso modo*, a propriedade de ‘ser uma pessoa do tipo que não fala com a boca cheia’ – são explicitados pelos propósitos conversacionais e pelo contexto: os objetos no domínio são individualizados por algum critério que distingue os tipos de pessoas que possuem comportamento diferente (falam de boca cheia) daquele esperado dos membros daquela família (não falar de boca cheia).

Em suma, Nunberg (1993, 2004) baseia, a afirmação de que DEFs e DEMs (indexicais, em geral) são diferentes, no processo de interpretação: as DEFs são interpretadas sem que se considere um índice e uma relação R contextual entre esse índice e a denotação da DEF, isto é, o processo ocorre diretamente do conteúdo descritivo para o valor semântico; as DEMs, por sua vez, apresentam um processo de interpretação mais complexo em que se considera um índice que, através da relação R, colabora na determinação do valor semântico. Até

aqui, concordamos com Nunberg quando ele afirma que DEFs e DEMs são semanticamente/pragmaticamente distintas. Na seção seguinte, apresentaremos alguns detalhes da abordagem do autor para as DEMs e suas particularidades em relação aos demais indexicais (os puros).

#### 4.1.1 Distinção entre os indexicais puros e as DEMs segundo Nunberg (1993, 2004)

Particularmente em relação aos demonstrativos simples e DEMs, Nunberg (1993) afirma que eles não têm um componente relacional explícito e iterativo. No entanto, essas expressões possuem um componente dêitico que fornece a identificação do índice em virtude da sua localização (e não pela propriedade ou papel recorrente no proferimento, como ocorre nos indexicais puros ‘eu’ e ‘nós’). Sendo assim, nos demonstrativos (com exceção dos pronomes de terceira pessoa), o componente dêitico é fornecido em parte pelo traço de distalidade, que indica a localização do índice em relação ao falante ou ouvinte (traço que distingue ‘este’ e ‘aquele’), e em parte pela demonstração. Já nos pronomes de terceira pessoa, o componente dêitico é fornecido inteiramente pela demonstração.

Nunberg (1993) continua seu estudo dos usos descritivos, agora considerando os pronomes, apontando que há usos dos pronomes de terceira pessoa que não são “demonstrativos”, apesar de serem indexicais. Segundo o autor, em casos como (180), abaixo, ‘ele’ não é um demonstrativo, pois o referente não é demonstrado; ele está saliente no contexto.

**Contexto:** Alguém passando pela frente do Taj Mahal<sup>4</sup> diz:

(180) *Ele* não poupou gastos!

Conforme vemos, a noção de demonstrativo para Nunberg (1993) é bem mais estrita do que a que utilizamos nesta tese: para o autor uma expressão é caracterizada como demonstrativa (dêitica) se, ao seu uso, estiver associada uma demonstração. Em nossa concepção (já apresentada nos capítulos anteriores) e de outros autores (Wolter, 2006; Heim e Kratzer, 1998;) uma expressão é classificada como demonstrativa

---

<sup>4</sup>O Taj Mahal é um mausoléu de mármore branco localizado na Índia. Ele foi construído entre 1632 e 1653 a mando do imperador Shah Jahan, em memória de sua esposa favorita, Aryumand Banu Begam, a quem chamava de Mumtaz Mahal (A jóia do palácio).

dêitica se uma informação extralinguística (gerada por apontamento, saliência, ou outro elemento) é necessária para a determinação do seu valor semântico. Portanto, (180) também representa um uso dêitico de um demonstrativo sob nosso ponto de vista.

Em relação às DEMs, um aspecto importante levantado em Nunberg (1993) é que as demonstrações fazem parte do componente dêitico, *i.e.*, elas são associadas aos índices (ou ao *demonstratum*) e não ao referente ou denotação (em termos não-russellianos). Esse ponto fica claro nos usos em que a posição do índice e da denotação, ou referente, são conflitantes como exemplificado em (181), abaixo. Desse modo, também a questão dos traços distal e proximal veiculada pelos determinantes demonstrativos é resultado da relação entre os interlocutores e o índice (e não entre os interlocutores e o referente). Em outras palavras, é a distância entre o índice e o interlocutor que determina o uso de um ou outro determinante demonstrativo. O exemplo abaixo é uma adaptação do exemplo dado por Nunberg (1993, p. 23) em que se observa que o índice sempre vence a disputa (e não o referente/interpretação) em relação ao uso do determinante demonstrativo:

**Contexto:** João tem uma loja de artigos de porcelana. Ele aponta para dois modelos de pratos e diz:

(181) *Esses pratos* [gesto para um prato próximo a ele] acabaram no depósito, mas *aqueles* [gesto para um prato do outro lado da loja], eu ainda tenho aqui nessa caixa<sup>5</sup>.

Segundo Nunberg, se João estivesse apontando para os “reais” referentes dos demonstrativos (os pratos do depósito e os da caixa), então os determinantes demonstrativos ‘esses’ e ‘aqueles’ deveriam ter suas posições invertidas, visto que os referentes do primeiro estão no depósito (distantes) e os referentes do segundo estão numa caixa na loja (próximos).

Outra diferença apontada por Nunberg (1993, p. 24) entre indexicais puros e demonstrativos é que no componente relacional dos demonstrativos não se exige que o índice faça parte do valor semântico/interpretação. Segundo Nunberg (1993, p. 25), “[...] we should properly

<sup>5</sup>Em (181), temos um uso dos demonstrativos similar ao uso metonímico, “[...] um recurso em que utilizamos um termo, não para nos referirmos ao objeto designado por este, mas para fazer referência a outro objeto, em função de haver algum tipo de relação entre ambos os objetos. [...] Tais processos metonímicos podem compreender inúmeras relações, como, por exemplo, as de parte-todo, continente-conteúdo, autor-obra, marca-produto, lugar-pessoa, etc.”(FERRAZ, 2013, p. 88-89).

say that [demonstrativos] simply have no relational component; used indexically, they can contribute any individual or property that corresponds their indices in some salient way”. Por exemplo, uma criança não pode se referir aos seus pais usando o indexical ‘nós’ em ‘*Nós* ajudamos na lição de casa’, pois o indexical puro exige que o índice (a criança) faça parte da interpretação/valor semântico do termo. No entanto, uma professora apontando para a criança pode proferir ‘*Eles* ajudam na lição de casa’, pois o demonstrativo não exige que o índice (a criança) faça parte do valor semântico.

Esse último aspecto é mais bem abordado em Nunberg (2004). No artigo, ele não nega que os demonstrativos tenham um componente relacional, na verdade, afirma que ao se chamar atenção para um determinando índice, está se chamando atenção para todas as propriedades relacionadas a ele. Nessa concepção, apesar de não haver um componente relacional fixo e iterativo nos demonstrativos, o ouvinte tem como verificar, através do índice salientado, quais propriedades são mais adequadas para interpretação. Em outras palavras, a determinação do componente relacional relevante, que resulta do índice apontado e das suas propriedades, parece ter um perfil mais pragmático, já que sua determinação depende do conhecimento de mundo e dos propósitos conversacionais dos interlocutores. Por exemplo, apontar para uma prova para indicar o aluno ou apontar para uma bola de tênis para indicar o esporte leva em conta aspectos pragmáticos, e não semânticos.

A concepção de que o índice dos demonstrativos não precisa instanciar seu valor semântico também reflete no componente classificatório das expressões, pois os dois objetos (o índice e o valor semântico/referente) podem ter propriedades classificatórias diferentes. Os casos de referência deferida, segundo Nunberg (1993), são os que melhor ilustram que os traços de gênero, número, etc. estão associados ao referente (componente classificatório) e não ao índice (componente dêitico). Por exemplo,

**Contexto:** Apontando para uma menina na creche de um hospital:

(182) *Ele* é diretor do hospital.

Ao proferir (182) e apontar para a menina, a fim de identificar seu pai, observamos que é o gênero do referente que determina o gênero do pronome. Segundo Nunberg (1993, p. 26), “The descriptors that accompany demonstrative adjectives work analogously. When you point at a book to identify a writer, for example, you say “that writer”, not “that book” ”.

Em suma, segundo Nunberg (1993), há diferenças entre os indexicais puros (*e.g.*, ‘eu’, ‘hoje’, ‘aqui’) e os demonstrativos (*e.g.*, ‘ele’, ‘aquele cara’), quais sejam: (i) nos últimos, o componente dêitico é fornecido pela demonstração e não pela propriedade recorrente (como ocorre nos indexicais puros) e (ii) demonstrativos não exigem que o índice instancie a interpretação, *i.e.*, eles não têm um componente relacional explícito, pois contribuem com qualquer indivíduo ou propriedade saliente que corresponda aos seus índices.

Nessa seção, vimos as diferenças apontadas por Nunberg entre os demonstrativos e os indexicais puros, mas também apresentamos seu ponto de vista sobre DEFs e DEMs: DEFs e os demonstrativos são elementos semanticamente e/ou pragmaticamente distintos, principalmente com base na diferença que ocorre no processo de interpretação das expressões. A seguir apresentamos um esquema sinótico com os principais elementos de distinção levantados pelo autor.

Demonstrativo / Indexical	Descrição Definida
- são indicativos e o seu conteúdo linguístico não faz parte do conteúdo da proposição. Por exemplo, as condições de verdade de um proferimento contendo o indexical ‘eu’ não se mantêm se o substituirmos por ‘o falante/agente do proferimento’.	- seu conteúdo linguístico faz parte do conteúdo da proposição.
- seu valor semântico é fornecido através de um objeto que corresponde ao indexical - seu índice.	- seu valor semântico é caracterizado pela propriedade que a constitui.
- sua interpretação se dá através de dois passos: índice → propriedade; propriedade → valor semântico.	- sua interpretação ocorre em um único passo: propriedade → valor semântico.

Figura 14: Assimetria entre DEFs e demonstrativos segundo Nunberg.

#### 4.2 ELBOURNE (2005, 2008) E A FORMALIZAÇÃO DA ABORDAGEM DE NUNBERG (1993, 2004).

Elbourne (2005, 2008) utiliza a semântica de situações aliada a uma formalização da abordagem de Nunberg (1993), para, entre outras coisas, argumentar a favor da **semelhança semântica** entre DEFs e DEMs (e pronomes demonstrativos). Essas expressões são concebidas, por ele, como conceitos individuais  $\langle s, e \rangle$  (uma função de situações para

indivíduos). Além de defender esse ponto de vista, reunindo as duas abordagens, o autor tenta dar conta dos diferentes usos das DEMs, tais como: os usos dêiticos, os usos descritivos e os usos anafóricos. No entanto, nos deteremos na sua abordagem para os usos descritivos, porque é o uso que exige uma estrutura semântica mais complexa para as DEMs do que a que adotamos aqui – em particular, com relação ao “componente indicial”.

#### 4.2.1 Características gerais da abordagem com componentes de Elbourne

A semântica de situações utilizada por Elbourne (2005, 2008) baseia-se nas concepções de Kratzer (1989) (detalhada no Capítulo 1) e de Barwise e Perry (1983). Desse modo, uma situação é concebida como uma parte de um mundo possível (mundos possíveis contam como situações máximas) e consiste de um ou mais indivíduos que possuem uma ou mais propriedades ou mantêm uma ou mais relações em uma determinada localização espaço-temporal.

Para Elbourne, as situações são índices anexados à semântica das expressões. Por exemplo, segundo o autor, os nomes próprios são os itens lexicais sintaticamente mais simples, *i.e.*, são conceitos individuais diretos, isto é, mapeiam situações em indivíduos sem a mediação de condições descritivas:

$$(183) \quad \llbracket \text{Maria} \rrbracket = \lambda s. \text{ Maria}$$

E os verbos intransitivos são funções que tomam conceitos individuais e os mapeiam para funções de situações para valores de verdade, como em (184). Em outras palavras, para determinar a denotação de ‘chora’, tomamos um conceito individual  $u$  e o mapeamos para uma função que toma uma situação  $s$  e a mapeia para 1, se  $u(s)$  chora em  $s$ , ou para 0, se  $u(s)$  não chora em  $s$ :

$$(184) \quad \llbracket \text{chorar} \rrbracket = \lambda u_{\langle s, e \rangle}. \lambda s. u(s) \text{ chora em } s.$$

Para afirmar a semelhança entre DEFs e DEMs e analisar os usos descritivos das DEMs (e mais os usos dêiticos e anafóricos), Elbourne (2008) formaliza os instrumentos semânticos de Nunberg (1993) (abordados na seção anterior) agregados à semântica de situações. A reinterpretação informal dos componentes semânticos dada por Elbourne (2008) é a seguinte (as representações formais das DEMs estão na seção 4.2.3):

(i) **Componente dêitico:** seleciona um objeto contextualmente saliente, o índice, sobre o qual a interpretação do indexical será computada.

(ii) **Componente relacional:** restringe a relação que deve ser mantida entre o índice e a interpretação (valor semântico)<sup>6</sup>.

(iii) **Componente classificatório:** informações sobre a interpretação, como os traços  $\varphi$ .

(iv) **Interpretação:** contribuição semântica da expressão para a proposição expressa – um indivíduo ou uma propriedade.

Agora considere o conhecido exemplo do Papa em (185), dado em Nunberg (1993), com os componentes de significado explicitados informalmente. Como se trata de um uso descritivo, ‘ele’, em (185), não tem o indivíduo ‘Francisco’ como seu valor semântico e sim, *grosso modo*, a propriedade<sup>7</sup> descrita pela DEF ‘o papa’.

**Contexto:** João aponta para o Papa Francisco e diz:

(185) *Ele costumava ser italiano.*

(i) componente dêitico: objeto apontado ‘i’ = Francisco;

(ii) componente relacional: relação que mapeia pessoas para cargos que elas ocupam;

(iii) componente classificatório: masculino e singular;

(iv) interpretação (valor semântico): ‘o Papa’.

Em relação aos traços distal e proximal dos determinantes demonstrativos, Elbourne apresenta a mesma concepção de Nunberg (1993, 2004), *i.e.*, eles resultam da relação entre os interlocutores e o índice. Sendo assim, é a distância entre o índice e o interlocutor que

<sup>6</sup>Como veremos, Elbourne coloca os componentes dêitico e relacional na sintaxe.

<sup>7</sup>A noção de propriedade está empregada frouxamente aqui. Na verdade, (185) provavelmente tem uma semântica final do seguinte tipo:

*Costumava ser o caso que, para uma situação s no passado, o único indivíduo x que era Papa em s era italiano em s.*

É possível também que a semântica propriamente dita de (185) não seja exatamente essa, e sim que estejamos diante de um conteúdo proposicional a que se chega por um cálculo pragmático de alguma ordem.

determina o uso de um ou outro determinante demonstrativo (e não a distância entre referente e o interlocutor, ou centro da dêixis, como defende Wolter, 2006).

Esses são os aspectos gerais da abordagem de Elbourne (2008) que formaliza os componentes do significado de Nunberg (1993, 2004) numa semântica de situações. Nas seções seguintes, especificaremos a proposta de Elbourne para as DEFs e DEMs e com base no quê ele defende a semelhança entre esses grupos de expressões.

#### 4.2.2 DEFs segundo Elbourne

Elbourne (2008, p. 5) afirma que os demonstrativos simples e as DEMs são semanticamente similares às DEFs e todas essas expressões denotam conceitos individuais. Segundo ele, as sentenças com DEFs têm as seguintes condições de verdade:

(186) Desconsiderando o contexto de proferimento,  $[[o \pi] \varphi]$  expressa uma proposição:

- V em um índice  $i$  se há exatamente um  $\pi$  em  $i$ , e ele é  $\varphi$  em  $i$ ;
- F em um índice  $i$  se há exatamente um  $\pi$  em  $i$ , e ele não é  $\varphi$  em  $i$ ;
- sem valor de verdade se não há exatamente um  $\pi$  em  $i$ .

Assim, uma DEF como (187), abaixo, seria:

(187)  $[[o \text{ gato}] \text{ preto}]$

- V se há um único gato em  $i$  e ele é preto em  $i$ ;
- F se há um único gato em  $i$  e ele não é preto em  $i$ ;
- sem valor de verdade se não houver um único gato em  $i$  (caso de falha pressuposicional).

Levando esses pontos em conta, o significado do artigo definido seria o seguinte (ELBOURNE, 2008, p. 5):

(188)  $[[\text{the}]] = \lambda f_{\langle se, st \rangle} \cdot \lambda s. \iota x. f(\lambda s'.x)(s) = 1$

Em (188), o operador ‘ $\iota$ ’ (iota) introduz a pressuposição de unicidade no uso da DEF, *i.e.*, de que existe uma única entidade que satisfaz o

conteúdo do NP (nome) acompanhando o artigo definido (cf. Strawson, 1950). Um proferimento que não respeita essa pressuposição não tem suas condições de felicidades satisfeitas.

O importante, nesse ponto da discussão, é que as DEFs<sup>8</sup> são semanticamente similares aos pronomes e às DEMs. Conforme Elbourne (2008, p. 1) “[‘that’ e ‘this’] are both definite articles of a certain kind [...]”, pois todos eles são concebidos como conceitos individuais. Além disso, para todas essas expressões, as condições de verdade envolvem as pressuposições de unicidade e de existência (cf. Frege, 1892 e Strawson, 1950).

#### 4.2.3 A análise das DEMs e dos pronomes com usos descritivos.

Tendo proposto uma análise para as DEFs, Elbourne (2008) fornece, então, as seguintes entradas lexicais para os demonstrativos do inglês (que representam, agora formalmente, os componentes semânticos de Nunberg, 1993):

$$(189) \quad \llbracket that \rrbracket^{w,h,a,t} = \lambda x. \lambda f_{\langle e,se,st \rangle}. \lambda g_{\langle se,st \rangle}. \lambda s. \iota z(f(x)(\lambda s'.z)(s) = 1 \ \& \ g(\lambda s'.z)(s) = 1 \ \& \ distal(x, w, a, t))$$

$$(190) \quad \llbracket this \rrbracket^{w,h,a,t} = \lambda x. \lambda f_{\langle e,se,st \rangle}. \lambda g_{\langle se,st \rangle}. \lambda s. \iota z(f(x)(\lambda s'.z)(s) = 1 \ \& \ g(\lambda s'.z)(s) = 1 \ \& \ proximal(x, w, a, t))$$

Note que as FLs, no sistema de Elbourne, são interpretadas em relação a um mundo possível ( $w$ ), um agente ( $a$ ), um tempo ( $t$ ) e a uma função de atribuição ( $h$ ). O primeiro argumento das FLs é uma variável para indivíduos que codifica o índice, isto é, o indivíduo apontado; o segundo, é a variável de relação (componente relacional) e o terceiro, é o NP, correspondendo à seguinte configuração sintática:

$$(191) \quad [_{DP} \llbracket that/this \rrbracket \text{ i } R] \text{ NP}].$$

Em outras palavras, os determinantes demonstrativos tomam como argumentos: um indivíduo, uma relação e uma propriedade (NP) e as mapeiam para um conceito individual de um tipo particular – o valor do DP inteiro (lembrando que, para o autor, as DEFs, os pronomes e as DEMs são conceitos individuais). Note, contudo, que destes

<sup>8</sup>Para tentar provar a eficiência de sua abordagem, Elbourne a utiliza para dar conta das leituras *de dicto* e *de re* das DEFs. Ver Elbourne 2008, p. 8, para detalhes.

componentes, os elementos fornecidos por informação contextual, *i.e.*, os índices no sentido geral do termo, são *i* e *R*. Mas na proposta de Elbourne as DEMs também serão relativizados a mundos e situações. Sendo assim, há, na verdade, **quatro** índices contextuais.

Em relação ao exemplo do Papa, o pronome possui variáveis indexadas como em (192):

(192) [ele [ $R_1$   $i_2$ ]].

A variável de indivíduo ‘*i*’ tem Francisco como valor semântico. Se o proferimento é feito em  $w_0$  e no tempo  $t_0$ , a variável de relação ‘*R*’ terá como valor a relação a seguir:

(193)  $\lambda x. \lambda u_{(s,e)}. \lambda s. u(s)$  mantém em  $s$  o cargo exercido em  $w_0$  em  $t_0$  por  $x$ .

*O pronome será interpretado como um artigo definido* e a sentença terá o seguinte valor semântico:

(194)  $\lambda s. \iota x. x$  é o Papa em  $s$  &  $x$  é italiano em  $s$ .

Segundo Elbourne (2008), esse tipo de abordagem também explica outros casos de usos descritivos, os chamados de “referência deferida” (Nunberg, 1993). Esses casos, como já mencionamos, são definidos como casos em que o falante demonstra uma coisa, a fim de se referir à outra (o falante possui um objeto particular em mente para o qual o índice e o componente relacional direcionam o ouvinte). Segue mais um exemplo de referência deferida:

**Contexto:** Olhando duas pastagens (em uma delas, o capim foi quase todo comido e, na outra, ele ainda está intacto), João diz:

(195) *Esse burro* [apontando para o pasto A] é mais saudável que *aquele burro* [apontando para o pasto B].

Em (195), os índices são os dois pastos (pois os burros não estão presentes) e o componente relacional, em cada caso, é a relação ‘mantido em’. A ocorrência ‘esse burro’, então, significa ‘o único indivíduo  $x$  tal que  $x$  é mantido na pastagem A e  $x$  é um burro e a pastagem A está próxima’. É importante notar que, nesses casos, é necessário que os interlocutores compartilhem certas informações para determinação da interpretação/valor semântico. Por exemplo, em (195), os interlocutores precisam estar cientes de que burros costumam pastar ali, só assim o ouvinte identificará os valores semânticos das ocorrências ‘esse burro’ e ‘aquele

burro' e, só assim, ocorre a referência deferida.

Para Elbourne (2008), usos descritivos e usos com referência deferida formam grupos distintos, enquanto que para Nunberg (1993) eles são faces da mesma moeda – ambos são caracterizados como usos descritivos. No nosso ponto de vista, ilustrado na Figura 11 acima, eles são subgrupos dos usos dêiticos. Por conta disso, é importante apresentar como Elbourne aborda os usos dêiticos comuns (em que o DP demonstrativo refere-se a uma entidade perceptível no ambiente físico) como:

(196) Aquele gato [apontando para Félix] mia.

Elbourne (2008) fornece a seguinte FL simplificada:

(197) [[[aquele  $i_1$ ]  $R_2$ ] gato] mia],

cujo índice é Félix e componente relacional é a relação de identidade (se temos um uso referencial em jogo, então a relação  $R$  é sempre de identidade):

(198)  $\llbracket i \rrbracket = \text{Félix};$   
 $\llbracket R \rrbracket = \lambda x. \lambda u_{\langle s, e \rangle}. \lambda s. u(s) = x.$

A denotação da sentença com a DEM é dada em (199).

(199)  $\lambda s. \iota z. (z = \text{Félix} \ \& \ z \text{ é um gato em } s \ \& \ \text{distal}(\text{Félix}, a, t, w)) \text{ mia em } s.$

Em (199), os predicados são todos relativizados à mesma variável de situação  $s$ , que está na abstração inicial da fórmula.

Em suma, verificamos que o índice é o objeto apontado e o componente relacional será a relação de identidade, pois o índice e a interpretação terão o mesmo valor.

Segundo Elbourne (2008), a sua abordagem tem um problema: o sistema semântico proposto é o mesmo para os usos descritivos, os usos com referência deferida e os usos dêiticos canônicos das DEMs. Por isso, o autor questiona como evitar que tal sistema gere a interpretação deferida como primeira escolha em todos os casos. A solução oferecida por Elbourne é uma assunção *ad hoc* representada na seguinte generalização descritiva:

The index (or rather the constant individual concept mapping situations to it) must be the interpretation, unless a restricted range of pragmatic factors make this impossible. Stated otherwise,

unless one of a restricted range of pragmatic factors applies, the relational component must be identity. For present purposes, *the only pragmatic factor capable of forcing another relational component is the index not satisfying the NP descriptive content* (ELBOURNE, 2008, p. 37, *grifo nosso*).

*Grosso modo*, conforme a assunção de Elbourne: (i) a relação padrão é identidade; e (ii) somente ocorre outro tipo de relação nos casos em que o índice não satisfaz o conteúdo descritivo da DEM.

Como os usos deferidos tipicamente envolvem demonstrar algo (índice) que não satisfaz o conteúdo descritivo NP, a generalização do autor mostra que a relação, nesses casos, não é a de identidade (que só se dá para os usos referenciais) e sim alguma outra relação saliente por razões pragmáticas. Essa afirmação corrobora uma observação mais geral – segundo ele, a identidade é uma relação que deve estar mais alta na hierarquia das relações disponíveis, pois a identidade é a única função cujo valor é trivialmente computável para todos os argumentos de todos os domínios.

Elbourne (2008) arremata essa questão afirmando que a função constante mapeando situações para o índice é uma relação trivial e universalmente disponível. Desse modo, um falante cooperativo sempre terá em mente que a primeira interpretação é aquela mais facilmente identificada em termos da relação com o *demonstratum*. Em outras palavras, a interpretação referencial sempre vence, exceto se existirem razões que tornem isso impossível, por exemplo, o conteúdo descritivo do NP ser incompatível com o índice.

Levando em conta as ideias de Elbourne (2008), consideramos que a solução do autor:

(i) mostra que o componente relacional das DEMs é poderoso demais e exige um mecanismo *ad hoc* que deveria fazer com que R *não* fosse identidade nos casos que interessam – os de uso descritivo e de referência deferida;

(ii) só vale para os usos com referência deferida, isto é, usos em que o índice não satisfaz o conteúdo descritivo da DEM. Por exemplo, quando aponto para um quadro e digo: ‘Esse pintor tem muito talento’;

(iii) é uma proposta inadequada para os usos descritivos, porque nesses casos o índice satisfaz o conteúdo descritivo da DEM.

Equivocadamente, assume-se que ocorre uma relação de identidade nesses contextos. Por exemplo, quando aponto para o Papa Francisco e digo: ‘Esse cara costumava ser italiano’.

Apesar de Elbourne (2005, 2008) afirmar que DEFs e DEMs são semanticamente diferentes, o autor formaliza quase que fielmente a abordagem de Nunberg (1993, 2004), para quem DEFs e DEMs são grupos de expressões distintos principalmente pela diferença entre os processos de interpretação. Um aspecto peculiar da abordagem de Elbourne é que o autor coloca o componente dêítico e o componente relacional na representação formal das DEMs. No entanto, o componente relacional foi apontado por Nunberg (1993), principalmente em relação às DEMs, como um elemento de difícil (e desnecessária) determinação, visto que é de cunho pragmático. Por conta de aspectos como esse, na seção seguinte, levantaremos alguns pontos conflitantes e analisaremos alguns exemplos de usos descritivos e com referência deferida em que as abordagens de Nunberg (1993, 2004) e de Elbourne (2005, 2008) mostram certa fragilidade.

#### 4.2.4 Algumas razões para suspeitar da abordagem semântico-pragmática de Nunberg (e de Elbourne)

Conforme vimos na seção 4.1.1, que sumariza a abordagem de Nunberg (1993, 2004), o índice é considerado simplesmente o indivíduo apontado, e o conteúdo descritivo é parte do componente relacional. Além disso, Nunberg supõe que é o índice que aciona o processo de referência deferida. No entanto, acreditamos que não é (somente) o índice que desencadeia esse tipo interpretação. Considere o caso de referência deferida com conteúdo descritivo adicional a seguir:

**Contexto:** apontando para um canto da garagem em que há três carros:

(200) *Aquele carro vermelho* costumava ser muito caro.

Em (200), evidentemente, o elemento indicial por si não seria suficiente para identificar o veículo – é preciso o conteúdo adicional expresso por ‘vermelho’. Ou seja, aquilo que para Nunberg (1993, 2004) seria o índice é na verdade produto de um processo composicional que compreende o elemento indicial juntamente com o conteúdo descritivo da DEM.

Especificamente, o caso acima, mostra que o índice, além de ser a entidade apontada, também deve possuir a propriedade que se aplica à

interpretação – todos os carros que são subsumidos pela interpretação genérica ‘aquele carro vermelho’, que na verdade denota um tipo de carro. Sendo assim, a partir do exemplo (200) observamos que: (i) sem computar o conteúdo descritivo, o apontamento não será capaz de identificar o índice; e (ii) o conteúdo descritivo terá de ser computado novamente, agora, no componente relacional. No entanto, não é óbvio que ‘vermelho’ seja relevante na computação do componente relacional: o falante provavelmente se refere ao tipo de carro independentemente da cor dele, isto é, se se trata de um fuca, é ao tipo ‘fuca’, e não ao tipo ‘fuca vermelho’, que ele se refere. Em outros termos, ‘vermelho’ é crucial na computação do índice, mas não parece ser para a computação da interpretação do DP (o tipo ‘fuca’).

Devido a casos como (200), suspeitamos que, em contextos de referência deferida, há muito mais processos pragmáticos do que Nunberg (e Elbourne) está(ão) sugerindo. Considere a situação a seguir, em que também ocorre referência deferida; a diferença é que estamos diante de um pronome de terceira pessoa e (um encadeamento de) dois índices.

**Contexto:** duas professoras estão admirando a **prova** de uma criança. Uma delas diz:

(201) Dá pra perceber que *eles* ajudam na lição de casa, acompanham tudo de perto.

(201) é um exemplo de referência deferida, mas é diferente dos casos que vinham sendo apontados por Nunberg. Nos casos que o autor analisa, o processo de interpretação começa no índice (a prova da criança) e segue, por meio do componente relacional, para a interpretação (os pais da criança). Em (201), no entanto, identificamos um (primeiro) índice – a prova – e por meio do componente relacional chegamos a outro índice – a criança – para só então – por meio de outro componente relacional, ainda – chegarmos à interpretação/denotação – os pais da criança. Esse caso se aproxima dos conhecidos exemplos do “sanduíche de presunto” e do “estacionamento” similares aos apresentados abaixo:

**Contexto:** Numa lanchonete, um cliente pediu um sanduíche de presunto. O cozinheiro coloca o pedido no balcão do bar e diz para o garçom:

(202) *O sanduíche de presunto* está sentado na mesa 29.

(203) *Esse cara* [apontando para o sanduíche] está sentando na mesa

29.

(204) *Esse* [apontando para o sanduíche] está sentando na mesa 29.

**Contexto:** Do lado de fora de uma grande festa, os guardadores de carros conversam sobre a localização dos carros no estacionamento. Um deles diz:

(205) *O cadillac* está estacionado lá trás.

(206) *Esse* [segurando as chaves] está estacionado lá trás.

(207) *Esse cara* [segurando as chaves] está estacionado lá trás.

Nunberg (1993) comenta esses casos no apêndice de seu artigo. Para o autor, as DEMs e os pronomes demonstrativos, aqui, também representam casos de referência deferida em que o referente da expressão é um objeto que mantém certa correspondência com o *demonstratum* – as chaves e o sanduíche. Mas o seguinte caso, em que consta um indexical puro, não é um uso com referência deferida, isto é, não é paralelo à (206) e à (207), segundo Nunberg (1993, p. 39):

(208) *Eu* estou estacionado lá trás.

O indexical puro aparentemente está se referindo ao carro, e o índice é o falante. As diferenças em relação à (206) e (207), que segundo o autor são genuínos casos de referência deferida, são as seguintes:

(1) Não posso dizer ‘Nós estamos estacionados lá trás’ se eu tenho dois carros, mas posso dizer ‘Esses estão estacionados lá trás’ se eu estiver segurando uma chave que serve para abrir dois carros.

(2) Segundo Nunberg, o sujeito de (208) não aceita uma relativa que se aplica ao carro e sim uma relativa que se aplica ao indivíduo; já com o pronome ocorreria o contrário. Mas observamos que (211) e (212) são igualmente aceitáveis:

(209) # *Eu, que sou um cadillac vermelho*, estou estacionado lá trás.

(210) *Eu, que sou um excelente motorista*, estou estacionado lá trás.

(211) *Esse, que é um cadillac vermelho*, está estacionado lá trás.

(212) *Esse, que é um excelente motorista*, está estacionado lá trás.

- (213) *Esse cara, que é um cadillac vermelho*, está estacionado lá trás.
- (214) *Esse cara, que é um excelente motorista*, está estacionado lá trás.

Note que, aparentemente, todas as sentenças com demonstrativos (simples e complexos) apresentam referência deferida e são aceitáveis (para a maioria dos falantes), ao contrário do que afirma Nunberg (1993). Ao nosso ver, as DEMs e os pronomes demonstrativos se referem, na mesma sentença, a duas entidades diferentes, ora ao carro, ora ao indivíduo, através de um mesmo índice – as chaves. Por exemplo, em (214), parece coerente dizer que há duas proposições diferentes sendo veiculadas pelo mesmo índice, tais como: ⟨João, ser-excelente-motorista⟩ e ⟨cadillac, estar-estacionado-lá-trás⟩. Parece-nos que pelo fato do indexical puro ‘eu’ ter no componente classificatório um traço como [+ animado], há uma restrição na referência à objetos inanimados. As DEMs não possuem esse traço e, por isso, servem para referir tanto a indivíduos como a objetos.

Devido aos intrincados processos envolvidos na interpretação dos casos de (200) a (214), suspeitamos que, em contextos de referência deferida, há muito mais processos pragmáticos do que Nunberg (e Elbourne) sugerem.

Outro ponto que merece ser questionado a partir das considerações de Nunberg sobre os usos com referência deferida diz respeito ao componente classificatório. Se o conteúdo descritivo de uma DEM pertence ao componente classificatório também, por que o pronome do exemplo (182), repetido abaixo como (215), é adequado ao contexto, enquanto que a DEM em (216) não é gramatical (como também (217)):

**Contexto:** Apontando para uma menina na creche de um hospital (frequentada somente por filhos de colaboradores do hospital):

- (215) *Ele* é diretor do hospital.
- (216) # *Aquele médico* é diretor do hospital.
- (217) # *Aquela menina* é diretor do hospital.

Esses são casos que aparentemente deixam claro que há alguma relação lexical – p.ex., metonímia – intervindo. Seriam casos em que o componente classificatório expresso pelo nome, de fato, se aplica à interpretação, e não ao índice. Mas e por que não funciona em (216) e (217)? Ao que parece, a diferença é que a relação aqui é parasitária

da possibilidade de haver metonímia lexical como quando se diz ‘that writer’ e se aponta para o livro; mas não há nada semelhante em (182) – (217).

Se os aspectos apontados até aqui sobre os casos de referência deferida estiverem corretos, a determinação do componente relacional compreende inúmeros processos pragmáticos, como o próprio Nunberg deixa implícito na seguinte afirmação: “[...] the possibility of successful reference depends on the web of background assumptions that people bring to specific domains” (1993, p. 25). Isso indica que tal componente não precisa – e se não precisa, não deve – ser incorporado à formalização da semântica das DEMs, como faz Elbourne (2005, 2008).

Em relação às DEMs com uso descritivo também há algo a ser explicado: por que esse tipo de uso só ocorre com DEMs, e não com DEFs realmente únicas (que satisfazem a pressuposição de unicidade) ou nomes próprios, como abaixo?

- (218) (ok) *Aquele senhor* costumava ser italiano.  
 (219) (ok) *O Papa* costumava ser italiano.  
 (220) # *O Papa empossado em 2012* costumava ser italiano.  
 (221) # *Francisco I* costumava ser italiano.

O contraste mais importante é entre (218) e (220) - (221). Na primeira sentença, um termo primariamente singular – a DEM – tem uma leitura descritiva; na segunda e terceira sentenças, também constam termos singulares – a DEF referencial e o nome próprio – que não são adequados ao contexto e não apresentam uma leitura descritiva. Aparentemente, em (218), a DEM está sob o escopo de ‘costumar’ pela ação de mecanismos pragmáticos, talvez, relacionados ao componente indicial, enquanto que o nome próprio e a DEF referencial tem escopo amplo nos exemplos em (220) e (221) por não envolverem tal componente. Desse modo, parece-nos que mesmo nos usos descritivos há muitos processos pragmáticos agindo na interpretação.

Outro aspecto que deve ser lembrado é que, para Nunberg (1993), os usos com referência deferida são também usos descritivos e o autor não menciona nenhuma distinção entre esses dois tipos de expressões. No entanto, conforme já apontamos, casos com referência deferida, como dizer ‘that writer’ enquanto se aponta para um livro, são diferentes dos usos descritivos, do tipo que ocorre em ‘Ele costumava ser italiano’, pois nos usos com referência deferida (i) o índice serve para referir a um outro indivíduo, e não a uma classe de indivíduos; e (ii) o indivíduo a que se quer referir não corresponde ao indivíduo

apontado pelo componente indicial, diferentemente dos usos descritivos. Em suma, há pelo menos três processos de interpretação diferentes envolvidos no mesmo conceito de uso descritivo que Nunberg (1993, 2004) utiliza:

- (a) usos descritivos – ‘Ele/Aquele senhor costumava ser italiano’;
- (b) usos de referência deferida inferida com pronomes – ‘Eles ajudam nos temas de casa’;
- (c) usos de referência deferida por relação inferível da semântica lexical – ‘Gosto muito daquele escritor’, apontando o livro.

No mínimo, em (a) e em (b) há dificuldades de se afirmar que há, na semântica dos dêiticos, um componente relacional particular que, com alguma colaboração pragmática, consegue chegar a um outro referente:

- no caso em (a): exemplos como ‘Aquele carro vermelho costumava ser caro’ indicam que o componente indicial pode não ser suficiente e é preciso levar em conta a contribuição do conteúdo descritivo para se chegar ao índice, para então ir à interpretação;

- no caso em (b): exemplos como ‘Eles ajudam nos temas de casa’, proferida diante **da prova** de uma criança, mostram que o índice, novamente, pode não ser suficiente – o índice deve ser pragmaticamente associado a outro índice que, então, seria – por meio de seu componente relacional – ligado à interpretação; aqui notamos que há muitos processos pragmáticos envolvidos para que seja previsto um componente relacional simples (uma única relação a ser preenchida contextualmente).

Essas objeções também atingem a concepção de Elbourne (2005, 2008) porque o autor (i) formaliza a abordagem de Nunberg – que aceita que a maioria dos processos interpretativos são pragmáticos, mas não procura formalizá-los; e (ii) agrega a pragmática à semântica das DEMs. Através desse processo de formalização, Elbourne deixa claro que o componente relacional é elaborado como a única variável de relação a ser preenchida pelo contexto. Além disso, que, no famoso exemplo de uso descritivo do Papa, em (185), o componente relacional estipulado por ele (‘relação que mapeia pessoas para cargos que elas ocupam’) não será suficiente para determinar a interpretação. Para entender essa deficiência, considere que estamos diante de uma exposição sobre

religiões, e entramos na seção sobre a Igreja Católica; num dos estandes, estão os paramentos do Papa. Apontando para este estande, um falante poderia, com sucesso, enunciar (185). Observe que não serviria dizer ‘relação que mapeia coisas às pessoas que as usam’, já que não são quaisquer pessoas, mas ‘pessoas que as usam porque estão numa certa função’. Aqui, novamente, observamos que há diversos processos pragmáticos envolvidos em usos descritivos como esse. Desse modo, qualquer especificação simples do chamado componente relacional não parece justificável.

Considere ainda outros dois aspectos da abordagem de Elbourne (2005, 2008) que estão relacionados a sua generalização descritiva, apresentada na seção anterior. Nela, o autor afirma que, nos usos dêiticos das DEMs, (i) o índice deve ser a interpretação de uma DEM e (ii) o componente relacional será de identidade, exceto quando fatores pragmáticos “forçam” a consideração de outro componente relacional, isto é, quando o índice não satisfaz o conteúdo descritivo da DEM. No entanto, como mencionamos naquela seção: (i) a solução de Elbourne só serve para casos com referência deferida e não para os usos descritivos, como ‘*Esse senhor* [apontando para o Papa] costumava ser italiano’; nesses, o índice satisfaz o conteúdo descritivo do NP, só não satisfaz o conteúdo descritivo **da predicação**; e (ii) há outra razão pela qual a identidade é a relação que está mais alta na escala de relações possíveis: simplesmente ela é nula para a computação do valor semântico da DEM, *i.e.*, utilizando-a chegamos a uma computação que seria exatamente como a semântica da DEM **sem** um componente relacional. Isso, indica, conceitualmente, que esta ideia de incluir o componente relacional na semântica dos demonstrativos pode parecer uma solução adequada, mas é um recurso *ad hoc*.

Conforme vimos, foram apresentados, nesta seção, diversos aspectos relacionados às abordagens de Nunberg (1993, 2004) e de Elbourne (2005, 2008) que não são adequados aos casos de usos descritivos e de referência deferida analisados até aqui. Uma das principais questões está relacionada à formalização do componente relacional, que parece indicar que esse elemento (a) é de caráter exclusivamente semântico; (b) pode ser determinado com certa facilidade; e (c) é único. No entanto, essa visão é, no mínimo, ingênua, pois, entre outros aspectos, os exemplos mostraram que há casos em que ocorrem índices encadeados e, por isso, mais de uma relação R está em jogo.

Tendo em vista que as abordagens de Elbourne e Nunberg não são isentas de lacunas, na seção seguinte, vamos tentar aplicar a abordagem de Wolter (2006) e seus principais elementos, como as

noções de SD e SND, aos usos descritivos e com referência deferida das DEMs.

#### 4.2.5 Algumas tentativas utilizando a abordagem de Wolter (2006)

Um dos principais pontos da semântica proposta por Wolter (2006) é a distinção semântico-pragmática de DEFs e DEMs: (i) essas expressões são avaliadas em diferentes tipos de situações – DEFs em SDs e DEMs em SNDs e (ii) só as DEMs possuem uma condição lexical ligada à informação espacial do referente em relação ao centro da dêixis (falante, ouvinte). Por um momento, deixaremos as DEFs de lado e focaremos exclusivamente nas DEMs. Especificamente, vamos tentar formalizar os usos descritivos e com referência deferida de Nunberg (1993, 2004) com os elementos da abordagem de Wolter (2006), isto é, com a distinção SDs e SNDs.

Nunberg (1993, 2003) propõe que para a determinação do valor semântico das DEMs (e indexicais puros) com usos descritivos são necessários três componentes: um componente dêitico, um classificatório e um relacional. No entanto, o autor não formaliza essa abordagem, o que é feito por Elbourne (2005, 2008). O último coloca todos os componentes nas representações formais da semântica das DEMs, incluindo o componente relacional (que, implicitamente, Nunberg indica ser um elemento de natureza pragmática), o que torna tais representações bastante complexas. E mesmo com toda a maquinaria apresentada por Elbourne (2005, 2008), como indicamos através de exemplos na seção anterior, a manobra não dá conta da complexidade do componente relacional, pois nem sempre ele é único e simples como o autor representa.

Além das questões levantadas em relação às abordagens de Elbourne e de Nunberg, outro incentivo para a aplicação da abordagem de Wolter (2006) aos usos descritivos (e de referência deferida) é o fato de a linguista não analisar esse tipo de expressão.

Inicialmente, considere um dos mais famosos exemplos de uso descritivo das DEMs:

**Contexto:** Alguém aponta para o Papa Francisco e diz:

(222) *Esse senhor* costumava ser italiano.

Na teoria de Wolter (2006), o apontamento estabelece a SND em

que a unicidade é verificada. Nessa semântica, o único tipo de índice é o índice de situação. Ou seja, a semântica da Wolter para (222) seria, *grosso modo*, algo como:

$$(223) \quad \text{costumar-ser-italiano} ([\iota x. \text{saliente}(x, s_1) \wedge x \text{ é masculino} \ \& \ x \text{ é proximal} \wedge \text{senhor}(x, s_1)], s_0)$$

Através dessa representação, vemos que a proposição expressa através de uma semântica como a de Wolter (2006) seria algo como (Francisco, costumar-ser-italiano). Essa proposição mostra que a abordagem da autora não representa a correta denotação da DEM – um conjunto de indivíduos – e gera uma interpretação incoerente pois relaciona um indivíduo particular e uma predicação genérica. Em outras palavras, a semântica proposta por Wolter (2006), se aplicada a uma DEM com uso descritivo, como em (222), retorna uma predicação singular (*i.e.*, que se aplica ao indivíduo referido). Portanto, tal abordagem não consegue capturar a predicação genérica que é o conteúdo de um uso descritivo como esse.

No que diz respeito aos usos com referência deferida, o processo de interpretação e de formalização se complica. Considere que alguém aponta para uma pilha livros de Paulo Coelho para se referir ao autor:

$$(224) \quad \textit{Esse cara ganhou milhões.}$$

A complexidade pragmática, em relação aos casos com uso descritivo, aumenta porque nos casos de referência deferida nem o nominal da DEM, nem o predicativo, nem os traços  $\phi$  (número e gênero) necessariamente se aplicam aos elementos apontados (livros); mas a informação espacial veiculada pelo determinante da DEM se aplica – a interpretação em (224) é o indivíduo Paulo Coelho, mas são os objetos apontados que são proximais ao falante/ ouvinte e que justificam o uso de ‘esse’.

Sendo assim, em primeira instância, a condição de unicidade nos usos com referência deferida não parece se aplicar ao *demonstratum*, pois posso apontar para a pilha de livros de Paulo Coelho para me referir ao autor. Desse modo, diferente da condição de dêixis espacial das DEMs, que se relaciona ao *demonstratum*, a condição de unicidade se liga ao valor semântico dessas expressões.

Nesse cenário, então, o apontamento instaura uma SND em que há algum *demonstratum* (*d*) – pilha de livros – que leva ao valor semântico – um indivíduo particular. Vendo que o nominal da DEM é incoerente com o índice apontado, e sendo um interlocutor cooperativo, o ouvinte vai buscar através de processos pragmáticos, entre eles a

metonímia, o valor semântico da DEM – que nesse caso é a referência ao autor pela sua obra.

A partir disso, surge a seguinte dificuldade: não há como satisfazer a unicidade referencial (num uso dêitico) quando o referente não se encontra (representado de alguma maneira – estátua, imagem, pintura, etc.) na SND relevante. Uma possibilidade de sanar essa questão seria adicionar outra SND na semântica da sentença (teríamos uma situação para o índice e outra para o referente); a partir dela, a unicidade do referente poderia ser satisfeita. No entanto, qual seria a motivação para a introdução de uma nova SND? Levando essas considerações em conta, observamos que há evidentes dificuldades em aplicar a teoria de Wolter (2006) aos usos com referência deferida.

Se considerármos as dificuldades enfrentadas na aplicação da teoria de Wolter (2006), concluímos que uma aplicação simples e direta da abordagem da autora não é suficiente para analisar os usos descritivos e os usos com referência deferida. No entanto, igualmente insuficiente é a abordagem de Elbourne (2005, 2008), pois ela concebe que o componente relacional está na representação semântica das DEMs, o que torna suas representações formais bastante complexas. Além disso, o autor trabalha com a ideia de que há um único componente indicial e, por isso, um único componente relacional no processo de interpretação das DEMs descritivas e com referência deferida, o que mostramos que não é correto, pois, por exemplo, pode haver uma espécie de encadeamento de índices que leva em conta **relações** diferentes.

### 4.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Nesse capítulo, discutimos os usos descritivos e os usos com referência deferida das DEMs. Esses usos têm sido utilizados na literatura como argumentos a favor de algumas abordagens semânticas das DEMs, entre elas, Nunberg (1993, 2004) e Elbourne (2005, 2008). Nosso principal objetivo foi verificar se tais usos realmente sustentam essas abordagens, por oposição, por exemplo, a abordagem que adotamos nesta tese (WOLTER, 2006).

Na abordagem de Nunberg (1993, 2004), o componente relacional não foi definido formalmente e o autor indicou que esse elemento não é facilmente determinado, e nem é necessário que ele o seja, para que o valor semântico das DEMs seja definido. Isso sugere que o papel do componente relacional, segundo Nunberg, é basicamente pragmático. No entanto, Elbourne (2005, 2008) formaliza a abordagem de Nunberg

e introduz a relação  $R$  nas representações formais da semântica das DEMs. Isso acaba tornando a abordagem bastante complexa e, mesmo assim, ineficaz para certos casos como os que foram exemplificado na seção 4.2.4, em que um índice leva a outro índice que, só então, leva à denotação da DEM, ou ainda, casos em que o conteúdo descritivo trabalha composicionalmente com a informação indicial.

Tendo em vista que a abordagem de Elbourne que concebe o componente relacional como um elemento semântica das DEMs mostra-se uma solução complicada e não totalmente eficaz na análise dos usos descritivos e com referência deferida, buscamos aplicar a abordagem de Wolter (2006) a eles, já que a autora apresenta uma teoria elegante e não analisa esse tipo de uso em sua tese. No entanto, vimos que uma aplicação simples e direta da abordagem de Wolter (2006) não é suficiente também. No entanto, preferimos mantê-la por que ela é uma teoria elegante que explica os demais usos analisados nesta tese de maneira adequada e sucinta.

Disso concluímos que: (i) através das análises de exemplos de usos descritivos e de usos com referência deferida, constatamos que esses são bem mais complexos do que Nunberg e Elbourne sugerem. Em particular, os usos em questão colaboram na exposição de fraquezas importantes dessas abordagens. (ii) No momento, os usos descritivos e os usos com referência deferida não devem ser tomados como argumentos a favor das teorias de Nunberg e de Elbourne. (iii) Por isso, é melhor mantermos a abordagem adotada até aqui – a de Wolter (2006); embora essa não dê conta dos usos descritivos e dos usos com referência deferida, ela parece muito bem fundamentada para os demais casos discutidos na tese.

Além dos aspectos especificamente ligados aos usos descritivos e usos com referência deferida das DEMs, também buscamos esclarecer a questão relacionada à semelhança ou à diferença entre DEFs e DEMs. Vimos que Nunberg (1993, 2004) afirma que DEFs e DEMs são semanticamente/pragmaticamente diferentes com base na diferença de interpretações: (i) os usos descritivos e com referência deferida só ocorrem com DEMs e indexicais, mas não com DEFs referenciais; (ii) o processo interpretativo das DEMs é mais complexo do que o das DEFs, pois envolve um componente dêitico, um componente relacional e um componente classificatório. Elbourne (2005, 2008), por sua vez, enfatiza que DEFs e DEMs são semelhantes, no entanto, formaliza muito fielmente a abordagem de Nunberg (1993, 2004). E, finalmente, em Wolter (2006), conforme observamos nos capítulos anteriores, DEFs e DEMs apresentam diferenças relevantes porque cada uma delas é

avaliada numa situação diferente – DEFs em SDs e DEMs em SNDs (apesar da autora afirmar que elas pertencem a mesma classe natural). Após considerar esses três pontos de vista, concluímos que os aspectos que distinguem DEFs e DEMs são mais profundos, desse modo, é correto afirmar que elas são expressões semanticamente e pragmaticamente assimétricas.

## CONCLUSÃO

Conforme afirmado, os objetivos desta tese foram abordar e esclarecer alguns dos aspectos básicos da análise semântica e pragmática das DEMs em seus usos dêiticos, usos descritivos e usos com referência deferida (em nossa concepção, os usos descritivos e os usos com referência deferida são grupos dos usos dêiticos já que todos dependem de certos elementos extralinguísticos para a determinação de seu valor semântico). Essa tarefa é iniciada, no Capítulo 1, problematizando duas teorias importantes para esse tipo de estudo – Kaplan (1989a) e Wolter (2006). Dentre os problemas apontados na teoria de Kaplan (1989a), destacamos a inadequação empírica da concepção do autor de que as demonstrações são os mais importantes elementos para a determinação do referente dos demonstrativos, *i.e.*, sem a presença de demonstrações essas expressões seriam incompletas. A abordagem de Wolter (2006), por ser mais elegante e ampla, foi escolhida como uma das teoria de base para o desenvolvimento de nossas análises; principalmente, as ferramentas formais da semântica de situações ampliadas pelos conceitos de SND e SD. No entanto, isso não significa que a teoria da autora é isenta de problemas, alguns deles, aqueles que permeiam as discussões dos demais capítulos, foram apontados no Capítulo 1, tais como: a dificuldade na delimitação das fronteiras entre SDs e SNDs, a falta de clareza sobre o papel do apontamento na semântica e na pragmática das DEMs e a lacuna acerca de uma análise sobre como o conteúdo descritivo adicional é inserido nas representações semânticas de sentenças com DEMs.

Considerando os problemas apontados no Capítulo 1, no Capítulo 2, discutimos o papel semântico dos apontamentos e concluímos que os gestos físicos que acompanham os proferimentos das DEMs com usos dêiticos não são elementos essenciais da interpretação. Tendo como base a teoria de Wolter (2006) e a compreensão de como a linguista encara os apontamentos nos usos dêiticos (já que ela não deixa claro sua posição), concebemos esses elementos como aspectos não-convencionais que são importantes para a semântica das DEMs porque determinam/circunscrevem a SND (em que a condição de unicidade das DEMs deve ser satisfeita), *i.e.*, eles determinam um aspecto convencional – a SND.

No Capítulo 3, nos concentramos no esclarecimento do papel do conteúdo descritivo adicional na semântica das DEMs com usos dêiticos, aspecto não abordado em Wolter (2006). Nosso intuito foi o de entender

como os constituintes extras colaboram na determinação do referente e se, de fato, eles têm importância nesse processo. Concluímos que eles servem para restringir o domínio de referentes, quando um apontamento e outros aspectos, como a saliência, são incapazes de fazê-lo.

No Capítulo 4, analisamos as abordagens de Nunberg (1998, 2004) e Elbourne (2005, 2008) para os usos descritivos e usos com referência deferida a fim de verificar (i) a necessidade da postulação de um componente relacional na semântica dessas expressões; e (ii) se DEFs e DEMs podem ser consideradas expressões semanticamente e pragmaticamente semelhantes. Concluímos que a relação R é resultado de ricos e inúmeros processos pragmáticos. Assim, incluir esse componente/relação na semântica das DEMs é uma manobra que torna as FLs muito complexas e, além disso, não completamente fiéis às operações pragmáticas que ocorrem na interpretação dos usos descritivos e dos usos com referência deferida. Além disso, tivemos a oportunidade de nos certificar, através da consideração dos usos descritivos e dos usos com referência deferida, de que DEFs e DEMs são grupos de expressões semanticamente distintos, entre outras razões, porque seu processo de interpretação é distinto (cf. Nunberg, 1993): as DEMs envolvem um passo adicional que consiste na identificação de um índice para, em seguida, ocorrer a determinação do valor semântico; o que não se dá com as DEFs. Neste capítulo, também, analisamos os usos descritivos e os usos com referência deferida com os instrumentos da teoria de Wolter (2006) – a semântica de situações e as noções de SD e SND. No entanto, não chegamos a uma representação adequada dos processos semântico-pragmáticos envolvidos nos dois tipos de usos, ao menos se forem usados puramente os elementos da teoria de Wolter (2006). Apesar da abordagem da autora não dar conta dos usos descritivos e dos usos com referência deferida, ela parece muito bem fundamentada para os demais casos discutidos nesta tese.

Sendo assim, podemos dizer que respondemos muitas das questões que nos propomos a investigar, mas diante da complexidade dos usos que os falantes fazem das expressões demonstrativas e da riqueza dos processos envolvidos nesses usos, muitas questões deixaram de ser respondidas. Dentre as que merecem ser investigadas e, por isso, ficam como sugestões para trabalhos futuros, citamos: (i) analisar como se dá o processo de interpretação das DEMs com usos anafóricos; (ii) discutir os usos genéricos das DEMs como em '*Essa baleia* [apontamento para a foto] está extinta'; (iii) investigar meios de utilizar a abordagem de Wolter (2006) para explicar a semântica e a pragmática dos usos descritivos e com referência deferida; (iv) analisar os usos descritivos das DEMs

e os usos atributivos das DEFs, estabelecendo suas particularidades e suas semelhanças; (v) investigar quais são os fatores que permitem que os usos descritivos ocorram com termos singulares como as DEMs e não com nomes próprios e DEFs referenciais; (vi) analisar o impacto do índice/componente indicial no fato das leituras descritivas e com referência deferida ocorrerem somente com DEMs (e indexicais); e (vii) investigar se a proximidade/distalidade, que define o uso/ escolha do determinante demonstrativo, é definida levando em conta a subsituação relevante ou somente o falante/ouvinte.



## REFERÊNCIAS

- AMARAL, F. Complex demonstratives and referential descriptions as descriptive designators. *Analytica.*, v. 15, p. 199–228, 2011.
- AMARAL, F. S. Are complex demonstratives synonymous with definite descriptions? *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 22, 2014.
- ANAND, P. *De De Se*. Tese (Doutorado) — Massachusetts Institute of Technology, USA, 2006.
- ANAND, P.; NEVINS, A. *Shifty operators in changing contexts*. 2004. Disponível em: <<http://www.fas.harvard.edu/lingdept/IndexicalityWorkshop/anandnevins04.pdf>>. Acesso em: Julho 2011.
- BACH, E.; COOPER, R. The NP-S analysis of relative clauses and compositional semantics. *Linguistics and Philosophy*, v. 2, p. 145–150, 1978.
- BACH, K. Intentions and demonstrations. *Analysis*, v. 52, 1992.
- BACH, K. Descriptions: Points of reference. In: REIMER, M.; BEZUIDENHOUT, A. (Ed.). *Descriptions and beyond*. Oxford: Clarendon Press, 2004. p. 189 – 229.
- BARWISE, J.; PERRY, J. *Situations and Attitudes*. Cambridge: MA: The MIT Press, 1983.
- BASSO, R. M. *A Semântica das Relações Anafóricas entre Eventos*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2009. Tese de Doutorado.
- BASSO, R. M.; TEIXEIRA, L. R. Monstros no discurso (meta)ficcional. *Revista Letras (UFPR)*, v. 83, p. 133–162, 2011.
- BASSO, R. M.; TEIXEIRA, L. R.; VOGT, D. R. Indexicais. In: CRUZ, R. T. da (Ed.). *As interfaces da Gramática*. Curitiba: CRV, 2012. p. 53–72.
- BASSO, R. M.; VOGT, D. R. Weak demonstratives: are there any? *Revista da Abralin*, 2013.
- BORG, E. Complex demonstratives. *Philosophical Studies*, v. 97, p. 229–249, 2000.

BORG, E. Deferred demonstratives. In: CAMPBELL, J. K.; O'ROURKE, M.; SHIER, D. (Ed.). *Meaning and Truth: Investigations in Philosophical Semantics*. Nova Yorque: Seven Bridges Press, 2002. p. 214–230.

BORG, E. The place of referential intentions in linguistic content. *Manuscrito*, v. 32, p. 85 – 122, 2009.

BRAUN, D. *Indexicals*. 2015. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2015/entries/indexicals/>>. Acesso em: Novembro 2015.

DAYAL, V. Any as inherently modal. *Linguistics and Philosophy*, v. 21, p. 433 – 476, 1998.

DAYAL, V. Licensing by modification. *Ilha do Desterro*, v. 47, p. 217 – 238, 2004.

ELBOURNE, P. D. *Situations and Individuals*. Cambridge, MA: MIT Press, 2005. 248pp.

ELBOURNE, P. D. Demonstratives as individual concepts. *Linguistics and Philosophy*, n. 31, p. 409–466, 2008.

ENÇ, M. *Tense without scope: an analysis of nouns as indexicals*. Los Angeles: University of Southern California, 1986. Unpublished doctoral dissertation.

EVANS, G. Pronouns. *Linguistic Enquiry*, v. 11, p. 337–362, 1980.

FERRAZ, M. M. T. Polissemia, metonímia ou extensão de sentido: um estudo da metonímia em diferentes perspectivas da semântica. *Revista ReVEL*, v. 11, p. 88–103, 2013.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: ALCOFORADO, P. (Ed.). *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1892. p. 129–158.

GRICE, H. O. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. (Ed.). *Syntax and semantics 3: Speech acts*. London: Academic Press, 1975. p. 41–58.

GUNDEL, J.; HEDBERG, N.; ZACHARSKI, R. Cognitive status and the form of referring expressions in discourse. *Language*, v. 69, p. 274–307, 1993.

- HAWKINS, J. A. *Definiteness and indefiniteness: A study in reference and grammaticality prediction*. London: Croom Helm, 1978.
- HEIM, I. *The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases*. Amherst: University of Massachusetts, 1982. Doctoral dissertation.
- HEIM, I. E-type pronouns and donkey anaphora. *Linguistics and Philosophy*, v. 13, p. 137–177, 1990.
- HEIM, I.; KRATZER, A. *Semantics in Generative Grammar*. Oxford: Blackwell Publishers, 1998.
- KAPLAN, D. Demonstratives: An essay on the semantics, logic, metaphysics, and epistemology of demonstratives and other indexicals. In: ALMOG, J.; PERRY, J.; WETTSTEIN, H. (Ed.). *Themes from Kaplan*. New York: Oxford University Press, 1989a. p. 481–563.
- KAPLAN, D. Afterthoughts. In: ALMOG, J.; PERRY, J.; WETTSTEIN, H. (Ed.). *Themes from Kaplan*. New York: Oxford University Press, 1989b. p. 564–614.
- KING, J. C. *Complex Demonstratives: a quantificational account*. Cambridge, MA: MIT Press, 2001.
- KRATZER, A. An investigation of the lumps of thought. *Linguistics and Philosophy*, v. 12, p. 607–653, 1989.
- KRIPKE, S. *Naming and Necessity*. USA: Harvard University Press, 1980. (1<sup>st</sup> ed. 1972).
- LARSON, R.; SEGAL, G. *Knowledge of Meaning: An Introduction to Semantic Theory*. Cambridge: MIT Press, 1995.
- LEONETTI, M. *The asymmetries between the definite article and demonstratives: a procedural account*. [S.l.: s.n.], 2000. Paper presented to the 7th International Pragmatics Conference in Budapest.
- LEVINSON, S. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- LYONS, J. *Semantics 2*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- MOUNT, A. The impurity of ‘pure’ indexicals. *Philosophical Studies*, v. 138, n. 2, p. 193–209, 2008.

NUNBERG, G. Indexicality and deixis. *Linguistics and Philosophy*, n. 16, p. 01–43, 1993.

NUNBERG, G. Descriptive indexicals and indexical descriptions. In: REIMER, M.; BEZUIDENHOUT, A. (Ed.). *Descriptions and beyond*. Oxford: Clarendon Press, 2004. p. 261–279.

PRIA, A. D. A não delimitação de subgrupo via adjetivos avaliativos. *Alfa*, v. 48, p. 49–60, 2004.

RAPAPORT, W. et al. *Deictic centers and the cognitive structure of narrative comprehension*. 1994. Disponível em: <<http://www.cse.buffalo.edu/rapaport/Papers/dc.pdf>>.

RECANATI, F. *Literal Meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

RECANATI, F. Deixis and anaphora. In: SZABÓ, Z. G. (Ed.). *Semantics vs. Pragmatics*. Oxford: Clarendon Press., 2005. p. 286–316.

RÜHLEMANN, C.; O'DONNELL, M. B. *Deixis*. 2014. Disponível em: <<https://www.uni-marburg.de/fb10/iaa/institut/personal/ruehlemann/deixis.pdf>>.

RICHARD, M. Articulated terms. *Philosophical Perspectives*, v. 7, p. 207–230, 1993.

ROBERTS, C. Demonstratives as definites. In: DEEMTER, K. van; KIBBLE, R. (Ed.). *Information Sharing*. Stanford, CA: CSLI Press, 2002.

ROBERTS, C. Uniqueness in definite noun phrases. *Linguistics and Philosophy*, v. 26, p. 287–350, 2003.

ROBERTS, C. *Indexicality: de se semantics and pragmatics*. 2015. Disponível em: <<http://semanticsarchive.net/Archive/Tg0ZjMyM/Roberts.indexicality.pdf>>. Acesso em: Março 2016.

RUSSELL, B. On denoting. *Mind*, v. 14, p. 479–493, 1905.

SALMON, N. Demonstrating and necessity. *Philosophical Review*, v. 111, p. 497–537, 2002.

SCHLENKER, P. *Propositional Attitudes and Indexicality: A Cross-Categorial Approach*. Tese (Doutorado) — Massachusetts Institute of Technology, USA, 1999.

SCHLENKER, P. A plea for monsters. *Linguistics and Philosophy*, v. 26, p. 29–120, 2003.

SCHLENKER, P. *Indexicals*. 2011. Disponível em: <<https://files.nyu.edu/pds4/public/Indexicals.pdf>>. Acesso em: Maio 2011.

SIEGEL, S. The role of perception in demonstrative reference. *Philosophers' Imprint*, v. 2, 2002.

STRAWSON, P. On referring. *Mind*, v. 59, p. 320–344, 1950.

TEIXEIRA, L. R. *Indexicais e operadores-monstros no português brasileiro*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. Dissertação de Mestrado.

TEIXEIRA, L. R.; BASSO, R. M. Verbos meteorológicos, indexicais e monstros espaciais. *Cadernos de Estudos Linguísticos (UNICAMP)*, v. 55, p. 107–127, 2013.

TEIXEIRA, L. R.; BASSO, R. M. Definindo um operador-monstro. *Revista Alfa*, v. 59, p. 303–327, 2015.

TEIXEIRA, L. R.; MENUZZI, S. de M. Formal demonstrations with deictic demonstratives – in defense of wolter's notion of non-default situation. *ReVEL*, v. 9, p. 33–61, 2015a.

TEIXEIRA, L. R.; MENUZZI, S. de M. Algumas questões sobre as descrições demonstrativas dêiticas. *Cadernos do IL*, v. 50, p. 09–27, 2015b.

VOGT, D. R. *Por um tratamento semântico das descrições demonstrativas*. Florianópolis: Universidade de Santa Catarina, 2013. Dissertação de Mestrado.

WOLTER, L. K. *That's That: The Semantics and Pragmatics of Demonstrative Noun Phrases*. Santa Cruz: University of California, 2006. Doctoral dissertation.